

QUESTÕES PEDAGÓGICAS

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS (II).

SEGUNDA PARTE

A Investigação Histórica.

....ubi plus utilitatis invenies quam decoris....
Cassiodorus, *De Orthographia*.

CAPÍTULO PRIMEIRO

OBSERVAÇÕES PRELIMINARES.

§ 34. *Os documentos históricos.*

Onde não há documentos, não há história. O estudo crítico e metódico dos documentos históricos será o principal assunto desta parte do nosso livro.

I. Chama-se documento ou fonte todo e qualquer vestígio do passado, capaz de nos dar informações acerca de um fato ou acontecimento histórico. Por motivos evidentes não podemos possuir conhecimentos diretos dos fatos do passado; até a grande maioria dos acontecimentos contemporâneos é-nos conhecida apenas indiretamente. Aqui como alhures somos obrigados a valer-nos de testemunhos alheios. Ora, o que nos dá tal testemunho na historiografia é o documento. E' um instrumento imperfeito e por vezes deformador da verdade, mas o único à disposição do pesquisador para recuperar o passado.

II. Antes de poder estudar os documentos, o historiador precisa saber quais são, e onde deve procurá-los: é essa a primeira parte da pesquisa histórica, muitas vezes chamada: "Heurística" (1). Uma vez descoberto o documento, precisa ser estudado com método e precisão: é a tarefa da "Crítica Histórica", a qual se divide em duas atividades diferentes. A Crítica Externa julga a autenticidade das fontes, ao passo que a Crítica Interna lhes examina a veracidade. Mas os documentos são muitíssimo variados: podem ser textos escritos, objetos de arte, costumes populares, tradições orais, etc. Para lhes tirar informações certas e exatas, o historia-

(1). — Do verbo grego: "heuriskein" = "procurar, achar".

dor deve ter conhecimentos, se não especializados, ao menos básicos e sólidos, de várias disciplinas subsidiárias.

Daí se segue a divisão desta parte em três capítulos:

- A) A Heurística: Capítulo II (§§ 35-42).
- B) A Crítica Histórica: Capítulo III (§§ 43-50).
- C) As Ciências Subsidiárias: Capítulo IV (§§ 51-61).

III. Na nossa exposição da matéria pretendemos seguir a ordem lógica, quer dizer, esboçaremos rapidamente os principais problemas que o pesquisador pode encontrar no seu caminho desde o descobrimento do documento até a sua utilização, como também os métodos apropriados para resolvê-los. Na realidade, porém, a ordem é quase sempre diferente, devido a circunstâncias particulares que um livro didático como este não pode levar em conta. Ao estudarmos um texto histórico, pode acontecer que o exame de um problema, apresentado pela Crítica Interna, nos leve a um problema logicamente anterior, por exemplo, à questão da autenticidade. Nesta exposição faremos abstração desses casos particulares, aliás inúmeros e impossíveis de reduzirem a uma regra geral.

IV. Foi só no século passado que vieram a ser formulados explicitamente os princípios científicos da investigação histórica. Um dos primeiros a expor a metodologia da história foi o professor alemão J. G. Droysen (2). A esse trabalho seguiram-se muitos outros em quase todos os países, dos quais mencionamos apenas os de E. Bernheim (3), Ch. Langlois e Ch. Seignobos (4), L. Halphen (5), M. Bloch (6), W. Bauer (7), P. Harsin (8), e José Honório Rodrigues (9).

- (2). — J. G. Droysen (1808-1884) escreveu em 1868: *Grundriss der Historik*. A obra foi várias vezes reeditada (em 1937 por R. Hübner), e traduzida para o francês sob o título de: *Précis de la Science de l'Histoire* (188). — Foi Droysen que descobriu, na sua célebre biografia de Alexandre Magno (1836), o verdadeiro significado das conquistas macedônicas: deram elas início a uma nova época histórica em que a cultura grega se ia misturando com muitos elementos orientais (o chamado "helenismo"; a palavra foi-lhe inspirado pelos *Atos dos Apóstolos*, VI 1, e IX 29).
- (3). — E. Bernheim escreveu, além de um Manual (*Lehrbuch der historischen Methode*, 1889¹; 1908²), uma Introdução menor, traduzida para o espanhol: *Introducción al Estudio de la Historia* (Barcelona-Madrid, 1937, in "Colección Labor").
- (4). — L. Halphen, *Introduction à l'Histoire*, Paris, 1948².
- (5). — Ch.-V. Langlois et Ch. Seignobos, *Introduction aux Études Historiques*, Paris (1898¹; 1925²), traduzida para o português: *Introdução aos Estudos Históricos*, trad. de Almeida Morais, São Paulo, 1946.
- (6). — M. Bloch, *Apologie pour l'Histoire ou Métier de l'Historien*, Paris, 1949, traduzida para o espanhol sob o título de: *Introducción a la Historia*, México-Buenos Aires, 1952, (in "Breviarios").
- (7). — W. Bauer, *Einführung in das Studium der Geschichte*, Wien, 1912³, traduzida para o espanhol sob o título de: *Introducción al Estudio de la Historia*, Barcelona, 1952².
- (8). — P. Harsin, *Comment on écrit l'Histoire*, Liège, 1944⁴.
- (9). — José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, São Paulo, 1949.

V. Esta parte do nosso livro tem caráter mais ou menos enciclopédico, e embora tenhamos a esperança de que possa ser útil para todos os que se queiram dedicar aos estudos históricos, dirige-se especialmente aos estudiosos da história antiga e medieval. Não temos a pretensão de substituir os grandes manuais especializados nem queremos dar um magro resumo de livros já existentes. Por mais convencional que seja o esquema adotado, seguimos, em muitos pontos, um caminho individual: evitamos, de propósito, discussões eruditas, geralmente de pouco interesse para principiantes, e frisamos o aspecto cultural da historiografia. Nada nos é mais estranho do que o desejo de ser completo: não queremos esgotar o assunto, mas traçamos as linhas mestras e damos apenas exemplos ilustrativos. Escrevemos para alunos das Faculdades de Filosofia, não para especialistas. Estes encontrarão em nosso trabalho poucas novidades e muitas omissões, e até poderão ficar escandalizados por algumas simplificações, — aliás, voluntárias, — e pelo tom “dogmático” da nossa exposição. A única finalidade deste livro é orientar os principiantes, incentivá-los a consultar as grandes obras, e facilitar-lhes o caminho laborioso de pesquisas pessoais. Nosso compêndio é, por assim dizer, uma primeira visita ao laboratório do historiador. Sem dúvida, o que vale mais do que uns conhecimentos teóricos, é a aprendizagem prática, o estágio prolongado, sob a orientação segura de um mestre experimentado. *Fabricando fabri fimus*, diz o adágio latino com muita razão. Não dizemos que a formação de um futuro historiador se possa limitar a algumas noções teóricas e enciclopédicas: tem êle de fazer experiências práticas. Mas uma iniciação teórica pode ser proveitosa porque completa e ordena as experiências necessariamente limitadas do aluno. Aliás, a metodologia histórica é essencialmente prática: resume e sistematiza os métodos, utilizados pelos grandes mestres, que a praxe provou serem valiosos. Dá muitas informações úteis a respeito dos vários conceitos e termos, como também acêrca das diversas técnicas e operações que um futuro historiador não pode ignorar impunemente. Além dessas informações práticas, dá também certa “formação”, prevenindo o principiante contra alguns erros e desvios, e indicando-lhe algumas maneiras práticas de resolver certos problemas da historiografia. O exemplo dos grandes historiadores que escreveram obras excelentes sem estudos prévios da metodologia, não prova nada: um livro didático não tem, — nem pode ter, — a pretensão de formar gênios do tamanho de um Mommsen, Taine ou Herculano, mas trabalhadores meticolosos e pesquisadores esclarecidos, capazes de aproveitarem os frutos do trabalho dos corifeus. A metodologia histórica é um modesto instrumento para consolidar e divulgar o progresso da historiografia. O matemático e o químico não neces-

sitam de tal introdução: o historiador, por estudar um objeto *sui generis*, concreto e complexo, pode ser altamente beneficiado por um estudo introdutório, e neste ponto assemelha-se bastante ao filósofo, que igualmente se serve de “Introduções”.

VI. O Professor Eduardo d’Oliveira França há pouco impugnou, em várias publicações (10), a “higiene das fontes”, que seria um processo friamente racional e mecânico, a escravizar o historiador ao documento e a condená-lo à impotência intelectual. Seria a morte da inteligência espontânea. Combatendo a historiografia “científica”, — tipo século XIX, — defende a inteligência quixotesca dos nossos tempos, que se atreve a acometer moinhos. O polemista realça, com muita razão, o ponto importantíssimo, tantas vezes esquecido pela historiografia racionalista, de que também o historiador, ao estudar os documentos do passado, não é máquina registradora, e não pode fazer abstração de sua própria “situação” no tempo, ao interpretar os fatos históricos; é ativa e espontânea a sua compreensão (*insight*). Contudo, quer-nos parecer que a sua reação é um tanto exagerada. Além de se aproximar muito perto de um novo historicismo, não menos duvidoso do que o superado, — aqui, porém, pouco nos interessa esta questão, — não faz a devida distinção entre o processo lógico e o processo psicológico no exame das fontes. E’ verdade, nenhum historiador, ao estudar um documento ou grupo de documentos, começa pelas classificações da Heurística para, depois, atravessar metódicamente tôdas as fases da Crítica Externa e da Crítica Interna. Procedesse assim, quase nunca chegaria à sua tarefa propriamente dita. Geralmente se aproveita largamente de estudos alheios, aos quais dá crédito por motivos razoáveis, embora êsse ato de fé não se baseie num exame escrupulosamente analítico dos trabalhos já existentes. Seu “tino” psicológico e sua experiência prática dão-lhe muitas vezes uma visão direta, espontânea e intuitiva da verdade histórica: é o *illative sense*, muito diferente de um raciocínio rigorosamente discursivo. Até acontece que o pesquisador já de antemão sabe, de maneira mais ou menos vaga, o que está procurando. Mas outro é o processo lógico. O resultado das investigações pode, e deve, a *posteriori*, ser verificado à luz de uma metodologia científica, não só por êle próprio como também por outros. O que era intuição ou pressentimento tem de transformar-se num conhecimento objetivo: sem uma prova, não passa de uma hipótese. A prova não é de natureza geométrica, — ninguém a exigiria em nossa matéria, — e admite vários graus de certeza. Mas quem excluir as provas,

(10). — Cf. *Revista de História*, Ano II, n.º 7 (págs. 111-141), e n.º 8 (págs. 253-269; págs. 345-364; págs. 433-442).

acaba por reduzir a história a um *jeu d'esprit* subjetivo, por mais engenhoso que seja.

As regras da Crítica Histórica não são invenções arbitrárias, mas derivam logicamente do bom senso, ao qual também a inteligência do historiador deve obedecer. Escravizam o espírito humano tão-pouco como as regras da lógica: as duas disciplinas são excelentes estudos introdutórios, instrumentos ou *órgãos*, como diziam os gregos. Com efeito, são verdadeiras "disciplinas": disciplinam o espírito, acostumando-o a respeitar as suas próprias normas. É a morte da inteligência criadora aplicar mecânicamente as regras da metodologia histórica. Mas o homem é livre por poder seguir livremente as normas da sua estrutura mental e por poder aceitar livremente a verdade do mundo objetivo. É a metodologia da história, longe de sufocar a espontaneidade e o poder criador do intelecto, tem por finalidade principal educar o espírito para uma liberdade que obedeça inteligentemente às leis.

CAPÍTULO SEGUNDO

A HEURÍSTICA.

§ 35. *A classificação dos documentos.*

Há várias maneiras de classificar os documentos históricos, e nenhuma é completamente satisfatória.

Alguns historiadores distinguem entre fontes diretas (as que remontam aos tempos dos fatos históricos que estamos estudando) e fontes indiretas (as que datam de uma época posterior ao assunto estudado). Outros preferem uma divisão entre “tradições” (documentos feitos com o fim de comunicar certos fatos históricos aos contemporâneos e/ou à posteridade) e “restos” (tôdas as outras fontes de conhecimentos históricos). Outros ainda seguem outros critérios. Ao classificarmos os vários documentos encontramos dificuldades bastante semelhantes às que se nos apresentaram quando procurávamos dividir a matéria histórica (cf. § 19): as diversas categorias entrelaçam-se tão estreitamente que uma coincide parcialmente com a outra.

A divisão, adotada nos parágrafos seguintes, parte de um princípio prático sem pretensões a uma justificação teórica, sempre precária em assuntos desta natureza. Dividimos os documentos segundo a forma exterior em que chegaram aos nossos dias, distinguindo entre: os Textos Escritos (§ 36), a Tradição Oral (§ 37), a Tradição Pictórica (§ 38), e afinal, os Restos (§ 39). Cada um desses gêneros se subdivide em várias espécies.

§ 36. *Textos Escritos.*

De todos os documentos históricos os textos escritos são os mais importantes: o fato de estarem à disposição do historiador textos escritos é o critério da distinção entre períodos históricos e pré-históricos (cf. § 25). Dividem-se os textos escritos em diversos grupos, dos quais mencionamos:

I. Todos os documentos escritos que deviam regular a vida social, econômica ou política no passado: leis (1), contas, in-

(1). — A edição monumental das leis romanas, de suma importância para a evolução política e jurídica da Europa desde ±1200, é o *Corpus Juris Civilis*, publicado em 529 d. C. por ordem do Imperador Justiniano. A obra compõe-se de 4 partes (originariamente, de 3 partes): *Institutiones* (=Introdução aos estudos jurídicos), *Pandectae* ou *Digesta* (=Antologia da jurisprudência romana, tirada das obras de 37 juristas), *Codex Justinianus* (em 12 livros, contendo as leis e os decretos desde Adriano até Justiniano), e *Novellae* (as leis promulgadas por Justiniano entre 529 e 565). A obra foi escrita em latim, menos as *Novellae*, que foram redigidas em grego.

ventários, registros civis e eclesiásticos, registros de tabelionato, diplomas (2), cartas diplomáticas e administrativas (3), bulas papais, decretos, etc. Estes textos, uma vez provada a sua autenticidade, possuem grande valor para a historiografia, porque são coetâneos dos fatos que estamos estudando. Tornam-se sobremaneira importantes quando há falta ou escassês de documentos narrativos, por exemplo na Idade Média. Varia-lhes o valor objetivo, o qual deve ser examinado em cada caso particular. Os “considerandos”, que abrem uma lei, um decreto ou uma nota diplomática, nem sempre reproduzem fielmente a verdade histórica, mas a própria desfiguração pode tornar-se um objeto de estudo interessante para o historiador, desde que este não se restrinja a investigar os fatos materiais, mas preste também atenção às idéias e à mentalidade das classes governantes em certas épocas. O que torna tão interessante esta classe de documentos é o fato de eles não pertencerem à historiografia propriamente dita, a qual sempre reflete os fatos por meio de um autor: são, por assim dizer, instantâneos, tirados de um acontecimento do passado, muitas vezes com certo capricho, mas permitindo-nos geralmente uma visão imediata dos fatos e, se não dos verdadeiros motivos, ao menos das “mentiras oficiais”. Mas a circunstância de não pertencerem à historiografia, traz consigo também certas desvantagens: quase nunca nos dão informações coerentes sobre a seriação dos fatos, visto que lhes falta o caráter narrativo. Precisamos combiná-los com outras fontes para termos uma idéia da conexão entre os diversos fatos isolados. Apesar disso, a historiografia moderna aproveita cada vez mais esta classe de documentos.

II. Outros documentos foram feitos com o fim de perpetuar a lembrança de um acontecimento mais ou menos importante da vida pública ou privada, ou então para homenagear um indivíduo ou um grupo de indivíduos. A esta categoria pertencem inscrições (de moedas, medalhas, campas, sinos, objetos de arte, arcos de triunfo, estátuas, placas comemorativas, etc.) e também atas de reuniões, assembléias (4), congressos (5), etc., e relatórios oficiais e

(2). — Diploma é documento público assistido por pessoa pública.

(3). — Uma coleção interessante de cartas diplomáticas e administrativas são as *Variae* de Cassiodoro (12 livros), dando-nos uma impressão da política e da administração da Itália durante a ocupação gótica (abrangem o período de 506 a 537). Coleção única na história da literatura antiga.

(4). — São muito importantes as atas dos vários concílios ecumênicos, nacionais e regionais. — O arcebispo de Luca, Giovanni Domenico Mansi (1692-1769), editou as atas dos concílios até 1439 em 31 volumes; nova edição, ampliada e atualizada até 1870, saiu em Paris (1901-1927, em 53 volumes). — Para a história do domínio holandês no Brasil são importantes as atas do Alto Conselho, conservadas no Recife.

(5). — Para o historiador moderno são interessantes dois relatórios contemporâneos: *Il Problema della Storia* (=Atti dell'VIII Convegno di Studi Filosofici Cristiani tra Professori Universitari, Gallarate, 1952), e *L'Homme et l'Histoire* (=Actes du VIe. Congrès des Sociétés de Philosophie de Langue Française, 1952).

particulares. São valiosos por serem documentos contemporâneos, mas em geral estão muito mais expostos a “mentiras oficiais” do que os do primeiro grupo. Quem não conhece a falta de objetividade quase proverbial dos necrológios? E quem não sabe que as inscrições das antigas moedas romanas faziam mais alarde das vitórias, na medida que estas se tornavam mais duvidosas? E quem não experimentou que as atas de uma reunião nem sempre podem contar com uma aprovação unânime? Mas, pôsto que as inscrições, as placas e as atas não nos obriguem a uma obediência incondicional, no mais das vezes nos dão informações preciosas, cujo valor histórico não precisa coincidir com a importância que os seus autores davam a certo acontecimento ou a certa pessoa. Ao estudo metódico das inscrições devemos abundantes e valiosas notícias acêrca dos costumes, nomenclatura, legislação, fronteiras políticas e lingüísticas de épocas pouco documentadas.

III. Tôdas as produções literárias, científicas, filosóficas e religiosas do passado que chegaram até nós. Merecem não só o interesse do especialista que acompanha por exemplo a evolução de certas formas literárias ou doutrinas filosóficas, mas podem ser fontes de valor para a historiografia em geral. Pois muitas vezes nos informam incidentalmente sôbre um acontecimento do passado; além disso, possibilitam-nos um contacto quase direto com as idéias, problemas, esperanças e preconceitos de uma época, um terreno muito grato para o historiador. As comédias de Aristófanes (6) apresentam-nos as caricaturas de Sócrates e Eurípidés. Seria um êrro muito grave se acreditássemos piamente as palavras do comediôgrafo ateniense que conscientemente exagerava e ridicularizava; não obstante, as duas peças rematam o retrato de Sócrates e Eurípidés das outras fontes, mostrando-nos a repercussão que êses dois “inovadores” tiveram na imaginação popular. A *Ars Amatoria* de Ovídio (7) deixa-nos ver certos aspectos da vida galante em Roma sob Augusto. As brigas teológicas entre os jesuítas e os jansenistas nenhum documento as ilustra melhor do que *Les Provinciales* de Pascal (8). E os abusos existentes nas casas dos pobres (*Workhouses*) e nos internatos da Inglaterra vitoriana são vivamente salientados em alguns romances de Charles Dickens (9). Sem dúvida, ao utilizarmos essas fontes, devemos tomar em consideração a tendência do autor, que, por estar envolvido pessoalmente

(6). — Aristófanes (±445-±385 a. C.) atacava Sócrates nas *Nuvens* (423), e Eurípidés nas *Rãs* (405).

(7). — Públio Ovídio Naso (43 a. C. — 18 d. C.), autor das bem conhecidas *Metamorphoses*.

(8). — Em 1656-1657, Pascal publicou 18 cartas, das quais a maior parte atacava os jesuítas. Diz-se que nem a supressão da Companhia prejudicou tanto a reputação dos jesuítas como essas cartas de Pascal, espirituosas, mordazes e freqüentemente injustas para com os seus adversários.

(9). — Charles Dickens (1812-1870), célebre romancista inglês, autor entre outras obras de *David Copperfield*, *Oliver Twist*, e *Pickwick Papers*, etc.

nas questões do dia, amiúde se afasta, — consciente ou inconscientemente, — da verdade objetiva: assim mesmo são documentações psicológicas de primeira ordem.

IV. Outros documentos ainda foram feitos com o fim explícito de comunicar fatos históricos aos contemporâneos e/ou à posteridade: já pertencem à historiografia. A êsse fim não raro acresce a intenção de influenciar outras pessoas ante certas questões ou situações, dando uma interpretação, muitas vêzes bem subjetiva. Mas a interpretação, por mais parcial que seja, pode ser importante para o historiador, encaminhando-o para uma interpretação ponderada e possibilitando-lhe uma visão direta das simpatias e antipatias que existiam em dado ambiente histórico. Além disso, o caráter narrativo e mais ou menos sintético dêsse gênero de documentos contribui muito para o historiador ter uma idéia da seriação dos acontecimentos. Mas para poderem prestar serviços úteis ao pesquisador precisam ser submetidos a um exame rigoroso. Mencionamos aqui:

a) Cartas de pessoas públicas e particulares. O exemplo clássico de uma correspondência importante para a historiografia são as cartas de Cícero (10), que nos permitem acompanharmos as peripécias dos últimos anos da república romana, às vêzes de um dia para outro. Muito importante é também a correspondência do humanista Erasmo (11), de Voltaire (12), e de Napoleão (13).

b) Diários e Memórias. Gênero literário, muitas vêzes tendencioso, praticado desde o século XVII, principalmente na França, e depois em outros países (14). Tornaram-se célebres, em nossos dias, as Memórias de Winston Churchill.

c) Jornais (15), revistas, brochuras, panfletos (16), etc.

-
- (10). — Possuímos dêle e dos seus amigos 931 cartas (818 do próprio Cícero), repartidas entre várias coleções: *Ad Atticum*, *ad Familiares*, *ad Quintum Fratrem*, *ad Brutum*, etc.
- (11). — Possuímos dêle centenas de cartas, dirigidas a quase todos os contemporâneos importantes (por exemplo Lutero, Tomas More, papas, etc.), e editadas em 9 volumes por P. W. Allen (Oxford, 1906-1938).
- (12). — Possuímos dêle mais de 12.000 cartas (por exemplo a Frederico II da Prússia, a Catarina II da Rússia, etc.).
- (13). — *Correspondance de Napoléon I* (32 volumes. Paris, 1858-1870).
- (14). — Dois exemplos de Memórias, consagradas a grandes personagens são: *Le Mémoires de Sainte-Hélène*, editado em 8 volumes pelo Conde de Las Casas (1822-1825), e *Gespräche mit Eckermann* (=Conversações de Goethe com seu secretário Eckermann), editado em 3 volumes (1836-1848).
- (15). — Júlio César, quando cônsul (59 a. C.), fez publicar diariamente os chamados *Acta Diurna*, os quais traziam comunicados oficiais, mas também outras notícias, e até um setor da "vida social": precursor na Antigüidade dos jornais modernos (cf. Suetonius, *Divus Julius*, 20). Ao que parece, subsistiram até o início do século IV. — Em Pequim (China) havia certa espécie de jornais já no século X. — Na Europa os jornais datam da época da Renascença (principalmente na Itália e na Alemanha): tinham sua origem em publicações ocasionais e avulsas, que só depois (a partir de 1600) começaram a sair com maior regularidade (por exemplo, mensalmente ou semanalmente) e a ser numeradas. Nos meados do século XVI vendiam-se em Veneza as *Notizie scritte*, trazendo notícias da Bôlsa, ao preço de uma *gazzetta* (=2 soldi; daí a palavra "gazeta"). Na Alemanha saíram, no mesmo século, nada menos de 877 "re-

d) Anuários e outras publicações, periódicas ou não, editadas por diversas associações, emprêsas econômicas, etc.

e) Crônicas e Anais (cf. §§ 4 e 5).

f) Livros históricos no sentido próprio da palavra, quer sejam monografias, quer tratem de assuntos gerais. Convém distinguirmos aqui entre livros, escritos por contemporâneos, e livros cujos autores são posteriores aos fatos narrados. Por motivos evidentes êstes possuem menor valor documentário do que aqueles. Mas também a segunda categoria pode ser valiosa, quando é baseada em documentos sólidos; outrossim, presta-nos muitas vêzes serviços indispensáveis por nos faltarem fontes contemporâneas. Nesta hipótese, a crítica externa tem de verificar, na medida do possível, a origem dos documentos, utilizados pelo autor, — tarefa difícil e laboriosa, mas imprescindível e não raro compensada com resultados fidedignos. Os livros históricos são principalmente importantes para o estudo da Antigüidade e da Idade Média, a cujo respeito dispomos de relativamente poucos documentos. Não tivéssemos chegado até nós os livros de Tucídides, Tito-Lívio e Tácito, pouco saberíamos das lutas entre os atenienses e os espartanos, das guerras púnicas e da Roma imperial no século I d. C.

g) Biografias, hagiografias, etc.

§ 37. A tradição oral.

A forma mais elementar da tradição oral é o boato, notícia anônima que corre de um lugar para outro, *viresque acquirit eundo* (17), como diz o poeta. Avaliam-lhe bem o valor extraordinário os ministros de propaganda dos atuais Estados totalitários, procurando espalhar rumores favoráveis e fazendo tudo para cortar os nocivos. Quando o boato desempenha papel tão relevante ainda na sociedade moderna que dispõe de tantos meios de comunicação, não é de estranhar que tenha sido mais importante em tempos primitivos, quando a maior parte da população era analfabeta, e o jornal, o rádio e o cinema eram coisas inexistentes. Os grandes acontecimentos na história de um povo inspiram-lhe horror ou entusiasmo, e as grandes personalidades provocam-lhe sentimentos de admiração ou de ódio: dessas paixões se apodera a imagi-

lações" (*Relationen* ou *Relationes Historicae*), com o fim de divulgar acontecimentos atuais (por exemplo em 1500: o descobrimento do Brasil).

- (16). — A origem desta palavra é discutida: segundo alguns, seria derivada de um livrinho muito popular na Inglaterra medieval: *Pamphilus seu de Amore* (século XII), segundo outros, da palavra francesa *palme-feuillet*, que teria evoluído, igualmente na Inglaterra, para "pamphlet" (literalmente: "folheto que cabe na palma da mão"). — Panfletos já eram conhecidos na Antigüidade, como o *De Republica Atheniensium*, brochura erradamente atribuída a Xenofonte, e *Apocolocyntosis*, panfleto satírico, escrito pelo filósofo Sêneca por ocasião da "apoteose" do seu inimigo, o Imperador Cláudio. — A pátria dos panfletos modernos é a Inglaterra (desde o século XVII).

- (17). — Vergilius, *Aeneide* IV, 175.

nação popular, a exaltar os feitos dos heróis, a aumentar a crueldade dos inimigos, e a exprimir as saudades dos tempos idos. Assim se originam sagas, lendas, mitos e outros contos populares (17a).

I. Confundem-se muitas vezes os termos: saga, mito e lenda. O que lhes é comum, é o elemento imaginativo que nas três espécies viceja à custa da verdade histórica. Contudo parece prudente demarcar-lhes os limites. "Saga", palavra escandinava, cognata com o verbo inglês *to say*, é um conto popular que trata dos heróis do passado e contém elementos fantásticos. "Mito", palavra grega, significando igualmente "narração", é um conto relativo aos deuses e semi-deuses (18); "lenda", da palavra latina "legenda" (= "o que deve ser lido"), é a biografia milagrosa de um santo (19). Muitos desses contos populares foram posteriormente fixados por escrito, mas essa circunstância não lhes modifica o caráter originário de tradição oral. E' desnecessário dizer o quanto custa ao historiador tirar conhecimentos certos e seguros desses produtos populares que se foram depositando em cantos, baladas, e epopéias (20) e romances (21). O núcleo histórico, embora quase sempre presente, apresenta-se-nos de tal maneira encoberta e desfigurada que, salvo raríssimas exceções, não conseguimos descobri-lo, devendo-nos contentar, no mais das vezes, com uma hipótese mais ou menos plausível. Hoje em dia ninguém duvida da historicidade de Tróia, cidade imortalizada pela *Ilíada*: as descobertas arqueológicas demonstraram terminantemente que muitas descrições homéricas de casas, objetos e costumes são históricos. Mas nem por isso se justifica a conclusão de que tenham sido pessoas históricas Aquiles, Ulisses, Príamo e Heitor, nem a dedução de que tenha havido uma expedição pan-helênica contra a cidade asiática. Pois a análise de outras epopéias populares prova que a imaginação do povo torna muitas vezes irreconhecíveis os fatos históricos que lhes deram origem: a fantasia exuberante, além

(17a). — Até em tempos relativamente recentes formaram-se estes contos populares. Um exemplo típico é o "sebastianismo" entre os portugueses depois da derrota de Alcácer-Quibir (1578): não queriam acreditar que lhes tivesse morrido El-Rei D. Sebastião. Poderíamos citar ainda "la légende napoléenne", explorada com tanta mestria por Béranger (1780-1857), e o "mito nazista" na Alemanha que não morreu com a morte de Hitler.

(18). — E' difícil demarcar os limites entre sagas e mitos, uma vez que muitos mortais depois da morte chegavam a ser venerados como deuses ou semi-deuses; por outro lado, estes eram amiúde degradados à categoria de heróis.

(19). — E' célebre a *Legenda Aurea*, coleção de lendas medievais, feita pelo frade dominicano Jacobus de Voragine (1288), que proporcionou abundante matéria a numerosos artistas da Idade Média e da Renascença.

(20). — Falamos aqui apenas em epopéias "populares" ou "primitivas", tais como a *Ilíada*, a *Odisséia*, e a *Nibelungenlied*; não em epopéias "eruditas", como a *Enéida* de Virgílio, cujo argumento se funda em reconstruções pretensamente científicas. — A expressão epopéia "popular" não envolve que tal poema tenha sido composto pelo povo, como queriam os românticos.

(21). — Por exemplo os romances medievais que tratavam das aventuras de Alexandre Magno, de Artur ou Artus, etc.

de recorrer amiúde a explicações sobrenaturais, gosta de concentrar acontecimentos e heróis do passado, por mais heterogêneos que sejam, em redor de um tema central, que, embora histórico, pode ter sido muito insignificante, mas por qualquer motivo impressionou profundamente a mentalidade primitiva. Assim o Rolando da *Chanson de Roland* (século XI-XII) é pessoa histórica, mas as fontes autênticas o mencionam só uma vez de passagem (22), e o episódio da sua morte em Roncesvales no ano 778 foi um acontecimento de somenos importância histórica na longa série de lutas entre os francos e os mouros. A imaginação do povo, porém, viçosa e romântica, transformou o insignificante Rolando na figura central de um ciclo de sagas. A epopéia dos germanos, a *Nibelungenlied* (\pm 1200), tem por núcleo histórico a destruição do Reino dos burgúndios pelos hunos em 437 d. C.; o conto, além de conter numerosos elementos fabulosos (23), considera ingenuamente como contemporâneos Teodorico o Grande (século VI) e Átila (século V). Na *Odisséia* encontram-se reminiscências das viagens marítimas feitas pelos fenícios (ou pelos gregos da cidade de Cálcis?), mas as aventuras, enfeitadas com elementos de contos de fadas, incorporaram-se no ciclo épico de Tróia e misturaram-se com diversos outros temas heterogêneos. Os exemplos dados provam bastante como é difícil tirar argumentos históricos de um conto popular, depositado em baladas e epopéias: os resultados são quase sempre duvidosos, e interessam mais à história da literatura e da civilização do que à história política.

II. Os contos de fadas são destituídos de um núcleo histórico: aliás não têm a pretensão de relatar fatos autênticos. Produtos de uma livre imaginação continuam eternamente atuais por não narrarem "atualidades". Interessam ao historiador só indiretamente: como elementos de cantos populares que contêm núcleos históricos. Também seus temas e motivos podem ser estudados pelo historiador: temas idênticos ou semelhantes eram, no século passado, muitas vezes reduzidos a uma origem comum, preferencialmente à Babilônia ou à Índia. Entretanto é pouco legítima tal dedução, pois, ao que parece estabelecido pelas pesquisas modernas que se servem também de métodos psicanalistas, os mesmos motivos nascem espontaneamente no seio de povos bem diferentes que, em tempos históricos, muito dificilmente podem ter entretido contactos entre si.

(22). — Eginhardus, *Vita Caroli Magni*, IX: *Hruotlandus* (=Rolandus) *Britannici limitis praelectus*.

(23). — O herói principal Siegfried tem muitos traços de um príncipe de um conto de fadas.

III. Chama-se “etiologia” ou “fábula” (24) o conto popular que pretende dar uma explicação histórica de coisas ou nomes, provenientes do passado e já não compreendidos pelo povo. A “etiologia” é frequentemente uma “etimologia” (25) popular, sempre caprichosa e destituída de todo o valor histórico. O nome do “Monte Pilatos” na Suíça (26) deu, na Idade Média, origem à crença de que aí Pôncio Pilatos teria sido enterrado. Nos tempos anteriores ao século XIX, quando ainda não existia a lingüística, também as pessoas cultas forjavam etimologias, geralmente errôneas e absurdas, que deviam servir de base a especulações teológicas, filosóficas ou históricas. Há derivações fantásticas, tais como *canis a non canendo, lucus a non lucendo, e barbarus sic vocatur quia barbam habet et rus habitat*. Os romanos da época de Augusto faziam questão de serem descendentes dos troianos mediante Enéias e seu filho Ascânio ou Ilo, nome êsse que era relacionado com o de Tróia (= *Ilium*). Até derivavam o nome da família de César (*Julius*), de *Ilus* e *Ilium*. E a cidade de Lisboa (latim: *Olisipone*) devia ter sido fundada por Ulisses.

IV. A tradição oral abrange também anedotas e palavras aladas, igualmente difíceis de verificarem, mesmo que se refiram a acontecimentos relativamente recentes. Na Prússia circulavam muitas anedotas a respeito de Frederico II, na França acêrca de Napoleão, e nos Estados Unidos sôbre Jorge Washington. O fato material, comunicado pela anedota, pode ser fictício, mas a ficção é quase sempre significativa. A anedota não é um retrato bem matizado de uma pessoa histórica, mas um delineamento primitivo, ilustrando vivamente a repercussão que ela teve nos meios populares, e por isso mesmo constitui uma valiosa documentação psicológica para o historiador. O mesmo se pode dizer, *mutatis mutandis*, das palavras aladas. Se nem sempre são autênticas, são geralmente muito características de certa pessoa ou situação histórica tal como sobreviveu na tradição de um povo. Numerosas palavras célebres, atribuídas a determinadas pessoas, são mal ou não abonadas por documentos fidedignos. Damos alguns exemplos: o grito de alegria, atribuída a Arquimedes: *Heureka!* (27); a resposta que teria sido dada pelo general francês Cambronne à ordem

(24). — A palavra “etiologia” é composta de “aitia” (=causa) e “lógos” (=conto). — A “fábula”, no sentido literário do termo, é um conto, cujas figuras principais são animais e que contém lição moral. Segundo a tradição, remontaria à figura lendária de Ésope (século VI a. C.).

(25). — O nome *Pilatus* deriva de *Pileatus* (=vestido de *pileus* ou chapéu).

(26). — “Etimologia” quer dizer: “explicação racional (lógos) do sentido verdadeiro, ou da realidade expressa por uma palavra” (*étymos*).

(27). — Cf. Vitruvius (arquiteto romano, século I d. C.), *De Architectura*, IX, *Praef.* 10; Plutarchus, *Moralia*, 1094 B-C. — As circunstâncias em que Arquimedes teria descoberto a célebre lei hidrostática, são narradas de maneiras diferentes pelos autores antigos, e o grito *Heureka!*, embora possivelmente palavra autêntica, tem algo de anedótico.

de se render na batalha de Waterloo: *La garde meurt, mais ne se rend pas!* (28); a afirmação teimosa de Galileu: *E pur, si muove!* (29); e a declaração soberba, atribuída a Luís XIV: *L'Etat, c'est moi!* (30).

§ 38. A tradição pictórica.

A tradição pictórica, que se compõe de várias categorias, é a representação figurada de cenas ou pessoas históricas, como também de cidades, paisagens e vários objetos do passado. Varia-lhe o valor objetivo, conforme a tradição é contemporânea ou posterior. Também de propósito podem entrar neste gênero de fontes elementos subjetivos. Para lhes tirar conhecimentos históricos, o pesquisador precisa muitas vêzes do subsídio de disciplinas interpretativas: a interpretação metódica chama-se “hermenêutica” (31). A esta classe de documentos não raro acresce um texto escrito em forma de uma inscrição, etc. Distinguimos aqui entre:

I. Telas e obras de escultura que representam cenas históricas; retratos de pessoas históricas, etc. Alguns exemplos célebres são: o mosaico de Pompéia, representando uma batalha de Alexandre Magno (32); as colunas dos Imperadores Trajano (33) e Marco-Aurélio (34); os gobelinos franceses do século XV (35). Além do seu mérito artístico, essas obras podem ser importantes documentos por nos darem uma ilustração dos trajes, das modas, do tipo das casas, etc. Mas a tendência de estilizar ou idealizar pode prejudicar a verdade histórica. Em obras de arte posteriores às cenas representadas há perigo de entrarem anacronismos: é universalmente sabido que os primitivos pintores flamengos da Idade Média, ao representarem cenas bíblicas, acomodavam-nas à paisagem e aos trajes do seu país.

II. Como documentação psicológica são muito importantes as gravuras (desde o século XV) e as caricaturas (desde a Renascença). As duas são ilustrações de acontecimentos contemporâneos, freqüentemente com o fim de fazer propaganda ou de tornar ridí-

(28). — Cf. P. Harsin, *Comment on écrit l'Histoire*, Liège, 1944, pp. 167-170.

(29). — Galileu viveu de 1564 a 1642. O grito que lhe é atribuído data de 1761.

(30). — Segundo uma tradição suspeita, Luís XIV teria dito esta palavra ao Parlamento de Paris no dia 13 de abril de 1655.

(31). — Do verbo grego “hermenêuein” = interpretar.

(32). — Foi descoberto em 1831 na *Casa del Fauno*, e acha-se atualmente no Museo Nazionale em Nápoles. Representa o encontro do rei persa Dario III e Alexandre Magno na batalha de Isso (330 a. C.), sendo cópia de uma obra feita pelo artista helenístico Filóxeno (século IV-III).

(33). — Em volta desta coluna está enrolado, em forma de uma espiral, um friso de esculturas em baixo-relevo, com quase 200 metros de comprimento, representando cenas da guerra dáica (primeiro decênio do século II d. C.).

(34). — Representa cenas de guerras contra os germanos (século II d. C.). — Essas colunas romanas foram imitadas pela *Colonne Vendôme* em Paris, em homenagem a Napoleão.

(35). — O nome é derivado da primeira família que os fabricou: *Gobelin*.

culo o adversário. A caricatura tornou-se uma verdadeira arte no século XIX, principalmente na França (36) e na Inglaterra, onde desde 1841 tem saído *Punch*, *The London Charivari*, um comentário satírico de alta categoria, dos acontecimentos da semana (37).

III. Fotografias e reportagens cinematográficas.

IV. Panoramas e vistas gerais de cidades, maquetes, etc.

V. Plantas e mapas. Perderam-se completamente as cartas geográficas, feitas pelos geógrafos gregos, dos quais mencionamos Anaximandro de Mileto (38), Eratóstenes (39) e Ptolomeu (40). Possuímos ainda a chamada *Tabula Peutingeriana* (41), um itinerário romano, cujo original remonta ao século IV d. C., e que representa tôdas as estradas e estações importantes do mundo romano, desde o Mar do Norte até o Mar das Índias. A cópia, chegada até nós, data do século XIII, e mede 34 cm por 680 cm. Apesar de mostrar alguns absurdos, a *Tabula* dá-nos numerosas informações úteis. A cartografia medieval significa um regresso considerável comparada com a da Antigüidade: só os árabes faziam mapas científicos (42). Desde os inícios do século XIV começaram a sair na Itália as "cartas de bússola", de tanta influência para o descobrimento do Novo Mundo. Nos séculos XVI-XVII a cartografia foi aperfeiçoada na Alemanha e na Holanda (43). A época moderna foi introduzida pela família dos Cassinis, na França (século XVII-XVIII) (44), e desde o século passado a composição de mapas, favorecida pelo surto das ciências matemáticas e naturais e pela técnica, entrou em nova fase (aerofotogrametria!).

VI. Brasões ou insígnias de pessoas ou famílias nobres e ilustres, de municípios, províncias e Estados, de dignitários eclesiásticos e magistrados, etc. E' o terreno da heráldica.

(36). — Culminou em Honoré Daumier (1810-1879).

(37). — Desenhistas célebres, colaboradores do *Punch*, foram, por exemplo, Cruikshank, Leech e Du Maurier. Também colaboraram literatos notáveis, como W. M. Thackeray.

(38). — Anaximandro, um dos filósofos pré-socráticos, foi o primeiro cartógrafo grego (século VI a. C.).

(39). — Eratóstenes de Cirene ($\pm 275-195$) foi o pai da geografia científica da Antigüidade. Calculou o equador terrestre em 46.600 km (na realidade ± 40.000 km).

(40). — Ptolomeo ($\pm 100-178$) dá na sua obra a situação de ± 8.000 cidades e aldeias com a latitude e a longitude; devido à sua influência, neste ponto desastrosa, foi abandonado o sistema heliocêntrico, já exposto por Aristarco de Samos (século III a. C.) e venceu o sistema geocêntrico até os tempos de Copérnico (1473-1543).

(41). — A *Tabula* ficou com esse nome por causa do antiquário C. Peutinger (1465-1547), que a adquiriu para a sua coleção. Atualmente se acha na Biblioteca Nacional em Viena.

(42). — Por exemplo Abn Abdallah El-Edrisi (1099-1166), que ofereceu em 1154 ao rei Roger II de Sicília um mapa do mundo.

(43). — Por exemplo o holandês G. Kremer (=Mercator), um dos fundadores da geografia matemática moderna; no seu sistema as longitudes estão representadas por linhas retas equidistantes, e igualmente os graus de latitude (1512-1594).

(44). — A família é de origem italiana, mas tornou-se célebre na França. Mencionamos C.-Fr. Cassini de Thury (1714-1784), que compôs a *Carte topographique de la France* em 180 folhas (escala 1:86.400).

VII. Moedas e medalhas, etc., que são estudadas pela numismática. A sigilografia tem por objeto os selos.

§ 39. Os Restos.

Os Restos são todos os outros vestígios do passado, capazes de nos darem informações históricas. Não foram feitos com o fim de transmitirem conhecimentos históricos à posteridade, e essa circunstância lhes dá um grande valor objetivo. Uma vez provada a autenticidade dos “restos”, merecem nossa plena confiança, visto que não mentem. Mas não mentem porque não falam; a tarefa do historiador, por vêzes bastante difícil, consiste em forçá-los a falar. A “hermenêutica” dos Restos exige grande habilidade e muita erudição. A historiografia anterior ao século XIX quase não aproveitava esta classe de documentos. Mencionamos aqui:

I. Restos humanos, restos de armas, instrumentos e desenhos, que datam de tempos pré-históricos. E’ o terreno da paleontologia, antropologia e ciências afins.

II. Restos de cidades, templos, edifícios, templos, igrejas, sepulcros, casas, etc., e de todos os objetos aí descobertos. E’ o campo da arqueologia que estuda os tempos históricos e pré-históricos.

III. As línguas em tôdas as suas manifestações: línguas vivas e mortas, dialetos e falas; além disso, a difusão de certos idiomas e vocábulos, as interinfluências entre os idiomas, etc. E’ o setor da lingüística.

IV. Os costumes, os trajes, as instituições e as festas populares que datam de tempos antigos. Duas disciplinas estudam essa matéria: a etnologia (45), tratando-se de povos primitivos, e o folclore (46), tratando-se de povos civilizados.

V. Tôdas as produções das artes, ciências e indústrias, e tôdas as realizações técnicas do passado.

§ 40. A procura de documentos.

Não basta sabermos quais são as diversas fontes: precisamos saber também onde devemos procurá-las. E’ esta talvez a parte mais difícil da heurística. Nos dois parágrafos seguintes pretendemos dar alguns esclarecimentos sôbre a procura de documentos escritos, sendo que esta classe continua a ser a mais importante para o historiador, e uma discussão concernente à procura das outras fontes nos levaria muito longe.

(45). — A palavra *etnologia* (grego: “*éthnos*”=povo, e “*lógos*”=disciplina) foi forjada pelo inglês W. F. Edwards (1776-1842) na *Lettre à Amédée Thierry* (1829), o qual na sua *Histoire des Gaulois* (1828) prestara muita atenção ao caráter hereditário de certas qualidades biológicas e psíquicas.

(46). — A palavra *folclore* é de origem inglesa, e equivalente de *etnologia* (*folk*=povo, e *lore*=disciplina, ciência). Foi criada em 1846 pelo inglês W. J. Thoms.

Uma condição imprescindível para podermos estudar um documento histórico é o fato dêste se ter conservado. E' escusável fazer comentário a êsse respeito. Podemos perguntar, porém, como é que se perdem e se descobrem documentos (§ 41). Depois convém examinarmos as circunstâncias que facilitam a procura dos documentos (§ 42).

§ 41. *Ganhos e perdas.*

Como se perdem documentos, e como se redescobrem documentos perdidos?

I. Perderam-se numerosos documentos no decurso dos séculos, devido a várias causas: o material empregado era frequentemente pouco duradouro; eram destruídos pelas chamas ou pelos ratos e outros bichos; eram arruinados por fanatismo, negligência ou ignorância; eram aniquilados por poderem comprometer as classes governantes; faziam o resto catástrofes metereológicas, guerras e revoluções.

O descuido e a ignorância são fatores importantes na destruição de documentos privados e, infelizmente, também de documentos públicos e oficiais nos países onde ainda não existe uma forte tradição histórica. Tôda pessoa de certa idade sabe que de vez em quando se torna necessária uma limpeza geral no nosso arquivo pessoal, da qual pode ser vítima também uma carta ou uma anotação eventualmente importante para um futuro historiador. Os documentos públicos, nos países civilizados, são geralmente bem guardados, mas também êles não estão ao abrigo da ação do tempo, de incêndios, de guerras e revoluções. Foram lastimáveis as perdas de fontes históricas nas épocas de grandes perturbações políticas e sociais: a invasão dos bárbaros no Império Romano; a Queda de Constantinopla; as lutas religiosas nos tempos da Reforma; as guerras civis e externas da Revolução francesa e da época napoleônica; as duas guerras mundiais. Na primeira guerra mundial foi destruída, por exemplo, grande parte da biblioteca da Universidade de Louvaina, na segunda foi uma das vítimas a célebre biblioteca do Monte Cassino.

A atos de vandalismo intencional, como costumam acontecer em tempos de guerras e revoluções, crescem os chamados "atos herostráticos", atos de destruição proposital feitos por pessoas com o fim de se tornarem célebres. Heróstrato incendiou em 356 a. C., na noite do nascimento de Alexandre Magno, o templo de Dia-

na em Éfeso, uma das sete maravilhas do mundo (47): *cupiditate incensus suum nomen aliquo insigni facinore propagandi, cum virtute non posset, scelere voti compos factus est* (48). Nos tempos modernos verificaram-se casos semelhantes, por exemplo em Florença com o vaso de François, e em Londres com o vaso de Portland (49), mas, ao contrário de Heróstrato que atingiu o seu alvo, os criminosos contemporâneos não chegaram a perpetuar o seu nome com êsses atos anormais. Houve também outros casos de destruição deliberada, originados por desespêro ou por ressentimento contra a sociedade, por exemplo no *Louvre* em Paris.

II. Em compensação tornam-se-nos acessíveis cada vez mais documentos históricos, principalmente devido a três fatores: as escavações arqueológicas, a decifração de escritas antigamente desconhecidas e o descobrimento de novos textos (50).

a) Os babilônios, os assírios, os hititas e os persas (51) empregavam um sistema de caracteres cuneiformes, cujas origens remontam ao terceiro milênio a. C. e cujo desenvolvimento nos mostra um processo de constante simplificação no sentido de uma escrita fonográfica (52). Os primeiros passos para a decifração dos cuneiformes (persas) foram dados em 1802 pelo alemão G. F. Grotefend, que identificou os nomes de Dario, Histaspes e Xerxes, e 9 dos 39 sinais. Daí em diante a escrita continuou a ser estudada intensamente por vários orientalistas, entre os quais se destacou o inglês Edward Hincks (1792-1866).

b) A egiptologia moderna foi fundada pelo sábio francês J. F. Champollion (1790-1832), que em 1822 conseguiu decifrar a

(47). — As sete maravilhas do mundo na Antigüidade eram: a estátua de Zeus, feita por Fídias (século V a. C.), em Olímpia; os jardins suspensos em Babilônia, que teriam sido feitos por ordem da rainha lendária Semíramis; o Mausoleu (túmulo do rei Mausolo), em Halicarnasso, erguido no século IV a. C.; o colosso de Rodes, representando Apolo; o templo de Diana em Éfeso; as pirâmides no Egito; o Farol de Alexandria (século III a. C.). Cf. Antipatros, *Anthologia Palatina*, IX 58. — Os autores antigos não concordam, porém, na identificação das sete maravilhas.

(48). — C. Julius Solinus (século III d. C.), *Collectanea Rerum Memorabilium*, XL.

(49). — O vaso de François é uma obra-prima da cerâmica ática (século VI a. C.), fa-

(49). — O vaso de François é uma obra-prima da cerâmica ática (século VI a. C.), fabricada por Ergotimo e pintada por Clítias; o vaso de Portland é de vidro escuro, enfeitado de relevo em branco (século IV-III a. C.) e foi descoberto em 1590 em Sidon.

(50). — Há pouco foi decifrada também a escrita minóica (pelo jovem inglês M. Ventris), descoberta essa que promete revolucionar os nossos conhecimentos da história primitiva da Grécia. O autor deste livro ainda não dispõe, neste momento, dos dados necessários para poder resumir os resultados da nova descoberta.

(51). — Até os egípcios empregavam os cuneiformes durante o reinado de alguns faraós (século XIV a. C.); em 1886-1887 foi descoberto, em Tell-Amarna, o arquivo dos reis egípcios Amenofis III e IV, contendo 350 textos, na maioria notas diplomáticas, mandadas a reis independentes e vassallos da Ásia-Menor. As cartas ilustram bem as relações intensas entre os diversos povos do Próximo Oriente.

(52). — Cf. § 57 IV e.

chamada pedra de Roseta, descoberta em 1799 por ocasião de uma expedição militar de Napoleão no Egito (53). A pedra trazia o mesmo texto em três caracteres diferentes e três idiomas correspondentes: um em hieróglifos (egípcio arcaico), outro em caracteres demóticos (egípcio falado do século VII a. C.-século II d. C.), e o terceiro em letras gregas (texto grego).

c) A investigação minuciosa das bibliotecas vê-se, de vez em quando, recompensada com descobertas surpreendentes. No século passado foi um dos mais felizes descobridores de manuscritos o cardeal Ângelo Mai (54), no século atual o beneditino D. Germain Morin (55). Quanto à história do Brasil, mencionamos aqui as descobertas do jesuíta Serafim Leite no Arquivo Vaticano, e a Carta de Pero Vaz de Caminha, achada, nos fins do século XVIII, pelo pesquisador Juan Batista Muñoz (56).

d) O que mais veio a enriquecer os nossos conhecimentos históricos da Antiguidade, foi o descobrimento de milhares de "papiros", principalmente no Egito. O tamanho dos papiros descobertos varia muito: na maioria são apenas exíguos pedaços de material escrito; encontram-se também fragmentos de livros e até obras quase completas, "volumes" no sentido antigo da palavra (57), um dos quais tem 40 m de comprimento (58). Só um acaso feliz revelou a subsistência dos papiros antigos. No século passado viam os ingleses que os felás egípcios estavam em busca de "papel" antigo para fins de adubação. Quando verificaram que esse material guardava textos da Antiguidade, começaram a comprá-lo, e não tardou que eles próprios tratassem de escavá-lo no deserto, principalmente perto da antiga aldeia grega Oxyrhynchos no Faium, onde a areia extremamente seca do solo conservara os textos muitas vezes perfeitamente legíveis. Também foram sendo utilizados pela ciência os papiros escritos, que em várias camadas, umas grudadas em cima de outras, eram empregados pelos pobres como envoltórios das múmias, à guisa de sarcófagos. Assim foram achados cestos cheios de textos interessantes: notas, cartas particulares, atas, contratos, registros, decretos, contas, anotações, rascunhos, etc., que abrangem um período de quatro milênios e dão textos em todos os idiomas falados no Egito desde os tempos dos faraós até a invasão

(53). — A pedra, que data do ano 196 a. C., quando um dos Ptolomeus reinava no Egito, acha-se atualmente no *British Museum* em Londres.

(54). — Angelo Mai (1782-1854) descobriu, por exemplo, grande parte do tratado de Cícero *De Republica*, e as cartas de Frontão, o mestre e amigo do Imperador Marco Aurélio (século II).

(55). — D. Germain Morin, O. S. B. (1861-1947) descobriu muitos sermões de Santo Agostinho e de outros Padres da Igreja (Cesário de Arles).

(56). — A "certidão de batismo do Brasil" foi publicada, pela primeira vez, em 1817, pelo Pe. Manuel Aires de Casal na sua *Corografia Brasileira*.

(57). — Cf. § 57 III a.

(58). — São as contas do faraó Ramsés III (1200 a. C.), hoje no *British Museum*.

dos árabes no século VII d. C. Os papiros ilustram sobretudo a época helenística e romana do Egito antigamente pouco conhecida, e refletem fielmente não só a administração e a vida econômica do país, mas nos permitem também uma vista direta da vida cotidiana. Além disso, foram descobertas algumas obras literárias e históricas da literatura grega (59). Fora do Egito as descobertas foram menos importantes (60).

Nasceu assim a papirologia, nova ciência auxiliar da história, na qual se destacaram principalmente os ingleses Flinders Petrie, Grenfell, Hunt e Kenyon, e o alemão Ulrich Wilcken. As coleções mais importantes de papiros antigos acham-se atualmente em Viena, Londres, Berlim e Cairo.

§ 42. A procura organizada.

São quatro as circunstâncias que facilitam a procura dos vários documentos escritos: a publicação, a centralização, a catalogação, e a livre consulta.

I. Na Antigüidade já havia editores de livros, nos grandes centros culturais: Atenas, Alexandria e Roma, mas as tiragens eram relativamente pequenas porque a multiplicação dos textos se fazia à mão. Na Idade Média eram os monges que copiavam os livros, não, porém, para fins comerciais, mas para uso próprio. Logo depois da invenção da tipografia, nos meados do século XV, começaram a ser publicados os textos históricos pela imprensa (61). Inicialmente foram editados textos avulsos, mas desde o século XVII saíram também edições seriadas. Não podemos dar aqui nem sequer um resumo das mais importantes publicações históricas: são numerosíssimas e todos os anos cresce-lhes consideravelmente o número. Para nossos fins basta mencionar algumas obras seriadas que fizeram época no tempo da sua publicação e ainda hoje continuam a ser fontes indispensáveis para o historiador (62).

(59). — Para a história são importantes "A Constituição de Atenas" (*De Republica Atheniensium*) de Aristóteles, e um fragmento extenso de certo historiador ateniense (século IV a. C.), a chamada *Helênica Oxyrhynchia*.

(60). — Já em 1753 haviam sido descobertos em Herculano (cidade na Itália, destruída em 79 d. C., junto com Pompéia, por uma erupção do Vesúvio) mais de 1800 "volumes" e fragmentos de "volumes" papíreos, em grande parte carbonizados, que continham as obras do filósofo epicurista Filodemo (século I a. C.), publicadas (duas vezes) em 11 tomos (1763-1855, e 1862-1877).

(61). — Tipógrafos notáveis da primeira época eram (além do pioneiro J. G. Gutenberg em Mogúncia, 1397-1468): Laurens Janszoon Koster em Haarlem (Holanda), no século XV; Manutius Aldus em Veneza, Frobenius em Basília e Plantino em Antuérpia, no século XVI; Elzevier em Amsterdão, no século XVII.

(62). — E. Bernheim (pp. 184-297, da edição espanhola) dá uma bibliografia abundante, embora seja apenas uma parte exigua do total das publicações. Pode-se consultar também, com muito proveito, o livro de W. Bauer (cf. § 34 IV, nota 7).

Ocupam um lugar de destaque os *Acta Sanctorum*, uma coleção imponente das vidas de todos os santos, que segue a ordem do calendário. Foi começada no século XVII pelos jesuítas belgas e ainda não está acabada (63). Os beneditinos franceses de St.-Maur editaram no século XVIII, por exemplo, a importante coleção *Gallia Christiana* em 13 volumes (1715-1783). Uma das maiores coleções existentes é a *Patrologiae Cursus Completus*, editado pelo abade francês J.-P. Migne (1800-1875) em 382 volumes, que abrange tôdas as obras então conhecidas dos Padres da Igreja (64).

Modelar para todos os outros países foi a edição, feita pelos alemães, dos *Monumenta Germaniae Historica*: essa série, verdadeiramente monumental, divide-se em cinco seções, e dá um documentação inigualada da história dos povos germânicos de 500 a 1500 d. C. (65). Inspirou aos portugueses a publicação dos *Portugaliae Monumenta Historica* que, quando acabados, devem abranger os séculos VIII a XV (66). No século passado começaram todos os países europeus e americanos a editar as fontes referentes à história nacional: os interessados encontrarão essas publicações em obras especializadas. Além disso foram editados *corpora* de textos gregos, latinos (67), bizantinos (68), semíticos, orientais, etc.

- (63). — Os *Acta Sanctorum* inauguraram, junto com as publicações filológicas dos maurinos (cf. § 47 I), a época da filologia metódica e crítica nos tempos modernos. A coleção foi planejada pelo jesuíta flamengo Heriberto Rosweyde (1569-1629), e ficou com bases mais amplas sob a direção de Jan van Bolland, S. J. (1596-1665). Célebres bolandistas foram, no século XVII: G. Henschen (1601-1681) e Daniel van Papenbroek ou Papenbrochius (1628-1714); nos séculos XIX-XX: C. de Smedt (1833-1911) e H. Delehaye (1851-1941). A crítica arrojada dos bolandistas a lendas e tradições até então aceitas sem ressalvas pelos católicos, pô-los em conflito com várias ordens religiosas (por exemplo com os beneditinos e os carmelitas) e até com a Inquisição. Em 1770 saiu Volume III de outubro; três anos depois, o Papa Clemente XIV suprimiu a Companhia. A publicação dos *Acta Sanctorum* continuou até 1794, e foi reencetada só em 1847 (Volume VII de outubro). Até agora foram publicados, ao total, 65 fólhos (1932: Volume III de novembro). A sede atual é em Bruxelas. Desde 1882 os bolandistas editam uma revista: *Analecta Bollandiana*, e outras publicações periódicas de suma importância para a historiografia.
- (64). — Migne editou textos já anteriormente editados, alguns bons (por exemplo o de Santo Agostinho), outros regulares, outros ainda maus ou péssimos. Os Padres latinos abrangem 221 volumes, os gregos 161. — Além disso, editou 81 volumes dos Padres gregos só em tradução latina. — Uma nova edição modelar dos Padres latinos está sendo feita em Viena: *Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum* (abreviado: CSEL).
- (65). — A série foi projetada por C. Von Stejneger em 1819. — Redatores foram e. o. G. H. Pertz (até 1875), G. Waitz (1875-1886), W. Wattenbach (1886-1888) e O. Holder-Egger (1902-1905), todos excelentes filólogos.
- (66). — Publicações, desde 1867, pela Academia Real das Ciências de Lisboa. A obra divide-se em quatro seções: *Leges et Consuetudines, Scriptores, Diplomata et Chartae, e Inquisitiones*.
- (67). — As coleções mais importantes dos autores clássicos foram editadas pela *Bibliotheca Teubneriana* em Lipsia (a mais completa, mas destruída na última guerra), pela *Bibliotheca Oxoniensis* em Oxford, pela *Association Guillaume Budé* ("Les Belles Lettres") em Paris, geralmente com a tradução francesa, e pela *Loeb Classical Library*, sempre com tradução inglesa, em Londres-Cambridge, Mass.
- (68). — Já no século XVII foram publicados em Paris, sob a orientação do grande filólogo Ducange, os *Scriptores Historiae Byzantinae* (1648-1711); no século XIX, devido a uma iniciativa de B. G. Niebuhr, *Corpus Scriptorum Historiae Byzantinae* em 50 volumes (1828-1897).

II. A centralização é outro fator importante para a utilização dos documentos históricos. Em geral, pode-se dizer que documentos dispersos devem ser considerados muitas vezes como praticamente perdidos. São chamadas bibliotecas as coleções de livros impressos e manuscritos antigos; o termo arquivo é geralmente reservado para designar o lugar onde se guardam outros documentos escritos.

a) Os municípios, as províncias, os Estados, os departamentos, as dioceses, as paróquias, os institutos culturais e científicos, as empresas econômicas, etc. fazem geralmente questão de manter um arquivo. Muitas vezes conservam não só documentos públicos, mas também particulares de alguma importância histórica. Outros têm há vários arquivos particulares, os quais, com o tempo, tendem a tornar-se públicos, oferecendo esse método melhores garantias para a conservação e a livre consulta. O arquivo mais antigo e rico do mundo inteiro é o do Vaticano, que permite acompanharmos a história do papado desde o pontificado do papa Inocêncio III (1198-1216), o reorganizador da chancelaria papal. O documento mais antigo da coleção é a chamada *Donatio Othonis* do ano 962 (69). O arquivo sofreu perdas lastimáveis por ocasião da mudança para Avinhão em 1339 (70), e quando Napoleão o fez transportar para Paris em 1810. Em 1879 o Papa Leão XIII franqueou a sua entrada a pesquisadores, o que deu origem à fundação de vários Institutos Históricos em Roma, mantidos por diversas nações. O arquivo conta 5.600 volumes de bulas e breves medievais, 8.000 volumes de requerimentos, e 1.000 livros de contas. Para os tempos modernos são muito importantes as numerosas notícias das nunciaturas apostólicas. A medida, tomada por Leão XIII, possibilitou o estudo documentário de várias questões históricas que antigamente eram tratadas muito por cima, devido aos conhecimentos falhos das fontes; possibilitou também a composição da obra magistral de L. Von Pastor (1854-1928) sobre a história dos papas (71).

b) Se fazemos abstração da biblioteca do faraó Ramses II, que conhecemos só indiretamente (72), a primeira biblioteca, de que temos conhecimentos seguros, é a do rei assírio Assurbanipal

(69). — Nesta *Donatio* o Imperador Otão II confirmava as doações, feitas pelos carolíngios aos papas. A primeira é de Pepino-o-Breve (756), em que cedia ao papa 21 cidades na Itália.

(70). — Só em 1784 concluiu-se a remessa dos documentos de Avinhão para Roma.

(71). — A *História dos Papas* de L. Von Pastor, abrange o período dos fins da Idade Média (Martinho V, 1417-1431) aos inícios da história contemporânea (Pio VI, 1775-1799). A obra inteira compõe-se de 26 volumes (1886-1933).

(72). — Cf. Diodorus Siculus, *Bibliotheca*, I 49, 53. Esta biblioteca continha apenas livros teológicos e místicos.

(668-626 a. C.) em Nínive. Consiste de mais de 20.000 “livros” em forma de tijolos de barro cosido com escrita cuneiforme. Foi descoberta em 1849 pelo inglês Sir Austen Henry Layard, e achase atualmente no *British Museum* em Londres. Na antiga Grécia foi Pisístrato, o tirano de Atenas (559-529) o primeiro a fundar uma biblioteca pública. Na época clássica do povo grego eram raros os donos de uma biblioteca particular: a tradição diz que o dramaturgo Eurípides (480-405), o filósofo Aristóteles e seu aluno Teofrasto (372-287) possuíam coleções importantes. Só o Helenismo criou bibliotecas públicas com fins científicos, comparáveis aos institutos modernos. As mais notáveis eram a de Alexandria no Egito (73) e a de Pérgamo na Ásia-Menor (74). Em Roma havia, desde o século I a. C., grandes bibliotecas particulares, por exemplo a de Catão de Útica e a de Luculo, muitas vêzes providas de livros pelas bibliotecas despojadas da Grécia. A primeira biblioteca pública em Roma data da época do Imperador Augusto, e logo depois foram aumentando, não só na capital como também nas cidades das províncias. Perdeu-se quase tôda essa riqueza na época da invasão dos bárbaros, não só por causa de numerosas destruições propositadas mas também por certo descuido e retrocesso da cultura. Aos monges, principalmente aos beneditinos, cabe a glória de terem salvo muitos manuscritos: colecionavam-nos e copiavam-nos. O monge Cassiodoro foi um dos primeiros a fundar no seu mosteiro Vivário, na Calábria, uma biblioteca de textos sagrados e profanos, cujo conteúdo ainda hoje podemos reconstruir: além disso, promoveu a transcrição de textos no trabalho monacal por excelência. Dizia um adágio medieval: *Claustrum sine armentario est sicut castrum sine armamentario*. As bibliotecas mais importantes da Idade Média eram as dos mosteiros Bobbio e Monte Cassino (na Itália), Jarrow e Canterbury (na Inglaterra), São Gall (na Suíça), Fulda (na Alemanha), Corbie e Cluny (na França),

(73). — Em Alexandria havia duas grandes bibliotecas, uma das quais estava incorporada no “Museu” (cf. § 47 I). O total dos livros teria sido de 700.000 “volumes”. Quando uma das duas foi destruída, por ocasião das guerras de César no Egito (47 a. C.), teria sido abastecida novamente pela biblioteca de Pérgamo. Segundo outros autores, esta biblioteca teria mudado para Roma. — Não sabemos ao certo qual foi o fim definitivo das bibliotecas alexandrinas. Uns julgam que foi em 273 a. C. (revolta dos egípcios contra o Imperador Aureliano), outros acreditam numa decadência demorada e gradativa, outros ainda dão crédito à lenda de que teriam sido usados os livros para aquecer o banho de Omar II, quando este calif aem 643 tomara a cidade, dizendo: “Se êstes livros divergem do Alcorão, são nocivos; se com êle concordam, são supérfluos”.

(74). — A biblioteca de Pérgamo, fundada pelos atálidas, uma dinastia helenística, contava ±200.000 volumes. — Outra biblioteca importante era a de Antioquia na Síria.

Alcobaça (em Portugal); no Oriente as do monte Atos (75) e do monte Sinai (76).

No início do absolutismo foram os príncipes que criaram as grandes bibliotecas, cujo desenvolvimento era favorecido pela invenção da tipografia. O Papa Nicolau V (1447-1455) foi o fundador da Biblioteca Vaticana. A *Bibliothèque Nationale* de Paris, que deve a sua origem a uma iniciativa do rei Luís XII (1498-1515), tornou-se a primeira biblioteca pública dos tempos modernos com o ministro Mazarino (1639-1662). Igualmente fundaram bibliotecas os príncipes da Alemanha, Itália, Espanha, Portugal, Holanda, e Inglaterra: ao lado dessas coleções surgiram as bibliotecas universitárias de Paris, Oxford, Bolonha, Louvain, Leida, Coimbra, Salamanca, etc.

Desde a Revolução francesa manifestou-se cada vez mais a tendência de centralizar as coleções de livros e manuscritos: além de doações voluntárias, houve numerosas confiscações. Napoleão cogitou em reunir em Paris todos os documentos importantes e todas as obras-primas de arte, e lançou mão do conteúdo precioso do Vaticano. Depois da batalha de Waterloo (1815), as diversas nações européias e americanas fundaram as suas bibliotecas: a da capital do Brasil já existia em 1810.

Algumas bibliotecas importantes dos tempos modernos são: a *Bibliothèque Nationale* de Paris, que possui $\pm 5.000.000$ de livros impressos, fora mapas, revistas, periódicos, etc., e 130.000 manuscritos, 4.000.000 gravuras e 400.000 medalhas (77). A biblioteca do *British Museum* em Londres, que possui $\pm 5.000.000$ livros impressos e 75.000 manuscritos, além de uma riquíssima coleção de documentos variados relativos à história do Oriente. A *Biblioteca Vaticana*, que possui 700.000 livros, 6.000 incunáveis e 53.000 manuscritos. A Biblioteca Nacional de Viena, que possui 1.350.000 livros, inclusive 9.000 incunáveis, e 35.000 manuscritos e uma coleção de 100.000 papiros. A *Library of Congress* em Washington, que possui $\pm 9.000.000$ livros. A Biblioteca Pública de Leningrado, que possui 10.000.000 livros e 46.000 manuscritos. A *Biblioteca Ambrosiana* em Milão, que possui 500.000 livros, 3.000

(75). — O Monte Atos, a "república dos monges", já desde os séculos IV-V habitado por eremitas, era desde o século X um dos grandes centros religiosos da Igreja Oriental. Devido à retirada dos monges russos, desde o regime bolchevista, tem baixado consideravelmente o número de habitantes (atualmente, 2.000 a 2.500). Os diversos mosteiros do Monte Atos possuem uns 10.000 manuscritos e milhares de documentos, dos quais foram vendidos ou cedidos numerosos exemplares importantes a bibliotecas estrangeiras.

(76). — No mosteiro "Santa Catarina" do Monte Sinai achava-se, até 1859, um códice grego da Bíblia (século IV): a obra foi-lhe comprada pelo filólogo C. Von Tischendorf, depois adquirida pela Biblioteca Nacional de Leningrado, e afinal vendida, em 1933, ao *British Museum* em Londres.

(77). — Devemos estes e os outros dados à *Encyclopaedia Britannica*, Vol. XIV (1953).

incunábulo e 10.000 manuscritos. As bibliotecas da Alemanha são menos centralizadas, e várias delas sofreram perdas consideráveis na última guerra mundial. A Biblioteca Pública de Berlim, uma das muitas existentes na antiga capital da Alemanha, tinha 2.850.000 livros, 68.500 manuscritos, 300.000 mapas e 6.500 incunábulo. Finalizando mencionamos a Biblioteca Estadual de Munique, que possuía 2.000.000 de livros, 50.000 manuscritos e 16.000 incunábulo.

III. Para podermos utilizar os livros de uma biblioteca sem perda de tempo, torna-se necessário um catálogo. Há diversas maneiras de catalogar livros: conforme os autores (é o catálogo alfabético), ou conforme os assuntos (é o sistemático), ou conforme o lugar que os livros ocupam na estante da biblioteca. Os três métodos admitem várias aplicações na prática, e não raro são combinados. Vai-se abandonando cada vez mais o sistema de publicar os catálogos em forma de livros, preferindo-se fichas, que facilitam a catalogação de novas aquisições. A classificação decimal, inventada pelo americano Melvil Dewey (1851-1931) e adotada, com ligeiras modificações, pelo *Institut International de Bibliographie* em Bruxelas, está ganhando terreno em tôdas as grandes bibliotecas do mundo, apesar da oposição que lhe fazem principalmente os alemães. No sistema de Dewey dividem-se as disciplinas em dez grupos, cada um dos quais é indicado por um algarismo especial: 0=Enciclopédias, Bibliografia, Catálogos, etc.; 1=Filosofia; 2=Teologia; 3=Ciências Sociais e Direito; 4=Filologia; 5=Ciências Matemáticas e Físicas; 6=Ciências Aplicadas; 7=Belas Artes; 8=Literatura; 9=História e Geografia. Cada um desses grupos pode ser subdividido, acrescentando-se-lhe uma decimal, por exemplo 6=Ciências Aplicadas; 66=Tecnologia química; 669=Metalurgia, etc. O sistema de Dewey pode ser acomodado às exigências de uma biblioteca especializada: mas não podemos entrar na exposição desses problemas técnicos.

IV. É geralmente livre e franca a consulta dos livros nas grandes bibliotecas. Quanto à consulta de documentos preciosos, exigem-se certas garantias. Muitas bibliotecas remetem livros e manuscritos a outras cidades e até a outros países. Hoje em dia fazem-se fotocópias dos importantes documentos históricos (microfilmes): assim se evitam as despesas de longas viagens e o risco de se perder ou de se estragar o manuscrito. Nos Estados Unidos, as grandes bibliotecas fazem questão de possuir microfilmes dos grandes documentos básicos do passado.

CAPÍTULO TERCEIRO

A CRÍTICA HISTÓRICA.

§ 43. *Crítica externa e crítica interna.*

Até agora o historiador era "investigador", à procura de documentos históricos; daqui em diante precisa ser juiz para lhes estabelecer o valor objetivo. Pois os documentos são como testemunhas que devem ser interrogadas criteriosamente. Assim como um juiz exige de uma testemunha a carteira de identidade antes de ouvi-la, assim o historiador pede ao documento a prova de autenticidade para ver se pode servir de testemunha. É a Crítica Externa. No segundo ato do exame passa a julgar a veracidade da testemunha: é a Crítica Interna. Assim como um juiz aceita com a devida reserva o depoimento de uma testemunha pessoalmente interessada neste ou naquele êxito do litígio, ou a declaração de uma pessoa que possui apenas conhecimentos indiretos do caso, assim procede o historiador: examina a competência e a sinceridade do documento.

Por outras palavras, a Crítica Histórica é o exame judicioso das fontes, visto nem tudo o que nelas se encontra ser verdadeiro. É o método científico para separar nos documentos a verdade do êrro e da mentira, a certeza do que é provável ou apenas possível.

I. Nos cinco parágrafos seguintes falaremos da Crítica Externa. Ela suscita numerosos problemas que podem ser reduzidos a estas três perguntas:

- 1) O documento chegou até nós no estado original?
- 2) Quem foi o autor? Onde viveu? Quando escreveu? Em que circunstâncias se achava quando escrevia o documento?
- 3) O autor tinha conhecimentos diretos dos fatos que comunica, ou os devia a outras fontes? Nesta hipótese: quais são?

II. Nos §§ 49-50 pretendemos expor as linhas gerais da Crítica Interna.

A. A CRÍTICA EXTERNA.

§ 44. *A crítica de restauração.*

A primeira pergunta a fazer diante de um texto escrito é: este texto é o original ou uma cópia? Por enquanto nada nos im-

porta saber se o documento é uma falsificação. Pois também os textos apócrifos podem ter interêsse para o historiador e, chegando a ser examinados, são submetidos às mesmas regras da Crítica de Restauração que os documentos autênticos.

I. O Texto é o Original.

O texto que temos em mãos é original (1), fato êsse que é provado pela letra ou pela assinatura do documento, ou então pelo depoimento de outras testemunhas, independentes de nosso texto.

Neste caso não precisamos, — nem sequer podemos, — aplicar a Crítica de Restauração; basta copiarmos fielmente o texto do documento, tarefa mais difícil do que se pensa em geral, sobretudo quando tem certa extensão. Podemos permitir-nos algumas modificações, devidamente explicadas e justificadas no Prefácio, no que diz respeito à ortografia e à pontuação (2). Em alguns casos pode ser útil e até instrutivo copiar exatamente os erros ortográficos e outras incorreções para salientar a ignorância do autor (3). Podemos *grifar* as palavras que julgamos terem importância essencial, mas não sem o aviso especial: *grifo do editor*. Quanto ao resto, devemos seguir as regras gerais, que havemos de expor no § 47.

II. O Texto é uma Cópia.

Muitos textos medievais e quase todos os textos da Antigüidade (4) chegaram até nós por intermédio de cópias. Ora, todo mundo sabe que numa cópia podem entrar numerosos erros: para quem já revisou provas tipográficas ou conferiu os ditados feitos por diversos alunos da mesma turma, não é preciso insistirmos sobre êsse ponto. A reprodução mecânica dos textos, possibilitada pela fotografia, é o único processo de excluir tais erros; a tipografia, a não ser que se faça uma revisão escrupulosa, pode multiplicá-los. Nem a fotografia nem a tipografia existiam na Antigüidade ou na Idade Média: os textos tinham de ser transcritos à mão, processo

- (1). — Pode ser autógrafa, quando foi escrito pelo próprio punho do autor, ou um texto, escrito por outrem, mas autenticado pela assinatura do autor.
- (2). — Por exemplo, as abreviaturas do documento podem ser escritas por extenso na cópia; a ortografia pode ser normalizada ou atualizada o emprêgo de maiúsculas, vírgulas, pontos, sinais de exclamação, etc., pode ser harmonizado com a praxe atual.
- (3). — Neste caso costuma-se pôr na edição a palavra latina *sic* (=“assim”), entre parênteses, e muitas vêzes com sinal de exclamação. Ao encontrar-se no original a ortografia bizarra “hyppodromo”, pode-se usar êste *sic*, como também se topar-se numa palavra ou expressão incompreensível para o autor. Assim fez A. Herculano (*História de Portugal*, 8a. ed., II p. 269) ao transcrever as palavras latinas sem cúvida deturpadas: *undelatricentur*.
- (4). — Feita abstração dos textos, geralmente não literários, que nos foram transmitidos por inscrições e papiros, os mais antigos documentos literários datam dos séculos III e IV d. C. (livros bíblicos, Homero, Virgílio); aliás, são muito escassos. A tradição manuscrita torna-se mais abundante a partir do século IX d. C.

vagaroso e pouco seguro. Muitas vezes os copistas eram pessoas de relativamente pouca cultura ou trabalhavam em circunstâncias pouco favoráveis (5); amiúde dispunham de um modelo mau: a cópia de uma cópia inferior, e assim por diante. Vamos examinar e exemplificar alguns erros que podem entrar numa cópia.

a) Erros Materiais.

Ao transcrever um texto, o copista pode, por distração ou por cansaço, trocar duas letras parecidas, por exemplo *admonentur* e *admoventur*, *cavo* e *caro*. Pode omitir uma letra, por exemplo *ne* e *nec*, ou um acento, por exemplo *saía* e *saia*. Pode pular uma linha inteira por terminarem duas linhas em palavra igual ou semelhante (6). Pode separar erradamente duas palavras (7). Pode omitir vírgulas, pontos, etc., ou pontuar erradamente (8). Pode, por descuido, incorporar no texto uma nota marginal ou glosa (9). Enfim, pode cometer todos os erros involuntários e quase inevitáveis, dos quais alguns trazem consigo conseqüências bastante graves. Na Antigüidade era muito comum ditar um texto a vários escribas juntos, sobretudo para edições baratas: nesta hipótese podiam entrar outros tipos de erros, devidos a uma falta de atenção ou de compreensão, por exemplo *hominibus* por *omnibus*, *expiar* por *espia*, etc.

b) Erros de Raciocínio.

Acontece muitas vezes que um copista, não compreendendo bem certa expressão ou palavra, chega a corrigi-la ou modificá-la, interpretando-a erradamente. Ora, nem tudo o que é incompre-

- (5). — Os bibliófilos da Antigüidade tinham geralmente escravos especializados em copiar manuscritos para uso particular; os livreiros, porém, eram menos escrupulosos e faziam copiar os textos por turmas de escravos, pouco instruídos, que deviam trabalhar o mais economicamente possível. Não havia direitos de autoria. — E' principalmente o poeta Marcial (43-104), autor famélico e deixado entregue às manobras dos livreiros, que nos informa sobre as livrarias na Antigüidade (por exemplo *Epigrammata* I 117, 13; I 113, 5; IV 72, 2; XIII 3, 4).
- (6). — Por exemplo nesta frase, livre invenção do autor:
"Devemos imitar [os bons exemplos e evitar os maus]; os bons exemplos servem para edificar, dando-nos mais..."
- (7). — Um exemplo clássico encontra-se numa das cartas de Sêneca (*Epistula ad Lucilium* 89, 4), onde o *Codex Parisinus* 8658 (século IX-X) lê: *Philosophia... ipso enim nomine latetur. Quidam et sapientiam quidem ita definiunt...* O trecho deve ser lido assim: *Philosophia... ipso enim nomine proficitur quid amet. Sapientiam quidem ita definiunt...* — A tradição quer que devamos um dos versos mais felizes do poeta F. de Malherbe (1555-1628) a um erro do seu tipógrafo, que teria lido nas *Stances à du Perrier*: "Et rose, elle a vécu ce que vivent les roses, L'espace d'un matin", em vez de: "Et Rosette (era o nome da filha falecida) a vécu..."
- (8). — A pontuação é um problema árduo para os editores das *Sátiras* de Horácio, das comédias de Aristófanes, e até dos dramas de Shakespeare. Os antigos códices e os primeiros livros impressos faziam pouco uso, ou então um uso pouco coerente, da pontuação.
- (9). — Os antigos e os medievos punham freqüentemente "glosas" (notas explicativas) na margem de uma fôlha, muitas vezes introduzidas pelas palavras *id est*, *scilicet*, etc. — Também a divisão em capítulos, parágrafos e versículos é quase sempre acréscimo posterior.

ensível para um copista, é incompreensível em si. Quando alguém encontra a palavra “ecumênico” sem saber o que significa, pode ser tentado a transformá-la em “econômico”. Essas alterações são frequentes nos textos antigos: o copista substitui uma palavra grega ou latina que não entende por uma palavra conhecida; “corrige” anacolutos; “completa” frases (10); interpreta mal certa abreviatura (11); relaciona erradamente uma palavra com outra (12), etc., etc.

c) Modificações Voluntárias.

Além dessas duas categorias de alterações, existe outra, mais grave ainda e não menos difícil de verificar: o copista altera conscientemente o texto do original de boa ou má fé. Pode suprimir uma palavra ou um passo que não concorda com as suas convicções; pode mitigar uma expressão ou torná-la mais forte; pode dar até um excerto ou extrato do documento original sem avisar devidamente o leitor (13). Por outro lado, muitos textos são interpolados, quer dizer, foram-lhes acrescentados elementos alheios ao original. As interpolações podem ser insignificantes, tratando-se de palavras intercaladas para esclarecer (bem ou mal) o pensamento, mas chegam a deturpar o texto original, acrescentando-lhe novos episódios (14) ou idéias (15). Afinal, muitos textos, principalmente crônicas, foram continuados por outras pessoas sem que estas tivessem o cuidado de marcar as fronteiras entre o texto original e a continuação (16).

III. Há mais Cópias.

De muitos textos antigos e medievais possuímos mais de uma cópia, e as diversas reproduções apresentam sempre diferenças mais ou menos numerosas e consideráveis. A circunstância de dispormos de vários manuscritos é uma vantagem, visto que muitas vezes o

-
- (10). — O Evangelho de São Lucas (11, 2) omite as palavras do Padre-Nosso que se encontram em São Mateus (6, 10): “Seja feita a Vossa vontade assim na terra como no céu”. Vários copistas infêrcalarão essa frase, nos códices gregos e latinos.
 - (11). — Por exemplo a abreviatura latina *B. M.* pode significar: *Beata Maria*, ou *Bonae Memoriae*, ou *Beatus Martyr*.
 - (12). — Por exemplo o versículo muito discutido no Gênesis (3, 15): *Ipse* (ou, *Ipsa*) *conteret caput tuum*. — A lição certa, conforme o original em hebraico, é *ipse*; também a versão grega dá a forma masculina (“autós”). O tradutor latino (já anterior a São Jerônimo), ou então um copista, não sabendo a que palavra se referia a forma masculina *ipse* (a palavra *semen* é neutra em latim), substituiu-a por *ipsa*. Existem, aliás, também outras opiniões a respeito desta passagem.
 - (13). — Um exemplo bem conhecido de um tal abreviador é Cassiodoro, que nos deixou vários resumos de obras gramaticais e de tratados sobre as artes liberais (por exemplo no livro II das *Institutiones*), muitas vezes sem mencionar as suas fontes. O próprio autor foi vítima dessa praxe, cf. § 4 IV a.
 - (14). — É este o caso de vários episódios e enumerações nas obras de Homero e Hesíodo.
 - (15). — Por exemplo o chamado *comma Johanneum*, um versículo da Vulgata latina (João, *Epistula*, I 5, 7), que talvez seja de origem espanhola (século III).
 - (16). — Por exemplo as crônicas medievais, cf. § 5, II-III.

texto de um códice corrige ou completa o de outro; mas, sendo muito divergentes as cópias, dificulta-se a restauração do texto e exigem-se métodos especiais para a restituição do original, a qual muitas vêzes terá apenas valor aproximativo. Antes de iniciar a Crítica de Restauração, o pesquisador estudará a origem e a história de cada um dos manuscritos, procurando estabelecer entre êles as interrelações. Possibilitam-lhe êsse exame as anotações eventualmente encontradas nos códices, notícias bibliográficas fora dos códices, e afinal, indícios paleográficos (17). Não basta estabelecer qual dos diversos manuscritos é o mais antigo: pois um códice do século X pode ser muito inferior a um do século XII por ter êste utilizado um exemplar melhor do que aquêle (*recentiores non sunt deteriores*). Ora, a filologia procura indagar os graus de parentesco entre os diversos códices (18), partindo dêste argumento: "Tôdas as cópias que contêm, nos mesmos lugares, os mesmos erros ou foram tiradas umas das outras, ou tôdas de uma só, que continha tais erros. Não é crível, realmente, que vários copistas hajam perpetrado, ao reproduzir cada um por sua vez o arquétipo isento de defeitos, exatamente os mesmos erros: a identidade de erros atesta uma origem comum" (19). A êsse critério devemos acrescentar a identidade de lacunas, quer dizer, de omissões, muitas vêzes originadas pelo estado ilegível de certo passo ou pela falta de uma ou mais fôlhas no exemplar que o copista tinha à sua disposição. O pesquisador procura a fonte original dêesses erros e dessas lacunas comuns, e se conseguir descobri-la, poderá eliminar sossegadamente todos os exemplares derivados dela. Não conseguindo descobri-la, esforçar-se-á por agrupar os manuscritos que apresentem o maior número de particularidades em comum. Depois classifica-os em "famílias", cada uma das quais representa a mesma tradição com maior ou menor fidelidade. Para a restauração do texto possuem importância apenas aquelas cópias que deram origem a certa categoria de particularidades, vindo a ser consultadas as derivadas só em casos duvidosos. Procedendo assim, o filólogo é geralmente capaz de dar a árvore genealógica dos códices, o chamado *stemma codicum* (20), a mostrar-nos as interrelações que existem entre as diversas "famílias" dos códices, e a respectiva importância de cada uma delas.

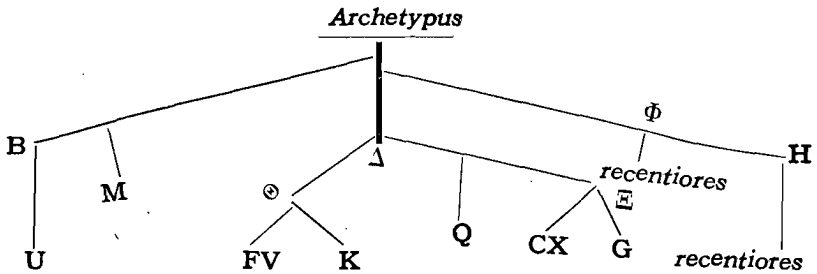
(17). — Cf. § 57, IV-V.

(18). — Foi o filólogo alemão C. Lachmann (1793-1851), conhecido editor de textos clássicos (Lucrecio!) e bíblicos, o primeiro a formular essas regras e a aplicá-las severamente (talvez um pouco mecânicamente) à restauração dos documentos. Distinguiu entre *recensio* (a descrição crítica da história dos manuscritos) e a *emendatio* (a revisão metódica do texto).

(19). — Langlois-Seignobos, *Introdução*, p. 57 (trad. portuguesa).

(20). — *Stemma*, palavra grega, quer dizer: "fita, tira". Os romanos empregavam a palavra para indicar as "fitas" que ligavam entre si as imagens dos seus antepassados (no *atrium*), deixando ver assim a linhagem de uma família.

O exemplo que damos aqui, refere-se aos manuscritos existentes no Livro I das *Institutiones* (21) de Cassiodoro, cujo original, o “arquétipo”, se perdeu (22).



B é um códice, escrito na segunda metade do século VIII na Itália do Sul, que depois passou para a Alemanha (atualmente em Bamberg) e deu origem ao códice U (século XII), atualmente no Vaticano. O códice M (século X, atualmente em Paris) deve ter sido composto igualmente na Itália do Sul, e apesar de se aproximar em alguns pontos do texto BU, representa uma tradição não diretamente dependente d'ele. Duas fontes, Θ e Ξ , hoje perdidas, podem ser reconstruídas mediante a confrontação de três manuscritos delas derivados: F (século IX, escrito em França, atualmente em Florença), V (século IX, escrito em França, atualmente em Valenciennes), e K (séculos IX-X, escrito no mosteiro de S. Gall) levam-nos ao conhecimento de fonte Θ ; Q (século XI, escrito na Baviera, atualmente no Vaticano), C (século IX, escrito em Fulda, atualmente em Cassel), X (século X, escrito na Baviera atualmente em Wurzburg), e G (século X, escrito na Alemanha, atualmente em Wolfenbüttel) levam-nos ao conhecimento de Ξ . Por causa de certos indícios, que não podemos expor aqui, é muito provável que as duas fontes, Θ e Ξ , remontem a uma fonte comum, igualmente perdida e acima indicada pela letra grega Δ . Afinal, possuímos vários manuscritos de data mais recente (*codices recentiores*), que devem sua origem a duas fontes diferentes: Φ (perdida) e H (século IX, atualmente em Hereford, Inglaterra, e muito provavelmente uma cópia de um exemplar irlandês). Essas duas tradições nasceram na França meridional e nas Ilhas Britânicas.

IV. A Restauração do Texto.

Uma vez feita a árvore genealógica dos vários manuscritos sobreviventes (a *recensio*), torna-se mais fácil a restauração, se não

(21). — Neste livro Cassiodoro dá uma introdução metódica aos estudos bíblicos e patristicos, e trata das ciências auxiliares (as sete *artes liberales*).

(22). — O *stemma* foi feito por R. A. B. Mynors (Oxford, 1937, p. LVI da ed. de *Cassiodori Institutiones*), e é reproduzido aqui com algumas ligeiras modificações. Por exemplo marcamos todos os códices “hipotéticos” com caracteres gregos, e os sobreviventes com maiúsculas latinas.

do texto original, ao menos de um texto muito parecido com o arquétipo. Em nosso caso, serão importantes os códices: B e M (U é uma cópia de B); a seguir: F, V e K (visto que se perdeu Θ); depois: Q, C, X e G (visto que se perdeu E); e, afinal: H. O valor dessas cópias não é igual, e o filólogo tem a tarefa de estabelecer-lhes os diversos graus de importância (23). Eliminadas as cópias secundárias, às quais recorre apenas em casos excepcionais, pode agora reconstruir o texto (a *emendatio*).

Neste trabalho deixa de lado os erros ortográficos, os enganos evidentes de somenos importância, as arbitrariedades da pontuação (24), que não influam na interpretação do texto. Depois vai “colacionar” ou conferir minuciosamente os textos das diversas cópias, que representam uma tradição independente. Quando concordam entre si as várias “lições”, geralmente não há dificuldade. Quando, porém, os textos variam em pontos de alguma importância, tem que tomar uma decisão, adotando esta ou aquela variante. Ora, ao tomar uma decisão, serve-se de critérios externos e internos. Critérios externos são, por exemplo, o fato de estar relativamente perto do arquétipo (no tempo e no espaço) certa cópia; o esmero ou a negligência com que se fez uma cópia; o fato de se encontrarem citações do nosso texto em outros autores, cuja tradição manuscrita foi diferente; “lições” de antigos livros impressos, que utilizaram códices já não existentes (25), etc. Critérios internos são, por exemplo, a linguagem e o estilo em relação com os característicos da época e do autor; a tendência geral do pensamento, confrontada com as idéias do autor e da época em que viveu; a descrição de costumes, instituições e lugares, que podemos verificar freqüentemente mediante outras fontes, etc. Tudo isso pressupõe profundos conhecimentos da paleografia, da língua, da cultura, da cronologia, etc. E, apesar de todos os esforços feitos para resolver certos problemas, o resultado da crítica textual é de vez em quando muito pobre e até precário em alguns casos.

Quando todos os textos estão de acôrdo em apresentar-nos um passo evidentemente corrupto ou uma palavra obviamente errada (as chamadas “corruptelas”), o filólogo recorre ao último remédio, que é a emenda pessoal por meio de uma “conjetura”

(23). — Em nosso caso, a ordem de importância é B-M-Θ-E-H.

(24). — No Prefácio, o editor geralmente dá uma exposição do critério que segue quanto à ortografia, pontuação, etc.

(25). — Os humanistas dos séculos XV e XVI (por exemplo Erasmo) destruíam muitas vezes os códices depois de os ter utilizado para as suas edições. — Para a restauração do texto de Horácio é muito importante a edição do humanista flamengo Van Cruycke (Cruquius), que utilizava os célebres *codices Blandinii*, destruídos quando das lutas religiosas em Flandres (1566).

(26). Os editôres de textos antigos e patrísticos, no século passado, atribuíam geralmente valor demasiado à crítica conjectural, chegando a considerá-la como uma das tarefas principais do filólogo (27). Desprezando muitas vêzes a autoridade dos manuscritos e examinando-os quase exclusivamente pelas regras um tanto artificiais de uma gramática “oficial”, desconhecida dos autores clássicos, ou, — pior ainda, — pelas regras de uma estética pretensamente clássica, “expurgavam” os textos, normalizando as “lições” difíceis ou pouco usadas, e tirando-lhes elementos autênticos quando mal se harmonizavam com as suas idéias. Vários fatores contribuíram para que se abandonasse êsse método subjetivo e se atribuísse mais valor à tradição manuscrita. Os papiros, recentemente descobertos, mostram que os textos antigos foram melhor transmitidos do que se pensava nos meados do século XIX; a gramática “histórica”, a estudar as línguas em tôdas as fases da sua evolução e nas suas formas dialetais, destronou a gramática “oficial”, invenção dos humanistas e dos seus epígonos; e afinal, evidenciou-se a verdade da palavra horaciana: *Quandoque bonus dormitat Homerus* (28): também os melhores entre os artistas antigos cometeram lapsos, ou então, aderiam a princípios estéticos algo diferentes dos modernos. Êsses e muitos outros fatores reabilitaram os manuscritos medievais.

V. Problemas da Crítica de Restauração.

A hipercrítica, aplicada pela escola filológica do século passado à tradição manuscrita, “expurgava” os textos clássicos muitas vêzes a tal ponto que condenava como interpolações numerosos trechos, transmitidos pelos códices (29). Examinemos agora dois exemplos de “interpolações”, a cujo respeito os entendidos ainda não estão de acôrdo, embora se possa verificar uma tendência cada vez mais forte para lhes admitir a autenticidade.

a) No drama de Sófocles (495-404 a. C.), intitulado “Antígona”, encontra-se uma passagem de 10 ou 16 versos (30), onde a

(26). — Um só exemplo: Sêneca (*Quaestiones Naturales* IV A, *Praef.* 12) diz (segundo alguns códices): *semper enim falsis a vero petitur veritas*, ou (segundo outro): *... a vero petitura veritas*. O editor P. Oltramare (Paris, 1929) rejeita essas e outras lições impossíveis dos manuscritos, e propõe a conjectura muito provável: *Semper enim falsis a vero petitur auctoritas*. — Às vêzes uma conjectura é confirmada pela “lição” de um códice depois descoberto. Assim o humanista português Achilles Stenius (fim do século XVI) emendou a “lição” errônea do *Codex Thuaneus*: *tuno quiuore* (do poema *Pervigilium Veneris*, v. 9), propondo: *tunc cruore*, lição essa que depois foi confirmada pela descoberta do *Codex Salmasianus*.

(27). — Alguns exemplos são: o alemão Lehrs, o dinamarquês Madvig, e o holandês Cobet, todos influenciados pelo grande filólogo inglês Richard Bentley (1662-1742), que costumava dizer que para êle um texto compreensível tinha mais autoridade do que uma centena de manuscritos. Eram filólogos muitíssimo inteligentes e eruditos, mas suas edições, por mais importantes que sejam para a história da filologia, gozam hoje de uma reputação duvidosa.

(28). — Horatius, *Ars Poetica*, 359.

(29). — Por exemplo Lehrs que, como se diz, afugentava Horácio do próprio Horácio, tirando quase a terça parte dos versos transmitidos pelos códices (1834).

(30). — Sophocles, *Antigone* 904-920, ou 904-914. — O sentido dêste trecho é: “Se o ultrajado fôsse meu marido, não teria feito por êle o que fiz; mas agora que é meu irmão, tive que fazê-lo”.

heroína, antes de ir para a morte, justifica o seu ato generoso de uma maneira que nos parece um pouco prosaica. Goethe (31), por motivos estéticos, desejava que “um bom filólogo provasse não ser autêntica a passagem”, e com efeito, não faltaram filólogos que, valendo-se de critérios internos, riscaram as palavras discutidas de Antígona, *Their wish was father to that thought* (32), e sendo assim, era-lhes bastante fácil apontar incorreções gramaticais, falta de lógica e outras deficiências no trecho. Mas, por outro lado, os manuscritos nô-lo transmitem; ademais, já Aristóteles, que vivia um século depois do dramaturgo, conhecia e citou algumas linhas da passagem (33); encontramos idéias semelhantes em Heródoto, que era amigo de Sófocles (34); e finalmente, o estudo dos epítáfios atenienses nos ensina que o raciocínio de Antígona, por mais estranho que nos pareça a nós, os modernos, era encontradiço no século V a. C. Por êsses motivos aceita-se, hoje em dia, geralmente a autenticidade da passagem.

b) Melhor conhecido é o caso do chamado *Testimonium Flavianum*, um trecho referente à vida e à personalidade de Jesús, na obra de Flávio Josefo (35). O passo reza assim:

“Naquele tempo vivia Jesús, um homem sábio, se é que é lícito chamá-lo homem. Pois fazia muitas coisas milagrosas, sendo mestre de todos os que aceitam com boa vontade a verdade. E atraía muitas pessoas entre os judeus e os gregos. Era o Cristo. E quando o crucificara Pilatos à instigação dos chefes do nosso povo, não deixaram de amá-lo os que o haviam amado desde o começo. Pois apareceu-lhes no terceiro dia, revivificado (ressuscitado), de acôrdo com as profecias que os divinos profetas sôbre êle proferiram, juntadamente com numerosíssimas outras coisas maravilhosas. E ainda hoje em dia existe certa seita de pessoas, que se chamam cristãos, apelido êsse que dêle lhes vem”.

Os argumentos em favor da autenticidade são muito fortes: todos os manuscritos dão o trecho inteiro; além disso, já o cita Eusébio no século IV (36). Os que lhe contestam a autenticidade, baseiam-se geralmente em três argumentos: os apologistas dos séculos II e III, que teriam todo o interêsse em citar êsse texto importante (37), não o mencionam; o pensamento e a terminolo-

(31). — Goethe, *Gespräche mit Eckermann* (Conversação do dia 28-III-1827).

(32). — W. Shakespeare, II Henry IV, Act. II, Scene V.

(33). — Aristóteles, *Rhetorica*, III 16.

(34). — Herodotus, *Historiae*, III 119.

(35). — O trecho encontra-se nas *Antiquitates Judaicae* XVIII 63-64. Em outra passagem o mesmo autor fala das atividades e da morte de João Batista em termos respeitosos (XVIII 116-119), e em outra ainda de São Tiago: “irmão de Jesús que é chamado o Cristo” (XX 200). A respeito dêsses dois últimos passos não existem dúvidas fundamentadas. — Cf. § 3 V c.

(36). — Eusebius, *Historia Ecclesiastica* I 11, 7-8; cf. *Demonstratio Evangelica*, III 3, 105-106.

(37). — Por exemplo Orígenes, Tertuliano e Minúcio Félix. — Mas um “argumentum ex silentio” precisa ser manejado com muito cuidado, cf. § 64 I.

gia (talvez inspirada pelo Símbolo dos Apóstolos?) são alheios aos de um judeu convicto como era Josefo; o contexto dificilmente concorda com o trecho. Os que atribuem muito valor a um ou mais dêsses argumentos, consideram a passagem inteira como uma interpolação; segundo outros, Flávio, por ter mencionado incidentalmente a Jesús, teria dado ensejo a um copista cristão de interpolar algumas palavras relativas à divindade, à ressurreição e aos milagres de Cristo; outros ainda julgam que o passo inteiro, tal como o lemos, é autêntico (38). Não convém acompanhar aqui em todos os pormenores a argumentação dos defensores e dos adversários do *Testimonium*: demos o exemplo a fim de mostrar como é difícil, de vez em quando, chegar com certeza a uma solução definitiva. Tais casos são freqüentes na edição de textos antigos, mas poucas vêzes se trata de questões tão importantes.

§ 45. A crítica de autoria.

Uma vez restaurado o texto, se não com perfeição, ao menos de modo satisfatório, devemos continuar as investigações.

I. A primeira pergunta é: quem foi o autor do nosso texto? Muitas vêzes acontece que a tradição manuscrita a êsse respeito é deficiente, contraditória ou falsa, por várias causas: êrro, engano, ou fraude. Um copista pode ter atribuído o texto a certo autor, com cujas obras se achava reunido no mesmo códice, ou pode ter confundido dois autores homônimos (39); pode ter entendido mal o título da obra (40). Pode ser também que o nosso documento, desde o início, seja uma falsificação, coisa bastante comum na Antigüidade e na Idade Média, quando ainda não havia direitos de autoria, nem existia a tipografia, e tais atos não eram tão severamente censurados como nos tempos modernos (41). Os motivos para falsificar eram muito variados: podiam ser relativamente inocentes, compondo-se versos ou discursos no estilo de um poeta ou orador bem conhecido, ou desenvolvendo-se um tema à maneira de um filósofo afamado. Antes da invenção da tipografia era fácilimo apresentar um documento falso ou adulterado, e fazer acreditar na sua autenticidade. Havia também motivos menos desculpáveis;

(38). — As opiniões a êsse respeito não coincidem com as confissões: o célebre historiador liberal A. Harnack (1851-1930) defendeu a autenticidade; combateu-a o dominicano francês Pe. Lagrange.

(39). — Mencionamos aqui o exemplo do retor e mitógrafo africano Fulgêncio (cf. § 4 VII), muitas vêzes confundido com seu contemporâneo e patrício S. Fulgêncio de Ruspe (século VI).

(40). — Por exemplo o título do gracioso poema latino *Pervigilium Veneris* (=Virgília em honra de Vênus), que data muito provavelmente do século II d. C., originou o engano de atribuí-lo ao poeta Virgílio (=Per Virgilium Veneris).

(41). — Quem não sabe que Cervantes, depois de ter publicado em 1605 a primeira parte do seu *Don Quijote*, teve a surpresa desagradável de ver a publicação da segunda parte, escrita por certo indivíduo misterioso que se chamava Avelaneda? (1614).

a intenção de legitimar as próprias idéias ou pretensões com a autoridade de um grande nome do passado; o interesse individual ou coletivo em obter ou conservar certos privilégios; a vaidade, a ganância, o fanatismo religioso, etc. Finalmente, há falsificações feitas com o único fim de despistar os pesquisadores.

As diversas falsificações, feita abstração da última categoria, podem ser um objeto interessante de estudos históricos, pois revelam-nos as aspirações e a mentalidade do indivíduo ou do grupo social em que nasceram. Outrossim, algumas falsificações exerceram profunda influência no decurso dos séculos, até uma influência superior à de muitos documentos autênticos. Por êsses motivos consagraremos um parágrafo especial aos textos apócrifos (§ 48).

Ao estabelecer a autoria, o historiador torna a valer-se de critérios externos e internos, análogamente aos princípios que já vimos no parágrafo anterior. Em geral, possuem mais valor os externos, já que os internos estão mais expostos a uma interpretação subjetiva. Em muitos casos é impossível uma solução definitiva. Quem escreveu por exemplo o Juramento de Hipócrates? (42). E quem foi o autor das obras místicas, que a Idade Média atribuía a Dionísio do Areópago? (43). Nestes casos, tão numerosos na filologia clássica e medievalista, os editôres falam em “Pseudo-Hipócrates” e “Pseudo-Dionísio”, e qualificam as obras de “incertas” e “esúrias”. Frequentemente acontece que a tradição manuscrita nem sequer nos transmite o nome do autor: aí se fala em “obras anônimas”.

II. A questão da autoria prende-se estreitamente êste grupo de problemas: quando viveu o autor (do original) do nosso documento? Onde? Em que circunstâncias se achava ao escrevê-lo? A que partido político, a que confissão religiosa, a que classe social pertencia? As respostas, dadas a essas perguntas, podem ser importantes para o historiador, ao utilizar-se dos depoimentos da testemunha. São outra vez critérios externos e internos que o guiam, e, em geral, preponderam os externos.

III. *Le vrai peut quelquefois n'être pas vraisemblable* (44): dois exemplos podem ilustrar como critérios, baseados exclusiva-

- (42). — Hipócrates, o pai da medicina racional, viveu em $\pm 460 \pm 373$ a. C. Chegaram aos nossos 72 opúsculos, que lhe são atribuídos, dos quais só 6 são autênticos. O Juramento, que em forma modificada ainda hoje está em vigor, era prestado pelos médicos da ilha de Cos, aos quais pertencia Hipócrates. Mas a data e a autoria são ainda muito problemáticas.
- (43). — Dionísio Areopagita foi convertido por São Paulo (cf. *Atos dos Ap.* XIV 34), e teria sido o primeiro bispo de Atenas. Por volta de 500, certo indivíduo, pouco identificável, talvez um sírio, escreveu 4 obras e 10 cartas, que declarava serem de Dionísio. Êsses livros foram traduzidos para o latim (século IX), e só os humanistas (Erasmus, Valla, etc.) começaram a pôr-lhes em dúvida a autenticidade, em que hoje ninguém acredita.
- (44). — N. Boileau, *Art Poétique* III 48.

mente em argumentos de probabilidade, “interna”, despistaram os pesquisadores. Segundo a tradição medieval, que já começa, no século VIII, Boécio ($\pm 485-524$), o último filósofo dos romanos, teria escrito quatro ou cinco tratados teológicos. Possuímo-los ainda, e os manuscritos são unânimes em atribuí-los a Boécio. Mas os filólogos do século passado julgavam pouco provável tal preocupação teológica de parte do autor da *Consolatio Philosophiae* (45), em que nem sequer é mencionado o nome de Cristo. Em 1871, H. Usener, publicou umas anotações, descobertas num manuscrito do século X (46), que vieram a provar incontestavelmente a autenticidade dos tratados. Destarte foi confirmada uma longa tradição, que tinha sempre venerado Boécio como sábio cristão, e até como mártir da fé. Critérios igualmente internos levaram, no século passado, alguns filólogos (47) a emitir a bizarra teoria, contrária a todos os critérios externos, de que humilde ator de teatro, William Shakespeare (1564-1616) não pode ter sido o autor dos dramas que lhe são atribuídos. Seria possível admitir-se que uma pessoa sabidamente pouco culta (48) fôsse capaz de compor dramas tão “eruditos”? Onde teria arranjado conhecimentos, tão vastos da literatura, da história, da geografia, da filosofia? Na época de Elisabeth I apenas um homem era capaz de escrever o *Hamlet*, *Macbeth*, *King Lear*, etc.; o filósofo Francis Bacon (1561-1626). Hoje em dia ninguém já acredita na “Baconian Theory”. Reconhece-se que um gênio não precisa freqüentar a escola para se formar; por possuir um poder excepcional de assimilação e um interesse muito vivo por todos os aspectos da vida, aproveita-se de tudo o que encontra no seu caminho: a própria experiência, as conversas com amigos, leituras incidentais, etc. Atribuir os dramas shakespearianos ao frio racionalista Bacon, que nada tinha de poeta inspirado, é o mesmo que explicar *obscurum per obscurius*.

Esses problemas, muitas vezes mal postos, contudo não são inúteis para o progresso da ciência: obrigam os filólogos a ponderar os argumentos dos adversários e a examinar antigas questões à luz de novos métodos. Se muitas vezes não levam a uma solução definitiva, podem concorrer para enriquecer nossos conhecimentos históricos; se muitas vezes não resultam em confirmar a hipótese originariamente emitida, abrem novos campos de pesquisa, quase

(45). — Boécio escreveu este livro nos fins da sua vida, quando prêso em Pavia. A *Consolatio* foi uma das obras mais populares da Idade Média, traduzida várias vezes para todas as línguas européias.

(46). — *Codex Augiensis* 106 (atualmente em Carlsruhe), que remonta a fontes do século VI.

(47). — Por exemplo W. H. Smith, *Bacon and Shakespeare* (1857) e Delia Bacon (1856).

(48). — Ben Jonson, no necrológio consagrado ao poeta, dizia dê-lo: *he had small Latin and less Greek*.

sempre proveitosos. Um exemplo clássico é a chamada questão homérica, suscitada em 1795 por Fr. A. Wolf (49), que deu origem a muitas pesquisas filológicas e históricas, não só no campo da epopéia grega, mas também no de outros cantos populares e da Bíblia. A questão homérica ainda não está resolvida, e talvez seja insolúvel, mas, graças aos numerosos trabalhos feitos neste sentido, conhecemos hoje, muito melhor do que os filólogos do século XVIII, o mundo homérico, a natureza de uma epopéia “popular”, e a estrutura da *Iliada* e da *Odisséia*.

§ 46. *A crítica de procedência.*

Depois de examinados os problemas relativos à autoria, chegamos à última questão da Crítica externa: o autor (do original) do nosso documento tinha conhecimentos pessoais dos fatos comunicados, ou os devia a outras fontes?

I. Vários indícios nos podem encaminhar à solução desse problema: a cronologia, indicações feitas pelo próprio autor (neste documento ou noutro) ou por outros autores. Tratando-se de autores posteriores aos fatos narrados, tais como Plutarco e Tito-Lívio, devemos indagar, na medida do possível, as fontes por eles utilizadas. Em alguns casos ainda as possuímos, em outros dispomos apenas de fragmentos, mas acontece também que desconhecemos completamente os textos originais. O filólogo confere meticolosamente o texto do seu documento com o das fontes disponíveis para verificar de que maneira as utilizou o autor do documento estudado. Foi fiel ao servir-se delas, ou embelezou os dados do original, por motivos literários? Modificou-os por certa preocupação ética, patriótica ou religiosa? Deturpou-os por partidarismo político? Ou não entendia direito o que o outro dissera? Não dominava suficientemente a língua da sua fonte? (50).

A fim de resolver êsses e numerosos outros problemas semelhantes, o historiador precisa possuir conhecimentos profundos da língua, da historiografia e da literatura comparada. Uma ligeira alusão, que poderia facilmente passar despercebida a um leigo, basta muitas vezes para que um entendido descubra contactos, influências, filiações, etc. Mesmo que se tenham perdido as fontes originais, os filólogos são, de vez em quando, capazes de reconstruir nas

(49). — F. A. Wolf, *Prolegomena ad Homerum*.

(50). — Neste ponto tem-se pecado muito. Os gramáticos latinos traduziram o termo grego “aitiatiké” (=“causal” e “acusativo”) pela expressão (neste caso errônea): *accusativus*. — Os tradutores gregos dos livros sagrados tinham tanto respeito pela letra do texto original que sua versão se ressentia de numerosos idiomatismos da língua hebraica; êstes foram-se perpetuando (e piorando) na tradução latina. — Alexandre Pope (1688-1744) “traçuziu” Homero para o inglês, conhecendo a epopéia grega apenas mediante traduções latinas e francesas! E hoje em dia, quantos livros russos e escandinavos publicados, que são traduções de traduções!

linhas mestras, a estrutura, a tendência e o conteúdo das obras perdidas, servindo-se de informações de documentos intermediários. Foram principalmente os filólogos clássicos que adiantaram este ramo da metodologia histórica. Colecionaram textos que se achavam dispersos por toda a literatura antiga, submetteram-nos a um exame microscópico e delinearão os contornos de obras há muito perdidas. E não poucos desses resultados já não são hipotéticos, mas vieram a ser conhecimentos quase certos, que em alguns casos foram corroborados por descobertas posteriores (51).

II. Quando um autor toma emprestada literalmente certa expressão ou passagem de outro autor, fala-se em "citação". Hoje em dia, tomamos geralmente muito cuidado, pelo menos em publicações de caráter científico, em conferir o texto citado com o original. Não era assim na Antigüidade, na Idade Média, e até nos Tempos Modernos: citava-se quase sempre de cór, o que explica grande número de inexactidões. Em longos períodos históricos certos livros exerciam influência tamanha que quase todas as pessoas cultas estavam familiarizadas com eles e até os sabiam de cór: Homero na Grécia (52), Vergílio em Roma, e a Bíblia na era cristã (53). Documentos literários de uma época em que havia tal livro central, mostram freqüentemente certas semelhanças e concordâncias na argumentação, que se explicam, não por uma influência direta, mas por sua origem comum num livro central (54).

§ 47. A edição de um texto.

O resultado da Crítica externa é a edição filológica de um texto.

I. A filologia, tanto o nome quanto a realidade (55), nasceu na época helenística em Alexandria, onde os primeiros Ptolomeus (56) fundaram um Instituto para Pesquisas Científicas (57), munido de uma biblioteca esplêndida: aí trabalhavam médicos, botâ-

(51). — Mencionamos aqui um trabalho modelar do filólogo alemão H. Diels, *Die Fragmente der Vorsokratiker* ("Os Fragmentos dos Pré-socráticos"), 1954⁷.

(52). — Homero era o educador do povo grego, e muitos conheciam a epopéia de cór, cf. Xenophon, *Symposium*, 3, 5, e Plato, *Io* (passim).

(53). — Um exemplo: Santo Agostinho cita 13.276 vezes o Antigo Testamento, e 29.540 vezes o Novo Testamento! E' um fato conhecido quanta influência exerceram, na Alemanha, a versão da Bíblia, feita por Lutero e, na Inglaterra, a chamada *Authorized Version* (1604, tendo por base a tradução de W. Tyndale, 1535).

(54). — Felipe-o-Belo da França (1285-1315) valeu-se, nas suas lutas contra o papaço, de argumentos muito semelhantes aos que já empregara o Imperador Frederico II (1215-1250). Ao examiná-los de perto, podemos verificar que são alusões a passagens bíblicas, fato desaperecebido a alguns historiadores.

(55). — Cf. Suetonius, *De Grammaticis*, 10: ...*Eratosthenes... primus hoc nomen sibi vindicavit.*

(56). — Chamam-se Ptolomeus os reis helenísticos do Egito, desde Alexandre Magno até o domínio romano (31 a. C.).

(57). — Chamava-se "Mousaion", cf. a nossa palavra "museu".

nicos, astrônomos, historiadores, poetas e filólogos. Estes últimos tinham a tarefa de colecionar os melhores manuscritos existentes, compará-los e editá-los. Zenódoto, o primeiro bibliotecário, deu em ± 275 a. C. a primeira edição crítica de Homero; outros filólogos de nomeada foram Eratóstenes, um sábio universal que já encontramos como geógrafo (58), Aristófanes de Bizâncio (± 257 - ± 180) e Aristarco de Samotrácia (217-145). Infelizmente, perderam-se as edições e os comentários da escola alexandrina: só os “escólios” (59), conservados em alguns códices medievais, nos permitem uma reconstrução muito parcial da imensa atividade filológica desses eruditos. Também em Pérgamo, cidade litoral da Ásia-Menor, existia uma afamada escola, a qual era influenciada pela Estoa e se dedicava preferencialmente aos estudos gramaticais e retóricos (60). Desde o século I a. C. a filologia era cultivada igualmente em Roma, mas os romanos eram geralmente apenas discípulos dos gregos sem contribuir muito para o progresso da ciência. Além de Varrão (61), mencionamos aqui os *grammatici* Donatus (século IV) e Servius (século V), aquêl autor de duas gramáticas latinas muito populares na Idade Média, êste autor de um comentário sobre Vergílio que ainda hoje é muito apreciado. Os aristocratas romanos da época da decadência (séculos IV-VI) consideravam a tarefa de restaurar os textos antigos como parte integrante dos seus deveres patrióticos: visto que a carreira política lhes oferecia apenas honras imaginárias e poucas vantagens efetivas, buscavam motivos de consólo nos livros do passado. Entre os Padres da Igreja Ocidental eram principalmente São Jerônimo e Cassiodoro estudiosos da filologia. Na Idade Média eram desconhecidos os métodos científicos da escola alexandrina para restaurar um texto, mas os monges irlandeses e depois os beneditinos faziam o possível para procurar bons manuscritos e copiá-los. E’ de bom tom, querendo-se demonstrar o obscurantismo medieval, citar alguns textos que devem provar o desprezo dos monges pela cultura (62): seria mais justo reconhecermos com gratidão o quanto devemos ao trabalho modesto dos copistas anônimos da Idade Média.

(58). — Cf. § 38 V.

(59). — “Escólios” são anotações gramaticais, literárias e históricas, tiradas das obras dos antigos filólogos. A maior parte dêles se refere a Homero, aos líricos e aos dramaturgos.

(60). — Aí era seguida, também sob a influência dos Estóicos, a interpretação alegórica dos textos antigos. — Nos tempos cristãos trocaram-se os papéis: Alexandria tornou-se o centro da “alegorese” bíblica, e Antioquia preferia a interpretação literal.

(61). — Cf. § 4 II d.

(62). — Por exemplo as palavras do Papa Gregório I (*Epistula* V 53a): ...*quia indignum vehementer existimo, ut verba caelestis oraculi restringam sub regulis Donati. Neque enim haec ab ullis interpretibus in Scripturae Sacrae auctoritate servata sunt.*

A arte de imprimir (63) possibilitou a multiplicação e a difusão de livros em proporções antes inimagináveis, diminuindo o perigo de entrarem novos erros na tradição. Mas os primeiros humanistas, procedendo com uma precipitação quase febril, pouco se incomodavam com a comparação demorada e minuciosa dos códices. Passados os primeiros tempos de um entusiasmo compreensível, mas um tanto exaltado pela nova invenção, começaram a aparecer os textos críticos, principalmente na França e na Holanda. Mencionamos aqui os nomes ilustres de Joseph Justus Scaliger (1540-1609) e Isaac Casaubonus (1559-1614); Justus Lipsius (1547-1606) e Gerardus Vossius (1577-1649). No século XVII destacam-se as edições dos Bolandistas, de que já falamos (64), e as dos maurinos na França (65). Merece também nossa atenção a erudita obra de compilação histórica, feita pelo jansenista Lenain de Tillemont (1637-1698) nas suas *Mémoires pour servir à l'histoire ecclésiastique des six premiers siècles* (66). Filólogos de relêvo no século XVIII eram o inglês R. Bentley (67), o italiano L. A. Muratori (68), e o holandês C. Valckenaer (69). Desde os fins desse século foram os alemães que abriram novos caminhos: a filologia alemã dominaria o século XIX, e ainda hoje em dia ocupa um lugar dos mais importantes. Inegavelmente foi a filologia clássica o modelo para todos os outros ramos dessa ciência, mas atualmente já não possui o monopólio: os romanistas, os germanistas, os anglicistas e os orientalistas dispõem agora igualmente de coleções importantes de documentos históricos, criticamente editados.

II. Por mais indispensáveis que sejam as edições críticas, não constituem o termo da atividade do historiador. A crítica externa, no fundo mais filologia do que história, “ensina a não nos utilizarmos dos maus documentos, mas não nos ensina a tirarmos partido dos bons” (70). Muitas pessoas, enfasiadas pelo caráter extremamente analítico da Crítica externa chegam a desqualificá-la como perda de tempo e desperdício de energia, inteiramente despropor-

(63). — A primeira edição impressa de um texto chama-se *Editio Princeps*. Antes de 1500 estavam impressos os importantes autores latinos, antes de 1520 os gregos. Antes de 1521 saíram quase 100 edições da Vulgata. Os livros impressos antes de 1500 chamam-se “incunábulos”.

(64). — Cf. § 42 I, n. 60.

(65). — Os maurinos, congregação beneditina, cuja matriz era em St. Germain-des-Prés, perto de Paris, editaram por exemplo as obras de Santo Agostinho, de maneira ainda hoje não superada. Os mais célebres entre eles eram D. Mabillon (1631-1707), autor da obra *De Re Diplomatica* e D. Sabatier, que editou os restos da Itala (antiga versão latina da Bíblia). — Cf. § 42 I.

(66). — Esta obra, riquíssima em documentação, serviu de base à obra de E. Gibbon, cf. § 7 II.

(67). — R. Bentley fundou a história científica da literatura grega, e fez muitas descobertas importantes. — Cf. § 44 IV, n. 27.

(68). — L. A. Muratori (1672-1750) editou a coleção importante *Rerum Italicarum Scriptores* (em 28 volumes, 1723-1751; desde 1900 reeditada), e descobriu a lista mais antiga dos livros do Novo Testamento.

(69). — C. Valckenaer descobriu muitas falsificações em trechos atribuídos a Eurípides, Calímaco, etc. (1715-1785).

(70). — Langlois-Seignobos, *Introdução* p. 71.

cionados ao valor histórico dos documentos editados e nada ou pouco contribuindo para a vida cultural. Com efeito, não é imaginário o perigo de ficar absorvido o historiador pelo pesquisador, ou a síntese pela análise. Mas cumpre frisarmos que uma síntese científica é impossível sem prévios estudos analíticos. Aliás, os grandes historiadores dos séculos XIX-XX souberam combinar os trabalhos de pesquisa minuciosa com uma exposição sintética dos resultados: um bom exemplo é o grande historiador Th. Mommsen (71). E, afinal, dada a complexidade da matéria histórica, é impossível demarcar com precisão os limites entre o que é muito importante e o que tem apenas importância secundária. Quase tudo depende, tanto na edição das fontes como no estudo de um assunto muito especializado, da maneira de focalizar o objeto. Um detalhe aparentemente insignificante pode-se tornar muito importante quando é situado pelo espírito humano como elemento constitutivo e significativo de um conjunto superior.

III. Uma edição filológica consiste geralmente de três partes essenciais: o Prefácio, o Texto e o Índice.

a) No Prefácio o editor dá a história do(s) manuscrito(s), descreve-lhe(s) o valor e as interrelações, traça o *stemma codicum*, e indica as “siglas” ou abreviaturas que emprega para indicar os diversos códices utilizados (o chamado *Conspectus Siglorum*). Não raro fala também da vida do autor, da época e das circunstâncias em que escreveu, das fontes que utilizou, e da sobrevivência do texto em autores posteriores. Em uma palavra, aí resume os resultados certos ou duvidosos da Crítica externa.

b) O corpo da edição é o texto. O editor pode eliminar, como já vimos (72), erros e enganos óbvios, sem importância para a interpretação, normalizar a ortografia e a pontuação, escrever por extenso as abreviaturas, etc. Serve-se de vários “sinais” ou “símbolos”, cujo valor precisa ser esclarecido adotando-se um sistema pessoal; em textos clássicos segue-se geralmente um sistema internacional e uniforme. Damos aqui os mais importantes:

- < > indica palavras, não transmitidas pelos manuscritos, mas acrescentadas pelo editor;
- [] indica palavras, transmitidas pelos manuscritos, mas “delidas” pelo editor,

(71). — Th. Mommsen (1817-1903), o autor da *História Romana* (4 volumes, obra não acabada), escreveu também estudos “técnicos” sobre a numismática, a cronologia, a administração, etc. da antiga Roma; além disso editou vários textos dos *Monumenta Germaniae Historica* e o *Corpus Juris Civilis*.

(72). — Cf. § 44 I.

- * * * indica lacunas nos manuscritos;
+++ indica passos corruptos que o editor não sabe emendar bem.

Exemplos:

<i>ut crederes</i> <hoc> <i>esse conscriptum</i>	o editor acrescentou <i>hoc</i> (73);
<i>ut crederes</i> [hoc] <i>esse conscriptum</i>	o editor “deliu” <i>hoc</i> , lição transmitida pelos manuscritos;
<i>ut crederes</i> * * * <i>esse conscriptum</i>	sumiram-se uma ou mais palavras entre <i>credere</i> s e <i>conscriptum</i> ;
<i>ut crederes</i> +++ <i>esse conscriptum</i>	é essa a “lição” dos manuscritos, mas o editor considerava-a errada sem saber como deve emendá-la.

Uma edição crítica não poderia ser completa sem o chamado aparato crítico (*Apparatus criticus*), quer dizer, notas abaixo do texto, a trazerem as diversas “variantes”, com breve indicação do(s) códice(s) em que são encontradas. O editor pode seguir dois métodos: o método negativo consiste em registrar as “lições” diferentes do texto adotado no corpo; o método positivo e mais minucioso registra também o(s) códice(s) da lição adotada.

Abaixo do “aparato crítico”, ou então à margem do texto, são indicados os textos que o autor do documento editado citou ou utilizou, e muitas vezes também os autores posteriores que, por sua vez, utilizaram o nosso autor. Por vezes é-lhes acrescentado um comentário gramatical ou histórico: quando este exige muito espaço é geralmente colocado no fim do livro ou no fim do Prefácio.

c) O Índice é a terceira parte: registra, em ordem alfabética, os nomes dos autores, as palavras e expressões interessantes, os nomes de lugares geográficos e de pessoas históricas, etc. Muitas vezes há vários Índices, organizados conforme os diversos assuntos.

IV. Uma edição de suma importância, acompanhada por todos os filólogos com intenso interesse, está sendo realizada em Roma pelos beneditinos do mosteiro de *San Girolamo*: trata-se da edição crítica da Vulgata, da qual existem ±30.000 manuscritos (completos ou incompletos). A Vulgata é o texto latino oficialmente adotado pela Igreja Católica no Concílio de Trento, e as várias edições do século XVI, geralmente conhecidas sob o título de *Edictio Sixto-Clementina* (74), já não satisfazem às exigências rigoroso-

(73). — O editor pode-se servir, neste caso, também de *grifos*.

(74). — A edição “definitiva” data do ano 1598; devido à pressa que os papas Sixto V (1585-1590) e Clemente VIII (1592-1605) mostravam, os filólogos, encarregados da nova edição, não podiam trabalhar com o sossêgo necessário.

sas da crítica moderna. Os trabalhos preparatórios começaram em 1907, e depois de vencidas numerosas dificuldades externas e internas, saíram uns dez volumes até agora, cada um de ± 500 páginas, e abrangendo mais ou menos a quarta parte da Bíblia. Os manuscritos foram divididos em três famílias principais, cujas fontes principais: o *codex Gatianus*, o *codex Ottobonianus* e o *codex Amiatinus* possuem autoridade decisiva para os editores.

§ 48. Falsificações.

Já vimos que algumas falsificações possuem grande importância para a história. Neste parágrafo damos exemplos célebres e tratamos dos problemas a êsse respeito.

I. Falsificações Célebres.

a) Os Cantos Sibilinos (74a).

Na antiga Grécia havia mulheres vaticinadoras, chamadas “Sibilas”, que, sem domicílio fixo, iam de lugar em lugar, profetizando o que viam no espírito, não a pedido de outros, como as sacerdotizas nos oráculos, mas empolgadas pela divindade que se apoderava de seu coração. Atribuía-lhes o povo uma quantidade de profecias sinistras, que perturbavam a imaginação da época: de tudo isso quase nada chegou aos nossos dias. Mas na Alexandria helenística, onde muitos judeus moravam na “diáspora” (75), haviam de renascer as Sibilas. Apoderaram-se da literatura sibilina os judeus alexandrinos para nela darem expressão aos seus sentimentos de indignação contra os gentios, no meio dos quais estavam condenados a viver. De acôrdo com o papel tradicional da Sibila, faziam-na predizer todos os horrores da devastação que deviam cair sôbre o mundo pagão, e faziam-na anunciar a próxima vinda do Messias. Dêsses produtos de *pia fraus* se assenhorearam mais tarde os cristãos, para se queixarem das injustas perseguições que sofriam da parte dos pagãos. Ainda hoje possuímos uns doze livros de profecias “sibilinas”, cujos elementos mais antigos remontam aos judeus e os mais recentes aos cristãos. Muitos Padres da Igreja deixaram-se enganar por êsses documentos apócrifos (76), e a Sibila tornou-se uma figura popular na literatura e nas artes da Idade Média. Até Miguel-Ângelo sentia-se atraído pelo assunto, e pintou na Ca-

(74a). — Cf. J. J. van den Besselaar, *Virgílio e a Sibila na Idade Média*, in Revista da Univ. Cat. de São Paulo, IV f (1953), pgs. 23-39.

(75). — Foi neste ambiente que nasceu também o *Septuaginta*, a tradução grega do Velho Testamento, segundo a tradição, feita sob o reinado de Ptolomeu Filadelfo (285-246 a. C.) por 70 judeus, os quais independentemente uns dos outros, teriam chegado ao mesmo resultado. Na verdade foi a obra de três ou quatro gerações (séculos III-II a. C.).

(76). — Por exemplo Justinus, *Cohortatio ad Graecos*, 38; Tertullianus, *Adversus Nationes*, II 14; Augustinus, *De Civitate Dei*, XVIII 23; até São Tomás, *Summa Theologica*, II-II, q. 2, a. 7, ad 3.

pela Sixtina cinco maravilhosas figuras de Sibilas. Só na época do Racionalismo foi-se destruindo a lenda, incapaz de resistir às normas de um rigoroso exame crítico (77).

b) *Donatio Constantini*.

Outra falsificação célebre teve grande repercussão na vida política e diplomática da Idade Média. E' a chamada *Donatio Constantini*, documento falsamente atribuído a Constantino Magno (306-337), o primeiro Imperador cristão dos romanos. Conforme o texto da *Donatio*, Constantino, depois de curado de lepra pelo papa Silvestre I (314-335), teria concedido à Igreja de Roma a primazia sôbre tôdas as outras Igrejas do Império; além disso, teria dado ao papa maior poder do que êle próprio pretendia exercer, também em questões mundanas: deu-lhe a cidade de Roma e tôdas as províncias do Ocidente. Para simbolizar êsse ato solene, o Imperador mudou-se para Constantinopla (330), cedendo ao papa o mundo latino.

Por mais incrível que pareça, a Doação exerceu grande influência, apesar dos numerosos contrasensos nela contidos (por exemplo, o papa recebe o primado espiritual do poder terrestre!). E' citada, desde o século IX, na França, e a partir do pontificado de Leão IX (1049-1054) até pela chancelaria papal. Dante tinha fé na autenticidade da *Donatio*, se bem que lastimasse o fato e lhe impugnasse o valor jurídico (78). Sua origem continua obscura. Pode ser que um franco, ou então um romano tenha fabricado o documento, possivelmente quando da coroação do Imperador Luís-o-Bondoso pelo papa Estêvão IV em Reims (816). A fraude foi só descoberta no século XV por três eruditos, uns independentemente dos outros (79).

c) Ossian.

Em 1760, o poeta escocês James Macpherson (1736-1796), editou seus *Fragments of Ancient Poetry*, uma coleção de 15 baladas e canções pretensamente traduzidas da língua gaélica (80). De 1762 a 1765 saíram outras coleções, apresentadas ao público inglês como traduções do cantor gaélico, Ossian (81). O tom sentimental e o caráter nebuloso dessa poesia ossiânica, "traduzida",

(77). — B. de Fontenelle, *Histoire des Oracles* (1687). Cf. § 85 I.

(78). — Dante, *Inferno*, XLIX 115-117; *Purgatorio*, XXXII 129; *Paradiso*, XX 55-60; *De Monarchia*, III 10-11.

(79). — Puseram em dúvida a autenticidade Nicolau de Cusa (1432: *Concordantia Catholica*) e Lourenço Valla (1440: *De falso credita et ementita Constantini Declamatio*). O caráter apócrifo foi provado terminantemente em 1450 pelo bispo inglês Reinald Peacock.

(80). — O gaélico é um dos dialetos celtas, muito afim com o irlandês, que os montanhesez da Escócia ainda falavam no século XVIII.

(81). — Ossian, bardo cego, meio lendário, o último descendente de uma linhagem de reis (século III). Seu pai Fingal teria vencido os exércitos romanos sob o comando do Imperador Caracala (211-217).

por Macpherson, causaram grande impressão na mentalidade pré-romântica da época, não só na Inglaterra, mas também na França e na Alemanha, onde logo apareceram versões no vernáculo. Só algumas pessoas críticas, como por exemplo o Dr. Samuel Johnson, tinham a coragem de combater a autenticidade das descobertas do poeta escocês: quase todos, também os grandes literatos, acreditavam piamente na poesia ossiânica, apesar de aí haver muitas reminiscências de Homero, Milton e dos Salmos, e não obstante o “tradutor” recusar-se a mostrar o texto original durante a sua vida. Não é exagerado dizer-se que três fatores foram decisivos para o nascimento do Romantismo na segunda metade do século XVIII: as obras de Rousseau, o descobrimento de Homero e Shakespeare, e a poesia de Macpherson. Embora não estejam resolvidos todos os problemas relativos à origem de “Ossian”, pode-se dizer que as obras do poeta escocês não passam de mistificações.

d) Malaquias.

Em 1595, o beneditino A. Wion publicou no seu *Lignum Vitae* (em Veneza) os característicos de 111 papas, desde Celestino II (1143-1144) até o fim do mundo, atribuindo-os ao santo bispo Malaquias de Armagh, da Irlanda (1094-1148), amigo de São Bernardo. Os característicos, com que figuram os Sumos Pontífices de Celestino II a Urbano VIII (1590), não permitem a mínima dúvida: todos êles se referem aos nomes das famílias a que pertenciam os papas, ou então aos brasões papais. A partir de 1590, porém, as “profecias” mudam completamente de caráter: tornam-se vagas e enigmáticas; algumas são aplicáveis a quase todo e qualquer papa dos últimos séculos, por exemplo o apelido *Vir Religiosus*, que cabe a Pio VIII (1829-1831). A profecia de Malaquias tem sido objeto de discussão desde o século XVI: o exegeta Cornelius a Lapide (1567-1637) propendia para aceitá-la, seu confrade, o bolandista D. van Papenbroek rejeitava-a, e nos tempos modernos o grande historiador A. Harnack proferiu igualmente contra ela uma sentença condenatória. Cada vez que se elege um novo papa, o documento torna a atrair o interesse do grande público, e por causa de umas coincidências felizes (82), surgem sempre defensores da autenticidade. Os principais argumentos contra a autenticidade são: a profecia é desconhecida de São Bernardo, que escreveu a vida de seu amigo e mencionou o dom profético dêle; o documento emprega algumas expressões tipicamente renascentistas; a diferença já indi-

(82). — A título de curiosidade damos aqui alguns característicos dos últimos papas: *Cruz de Cruce* (Pio IX), *Lumen in Caelo* (Leão XIII), *Ignis Ardens* (Pio X), *Religio Depopulata* (Benedito XV), *Fides Intrepida* (Pio XI), *Pastor Angelicus* (Pio XII). Depois da morte de Pio XII há de haver ainda 6 papas, dos quais o último, Peçro de Roma, governará a Igreja durante uma grande perseguição: *et tunc erit finis*.

cada entre a primeira e a segunda metade da lista; o falsificador empregou a "História dos Papas" de Onófrio Panvínio, publicada em 1557, da qual copia vários erros. A despeito da popularidade de que goza esta profecia em certos meios, devemos acatar a sentença da história: a "profecia" de Malaquias é uma mistificação, ainda que não saibamos quem a fabricou, nem quando foi feita ou com que intenções.

II. Houve outros falsários de documentos históricos, e pertenceram a várias categorias. Um caso interessante foi um padre oratoriano francês, Jérôme Vignier (1606-1661), que forjou nove documentos, relativos aos tempos merovíngios; a fraude foi desmascarada só em 1885 pelo historiador Jules Havet (83), mas os textos apócrifos já tinham entrado em diversas grandes coleções. Vrain Lucas apresentou à *Bibliothèque Nationale* de Paris os "autógrafos" de Vercingétorix, Cleópatra, e Maria Madalena (84). O *Louvre* pagou 100.000 francos pela pretensa tiara do rei cita Sataifernes (século II a. C.), fabricada por um judeu em Odessa. O mesmo museu pagou 17.000 francos pelo busto "contemporâneo" do poeta renascentista Benevieni. Ao surgirem dúvidas acêrca da autenticidade, foi proposto um prêmio de 15.000 francos para quem resolvesse o problema. Ganhou-o o falsário, chamado Bastiani (85).

III. Um detalhe aparentemente insignificante pode conduzir os pesquisadores a descobrirem o lôgro: anacronismos, citações bíblicas de uma tradução ainda inexistente no tempo do "original", contradições manifestas com outras fontes, questões gramaticais e estilísticas, a natureza do material usado, verificável por processos químicos, a forma da letra, as circunstâncias misteriosas da sua origem, etc. Uma vez surgindo dúvidas a êsse respeito, é difícil que o documento adulterado escape à sagacidade dos investigadores.

IV. Pergunta-se, porém, se diante dessa multidão de documentos apócrifos não é prudente duvidar da autenticidade de numerosíssimas outras fontes, que continuamos a considerar, talvez sem razão, como autênticas. Com efeito, é bem possível que uma parte dos documentos, hoje aceitos, sejam falsificações, mas essa parte é muito exígua comparada com a grande maioria, que são documentos autênticos.

O padre jesuíta J. Hardouin (1646-1729) sustentou a teoria exorbitante de serem falsificações, forjadas por monges medie-

(83). — J. Havet, *Les Découvertes de J. Vignier*, Paris, 1885. — Engraçadas são as palavras de um confrade a respeito de Vignier: *Il y a céans un certain père, qui autrefois a été huguenot, nommé le père Vignier, qui est un grand, excellent et hardi menteur... D'où on dit par ironie: les vérités du père Vignier!*

(84). — Cf. Seignobos-Langlois, *Introdução*, pp. 62-63.

(85). — Devemos êstes dados a P. Kirn, *Einführung in die Geschichtswissenschaft*, Berlin, 1952, p. 16.

vais, quase tôdas as obras clássicas da Antigüidade, com exceção de Homero, Heródoto, Cícero, as Bucólicas de Virgílio, as Sátiras de Horácio, e as obras de Plínio-o-Velho; segundo o mesmo, todos os concílios eucumênicos, anteriores ao de Trento (1545-1563), seriam fictícios. Nos tempos modernos, um alemão, chamado W. Kammeier, escreveu várias brochuras com o fim de demonstrar que quase tôdas as fontes relativas à história da Germânia medieval teriam sido fabricadas por eclesiásticos interesseiros do século XV.

Tal atitude hipercrítica é, no fundo, não menos ridícula do que a crença cega na autenticidade das fontes, e leva a um absurdo evidente. Aquêles falsários teriam forjado documentos históricos, revelando não só conhecimentos extraordinários dos tempos passados, mas também da paleografia. Teriam sido os melhores paleógrafos de todos os tempos, escrevendo manuscritos cada um dos quais representasse certa fase de evolução paleográfica, correspondente à tradição manuscrita da Bíblia e dos códices jurídicos que ninguém pode considerar como invenção dos fins da Idade Média. Além disso, teriam tomado o cuidado de interpolar certas palavras e passagens, de omitir e alterar outras, etc.

Essas tentativas de eliminar a maior parte dos documentos geralmente não são originados pelo desêjo de servir à verdade histórica, mas pela pretensão a uma originalidade, mal entendida. São estéreis e absurdas, e não merecem o nome de teorias, e sim de especulações fantásticas.

A. A CRÍTICA INTERNA.

§ 49. A *hermenêutica*.

A Crítica interna ocupa-se do valor objetivo do depoimento, dado pelo documento, ao qual a Crítica externa deu a melhor forma possível. Neste parágrafo examinamos dois aspectos da Crítica interna, geralmente reunidos sob o nome de *Hermenêutica* ou a *Arte de Interpretar*.

I. O que disse o Autor?

Nesta parte da Crítica, o pesquisador pergunta: qual o sentido (literal) da comunicação, feita pelo documento? Precisa de profundos conhecimentos lingüísticos (86) para poder dar uma resposta satisfatória a essa resposta. Não se trata apenas de um conhecimento geral de certo idioma, mas de tôdas as suas aplicações possíveis em documentos históricos. Quem conhece apenas o latim clássico de Cícero, está pouco preparado para ler o latim escolásti-

(86). — Falamos aqui apenas em documentos escritos: a "hermenêutica" de documentos não escritos exige outras disciplinas subsidiárias.

co de São Tomás, e vice-versa. O latim diplomático da Idade Média apresenta outras dificuldades ao filólogo (87).

A descoberta dos papiros gregos, na maior parte escritos na chamada "Koiné" (88), revolucionou a exegese bíblica, chegando a modificar a interpretação de muitas palavras e expressões, encontradas no Novo Testamento, que antigamente não eram entendidas em todo o seu alcance por falta de conhecimentos da "Koiné". A lingüística moderna descobriu também as feições próprias do latim cristão, usado pelos Padres da Igreja Ocidental, obrigando os historiadores a modificarem certas interpretações tradicionais.

II. O que quis dizer o Autor?

Afim com a pergunta anterior, mas muito mais sutil é esta questão: o que quis dizer o autor do documento? Ao procurarmos dar-lhe uma resposta bem fundamentada, devemos tomar em consideração vários fatores. O autor escreveu para o povo, simplificando os fatos, ou para entendidos? Serviu-se de certo simbolismo, alegorias ou ironia, ou quis ser entendido ao pé da letra? Qual o gênero literário a que pertence o nosso documento? Qual o contexto da passagem que queremos utilizar? Êsses e tantos outros problemas pertencem ao domínio da história da literatura, no sentido mais amplo da palavra; estuda ela os diversos produtos literários, enquadrando-os na sua época e estabelecendo-lhes os caracteres peculiares, os quais geralmente são condicionados pela tradição, e pelas convenções e predileções das épocas históricas.

a) Citações avulsas, desligadas do corpo do texto a que pertencem, deturpam muitas vêzes o sentido das palavras originais: todo e qualquer herege encontra facilmente um texto que lhe sirva, fato êsse que é provado abundantemente pela história das lutas dogmáticas. Muitas palavras aladas, repetidas irrefletidamente sem que se lhes procure o sentido original, ficaram com um significado bem diferente do que tinham na fonte, por exemplo *Mens sana in corpore sano* (89), e *Non scholae, sed vitae discimus* (90). Dedu-

(87). — Neste ponto são muito importantes, além de gramáticas, dicionários especializados. Mencionamos aqui uma obra do século XVII, ainda hoje indispensável para o estudioso da Idade Média; *Glossarium ad Scriptores Mediae et Infimae Latinitatis*, feito por Ch. Du Cange (1610-1688), reeditado (em 10 volumes) por L. Favre (1883-1888).

(88). — A "Koiné" constitui a fase de evolução do antigo grego na época helenística e romana. Em oposição aos "dialetos" clássicos (ático, jônico, dórico e eólico), que pertencem ao período das "póleis", era uma linguagem universalmente falada e entendida em todas as terras de fala grega. Devido a prevenções estilísticas, perdeu-se grande parte da literatura grega, escrita em Koiné, o que, antes das descobertas dos papiros, dificultava consideravelmente o estudo filológico do Novo Testamento.

(89). — Juvenalis, *Satira*, X 356: *Orandum est ut sit mens sana in corpore sano*. O poeta diz que um homem de bom juízo pede ao céu a saúde da alma com a saúde do corpo, e não que a saúde do corpo seja condição essencial da saúde da alma.

(90). — Sêneca, *Epistola ad Lucillum*, CVI, 2 (cf. LXXXVIII *passim*), queixando-se da tirania exercida pela escola do seu tempo, diz: *Quemadmodum omnium rerum, sic litterarum quoque intemperantia laboramus. Non vitae, sed scholae discimus*.

zir delas argumentos históricos, como se faz muitas vezes em livros populares, sem se preocupar do contexto, é processo indigno de um historiador sério.

Um exemplo engraçado é a interpretação meio ignorante, meio maliciosa, dada por certos anticlericais, a um passo da *Historia Francorum* (VII 20) de Gregório de Tours. Um dos bispos francos, que assistia ao Concílio nacional de Mâcon em 585, fêz, quando se tratava de garantir certos direitos da mulher, esta observação: *mulierem hominem non posse vocitari*. A observação do bispo tinha apenas a finalidade de chamar a atenção dos seus colegas para o fato de significar, em latim vulgar, a palavra *homo* (91) só “homem” (do sexo masculino), nunca “mulher”: por isso o emprêgo do têrmo *homo* era pouco apropriado num caso como êste, onde se tratava evidentemente de mulheres. Calou-se, depois de ouvir a explicação de um dos outros bispos, que lhe esclareceu que também a Bíblia fala em *Filius Hominis*. Conforme uma interpretação errada, que não liga para o contexto, o Concílio teria negado a alma da mulher!

b) Numa obra histórica pròpriamente dita há pouco perigo de encontrarmos alegorias que não sejam imediatamente reconhecíveis: os historiadores fazem em geral questão de ser entendidos sem dificuldade. Mas em certas obras literárias, não menos importantes para os estudiosos da história, a situação é muito diferente. Cometeria êrro fatal quem quisesse interpretar ao pé da letra a *Divina Commedia* de Dante, ou não levasse em conta o elemento de ironia ao estudar a *Utopia* de Thomas More.

A interpretação alegórica era muito comum na Antigüidade e na Idade Média. Já no século VI a. C., certo Teágenes deu uma interpretação alegórica de certas passagens homéricas. A Estoa adotou êsse método, elevando-o à categoria de um verdadeiro sistema: já vimos que a escola filológica de Pérgamo fazia tudo para descobrir o sentido oculto dos mitos e da epopéia (92). A “alegorese” tornou-se uma mania de alguns Padres da Igreja, ao esclarecerem a Bíblia. Sem jamais negarem o sentido literal ou “histórico”, exercitavam-se em procurar o maior número possível de sentidos figurados, apropriados para ensinar ou edificar os fiéis (93). Reza-va o adágio medieval:

Littera gesta docet, quid credas allegoria;

Moralis quid agas, quo tendas anagogia.

(91). — Em latim clássico, *homo* servia, embora excepcionalmente, também para indicar uma mulher, cf. Cícero, *Ad Familiares*, IV 5, 4.

(92). — Cf. § 47 I, n. 59. — No século VI d. C., Fulgêncio (cf. § 4 VII), escreveu um comentário alegórico sobre a Eneida: *Expositio Vergilianae Continentias secundum Philosophos Moralis*, que chegou aos nossos dias.

(93). — Por exemplo Santo Agostinho e Gregório I, dois exemplos bem conhecidos.

Admitiam, pois, quatro sentidos, dos quais um era literal (94) e três figurados. Quando Dante procurava argumentos históricos para justificar a universalidade do Império Romano, apelou para os três casamentos de Enéias, que teriam significação simbólica: o casamento com Creúsa simbolizaria a submissão da Ásia, o com Dido a da África, e o com Lavínia a da Europa (95).

c) E' muitíssimo importante estabelecer o gênero literário a que pertence um texto escrito. A comparação com outros textos coevos pode ilustrar de que maneira devemos interpretar certos processos de expor e ordenar a matéria histórica: acostumados que estamos aos métodos da historiografia moderna, poderíamos estar inclinados a interpretar mal o significado e a finalidade de certos autores antigos. Num historiador do Velho Testamento não podemos esperar uma ordem lógica e quase científica na exposição dos fatos: o estudo aprofundado da literatura oriental explica muitas peculiaridades que encontramos a cada passo nos livros sagrados. E' um dos grandes méritos do dominicano francês Pe. M.-J. Lagrange (1855-1939) ter enriquecido a exegese bíblica com o estudo fecundo de "gêneros literários", quer dizer: o emprêgo de um certo modo de apresentar o pensamento sob um revestimento literário, que compromete, ao mesmo tempo, a forma e o fundo.

Nos historiadores clássicos encontramos muitos discursos, que quase nunca são autênticos no sentido rigoroso da palavra. Na pior das hipóteses, não passam de ornamentos retóricos, tais como muitos discursos em Tito-Lívio ou em Dionísio de Halicarnasso. Os discursos, inseridos na obra de Tucídides, não reproduzem textualmente as palavras autênticas dos oradores, mas mostram-nos, de maneira muito concreta, os motivos, as aspirações e a mentalidade daqueles que com seus discursos tiveram influxo decisivo na marcha dos acontecimentos. Um autor moderno procederia de maneira diferente: dar-nos-ia descrições extensas, estatísticas, análises psicológicas, etc.

d) O caráter polêmico de certas obras pode despistar igualmente os historiadores: Santo Agostinho, nas suas lutas teológicas com os Pelagianos, frisou a necessidade da graça divina para a salvação eterna, e Pascal, nas suas lutas contra os *libertins*, salientou a insuficiência da natureza humana. Será que podemos considerar Santo Agostinho como contraditor do livre arbítrio, ou Pascal como anti-humanista?

e) Afinal, assinalamos aqui "mentiras oficiais ou convencionais", contradicções em notas diplomáticas; eufemismos, hipérbolos, frases de cortesia, etc. Uma geração posterior pode ser fácil-

(94). — Cf. S. Thomas, *Summa Theologica*, I, q. 1, a. 10. — São Tomás, como também Santo Agostinho admitiam até o *sensus litteralis multiplex*. Cf. Dante, *Convívio*, II 1.

(95). — Dante, *De Monarchia*, II 3.

mente enganada pela fraseologia de tempos idos; os contemporâneos compreendiam-na bem. As dedicatórias, empregadas na Antigüidade e na Renascença (até no século XVIII, por exemplo a dedicatória de Bach ao príncipe de Brandenburgo!), que nos podem parecer exemplos de bizantinismo desprezível, devem ser interpretadas à luz da mentalidade de outrora.

§ 50. *A crítica de objetividade.*

A Crítica de Objetividade é a fase final da Crítica Histórica. Divide-se em três partes: a Crítica da Competência, a Crítica de Sinceridade, e a Crítica de Contrôle.

I. *A Crítica de Competência.*

A Crítica de Competência procura estabelecer se a testemunha podia conhecer a verdade. São-lhe preliminares algumas perguntas que fazem parte da Crítica externa, por exemplo a testemunha assistiu pessoalmente aos acontecimentos narrados, ou conhecia-os por intermédio de outros? Nesta hipótese: quem lhe deu as informações? Eram coisas públicas ou segredos? Era uma tradição oral, ou um documento escrito? Entendia bem a língua do texto original? Estava muito afastado, no tempo e no espaço, da fonte? (Cf. § 46).

Cabe à Crítica interna pròpriamente dita um exame mais profundo ainda: a testemunha original a que remonta nosso documento, tinha o dom de observação? Era exata e minuciosa? Entendia bem do assunto? Tinha experiência pessoal da vida militar, da diplomacia, da política?

Já falamos em algumas questões relativas à Crítica de Competência (§§ 15-16); basta lembrarmos aqui que a testemunha, para ser competente, precisa ter bom senso e um dom regular de observação; que o depoimento do fato material deve ser distinguido de interpretação do mesmo; que as descrições de acontecimentos tumultuosos, como batalhas, requerem certo sangue-frio ou presença de espírito; que a inexatidão no que diz respeito a algarismos é muitas vêzes originada, não por falta de sinceridade, mas pela enorme impressão que certos acontecimentos tiveram na imaginação dos contemporâneos (96). O resultado desta parte da Crítica tem geralmente só valor aproximativo, a não ser que seja confirmado por outras fontes independentes.

(96). — O número das vítimas de um bombardeio é geralmente exagerado pelos sobreviventes, logo depois da catástrofe: a segunda guerra mundial o provou. — Quando Heródoto (*Historiae*, VII 60) avalia o número de peões persas a invadirem a Grécia em 480 a. C., em 1.700.000 (cf. VII 56), comete um grave erro de inexatidão, porque tamanho exército não podia ser abastecido naquele tempo.

II. A Crítica de Sinceridade.

São numerosos os motivos para mentir: o orgulho, o ódio, o amor, os preconceitos de raça ou de casta social, o fanatismo religioso, os interesses financeiros, etc. Também neles já falamos (por exemplo §§ 15-16). Meios objetivos para estabelecer a sinceridade de uma testemunha são: a natureza dos fatos testemunhados (por exemplo coisas públicas ou banais, em que não podia haver interesse ou proveito de mentir); as circunstâncias em que se achava a testemunha ao dar seu depoimento (por exemplo perante um juiz; o depoimento foi prejudicial ou perigoso para a própria testemunha, etc.); o caráter da testemunha tal como nos é conhecido por meio de outras fontes; e afinal, confirmações diretas ou indiretas, feitas por autores independentes.

III. A Crítica de Contrôlo.

a) Tendo à nossa disposição apenas uma testemunha a respeito de certo acontecimento histórico, não podemos aplicar a Crítica de Contrôlo. Devemos contentar-nos em submetê-la a tôdas as fases da Crítica Histórica, descritas acima, e não encontrando motivos sérios para lhe pôr em dúvida a veracidade, podemos nela acreditar. Ao se apresentarem, porém, dúvidas numa dessas fases, não podemos chegar a um assentimento firme ou à certeza, mas julgamos o fato provável ou possível, conforme a natureza da nossa dúvida, ou até como improvável ou impossível.

Dispondo de mais testemunhas, devemos confrontá-las umas com as outras. Distinguímos aqui entre o contrário direto e o indireto.

b) O contrário direto torna-se possível apenas quando uma testemunha, — explicitamente, — confirma, corrige ou contradiz o depoimento de outra. Pressupõe, portanto, que as testemunhas se conheciam. Excluimos de antemão, como meio de contrário, aquelas testemunhas, que plagiaram mais ou menos literalmente um documento anterior, falando aqui apenas em testemunhas, que independentemente uma de outra, podiam conhecer a verdade de um fato histórico. Quando um acontecimento é confirmado por uma ou mais testemunhas, podemos ter dêle certeza; quando é corrigido, pode ser que uma das duas tenha prestado mais atenção a certos aspectos ou pormenores do fato testemunhado; quando é impugnado, merecendo as duas testemunhas igualmente nossa fé, temos que escolher: geralmente adianta pouco o meio-térmo entre os dois depoimentos. Qual dos dois é mais provável e mais conforme a mentalidade da época? Muitas vêzes não poderemos chegar a uma conclusão definitiva, devendo-nos contentar em registrar as contradições com um *non liquet*. Um dos maiores pecados contra

a história é pretender saber mais do que se pode saber. Em todos os casos onde há alguma divergência entre as diversas testemunhas é importante verificarmos se não se trata de certo verbalismo, e se as testemunhas falam exatamente (do mesmo aspecto) do mesmo acontecimento: muitos mal-entendidos, tanto na historiografia como na vida cotidiana, são devidas a uma falta de precisão.

c) O contrôle indireto pressupõe também a independência mútua das várias testemunhas, mas difere do contrôle direto por elas não se conhecerem uma a outra. Praticamente impossível é que o historiador encontre entre elas uma concordância literal ou um acôrdo perfeitamente unânime: os mesmos fatos são focalizados de maneiras diferentes; o que é importante para um pode parecer insignificante para outro; o método de narrar e expor os fatos apresenta diferenças; divergem a composição e a interpretação, etc. Acompanhar essas divergências inevitáveis e discutir de que maneira podem ser reconciliadas, ou em que circunstâncias são compatíveis, seria um trabalho descomedido e pouco frutuoso. As regras dadas acima podem dar alguma orientação. O bom senso e o "tino" psicológico do historiador optarão pelo que lhe parecer mais provável. Em numerosos casos não será possível uma solução definitiva.

CAPÍTULO QUARTO

AS CIÊNCIAS AUXILIARES.

§ 51. *A erudição do historiador.*

A história é, em certo sentido, a mais pobre de tôdas as ciências, necessitando mais do que qualquer outra, do auxílio de disciplinas subsidiárias. De maneira geral, pode-se dizer que todo e qualquer ramo do saber humano pode prestar serviços úteis ao historiador.

I. Em alguns casos são necessários conhecimentos especiais exigidos pelo assunto escolhido. Quem escreve a história dos primórdios do Protestantismo, precisa possuir conhecimentos sólidos do dogma cristão e da filosofia nos fins da Idade Média. Só quem tiver uma boa formação jurídica, estará capacitado para acompanhar a evolução do Direito Romano. E a história da matemática na antiga Grécia poderá ser escrita apenas por quem estiver bem a par da geometria.

II. Se fazemos abstração dêsses conhecimentos especiais, podemos dizer que há algumas ciências tão freqüentemente utilizadas pelo historiador que devem ser consideradas como as ciências auxiliares por excelência da historiografia. Nos parágrafos anteriores já vimos a importância relevante da filologia para o aproveitamento dos documentos escritos (1). Nos parágrafos seguintes havemos de expor os princípios de algumas outras disciplinas subsidiárias: a Cronologia (§§ 52-56), a Paleografia (§ 57), a Epigrafia (§ 58), a Lingüística (§ 59), a Arqueologia (§ 60), e a Geografia (§ 61).

III. Neste parágrafo consagramos umas palavras a quatro outros ramos do saber humano que podem ser úteis para o historiador: o estudo das línguas, a psicologia, a filosofia, e a bibliografia.

a) Dada a importância eminente dos documentos escritos para o pesquisador, é desnecessário frisarmos o grande valor de conhecimentos lingüísticos. Quais os idiomas que um historiador precisa dominar? A resposta a essa pergunta depende evidentemente

(1). — A palavra "filologia" tem muitos sentidos: muitas vezes é empregada como sinônima de lingüística ou glotologia; aqui é usada numa acepção mais larga: o conjunto das disciplinas que contribuem para a restauração, o exame crítico e a interpretação metódica de um texto ou de um grupo de textos.

do terreno das suas investigações. Quem quer estudar a fundo a época de Péricles ou a do Imperador Augusto, precisa estar familiarizado com o grego ou o latim clássico; é impossível ser medievalista sem saber o latim; estudar a história de Bismarck sem conhecimentos do alemão é o mesmo que procurar não entrar em contacto directo com as fontes. A matéria escolhida pode exigir que se estude até uma língua de relativamente pouca importância: para um especialista no episódio do domínio holandês no Brasil o estudo de documentos holandeses é imprescindível.

Quot lingúas quis callet, tot homines valet, dizia Carlos V, e essa sentença de um grande estadista tem importância especial para o historiador. Quantas portas não se abrem aos políglotas, não só no terreno da pesquisa dos documentos como também na parte da bibliografia! É uma vantagem incalculável não estar dependente de uma tradução, amiúde deficiente e nunca capaz de exprimir a riqueza do texto original. Cada idioma tem as suas palavras e expressões intraduzíveis: *traduttore, traditore* (2). Para um futuro historiador, que tenha aspirações de inteirar-se da historiografia moderna, são indispensáveis sérios estudos lingüísticos: além da língua vernácula e dos idiomas afins, precisa saber, — pelo menos ler, — o latim e o inglês, sendo possível também o alemão.

b) Na primeira parte dêste livro salientamos diversas vezes que o historiador deve ser um homem experimentado no sentido de conhecedor dos homens. Esse fator é também de suma importância no terreno do exame crítico dos documentos, quando se lhes procura estabelecer o valor objetivo e o significado. Quem não possuir certo “tino” psicológico, nunca será historiador, nem sequer bom pesquisador. Para os que se dedicam especialmente a estudos biográficos, são, além disso, necessários conhecimentos teóricos da psicologia. Vale muito a “intuição” ou o “bom senso”; estudos meramente teóricos da psicologia nunca formarão um conhecedor dos homens. Mas estudos teóricos, sempre que sejam feitos com método, podem completar e aperfeiçoar extraordinariamente as qualidades inatas do bom senso e da intuição.

c) Uma formação filosófica é muito útil tanto para o historiador como para todos os outros intelectuais. O estudo da lógica pode-lhe prestar serviços importantes ao discernir o falso da verdade e o sofisma do raciocínio correto. Para quem entra em assuntos de maior envergadura, são necessários conhecimentos das grandes teses filosóficas: a história das idéias reflete-se na vida política

(2). — A imperfeição inerente a uma tradução foi assinalada, pela primeira vez, pelo tradutor grego do livro Eclesiástico, no ano 132 a. C.: “... porque as palavras hebraicas perdem muito da sua força quando transladadas para outra língua” (Prólogo).

e social dos povos. Há mais: a história, nas suas sínteses superiores, confina com a filosofia; a reflexão filosófica sobre a matéria histórica repercute, de alguma maneira, na historiografia. Na terceira e na quarta parte dêste livro, pretendemos dar alguns esclarecimentos a êsse respeito.

d) O historiador deve saber por quem e com que resultado já foram utilizadas as fontes que está estudando. No mais das vezes, não examina documentos inteiramente novos ou nunca estudados, mas já conhecidos e, de algum modo, interpretados. Para não perder tempo, precisa informar-se do *status quaestionis*, isto é, das várias tentativas, feitas por outrem, de interpretar certo documento ou grupo de documentos históricos. Descuidar dos trabalhos históricos já existentes a respeito de certo assunto, é grave êrro metódico, que inevitavelmente conduz a um diletantismo superficial. O pesquisador deve, pois, tomar conhecimento das soluções propostas por outros pesquisadores, conferi-las e descrever-lhes a história e as inter-influências; depois vai-lhes examinando o mérito a cada uma delas, rejeitando algumas, aprovando outras, — por completo ou em parte, — ou então propõe uma nova solução. Acontece também que suspende prudentemente o seu juízo.

A bibliografia constitui um setor especial da heurística: não nos dá as fontes primárias, mas as secundárias, e também estas têm o seu interesse. Só a prática pode-nos tornar versados na bibliografia: leituras assíduas, visitas freqüentes a bibliotecas, consultas a peritos, etc. Mencionamos aqui algumas espécies de referências bibliográficas:

a) As grandes enciclopédias gerais, por exemplo a *Enciclopedia Italiana* e a *Encyclopaedia Britannica* (3).

β) Hoje existem também numerosas enciclopédias especializadas, das quais algumas interessam ao historiador, por exemplo a monumental *Real-Encyclopaedie der classischen Altertumswissenschaft* (4), *Dictionnaire des Antiquités grecques et romaines* (5), e *Dictionnaire d'Archéologie chrétienne* (6).

γ) As obras fundamentais, consagradas ao estudo de certas épocas históricas e das grandes personalidades. Muitas vezes são

(3). — As Enciclopédias remontam aos léxicos e dicionários do Baixo Império: às explicações gramaticais e estilísticas iam-se acrescentando, aos poucos, cada vez mais anotações históricas, científicas e culturais. Ainda possuímos as *Etymologie* ou *Origines* do bispo Isidoro de Sevilha (século VI) e o Léxico do monge bizantino Suidas (século X). Vincêncio de Beauvais (século XIII) foi um dos enciclopevistas mais notáveis da Idade Média latina (o educador de Luís IX da França). — Para a Enciclopédia nos Tempos Modernos, cf. § 88 I.

(4). — Obra monumental, iniciada em 1893 por A. von Pauly, G. Wissowa, W. Kroll, e outros. Ainda não acabada.

(5). — Editada por Ch. Daremberg e E. Saglio, em 5 volumes, Paris, 1873-1919.

(6). — Editado por H. Leclerq, desde 1907, e ainda não acabado.

obras seriadas, como por exemplo a *Bibliothèque de Synthèse Historique* (= *L'Évolution de l'Humanité*), dirigida por Henri Berr, e *The Cambridge History*, editada por uma equipe de especialistas britânicos. Em todos os países do mundo há uma ou mais dessas séries, das quais umas se dirigem a especialistas, outras a um público maior, geralmente providas de uma ampla bibliografia.

δ) Os Repertórios, quer dizer, os livros especiais que dão a bibliografia mais ou menos completa relativa à história de certos países, períodos ou personagens históricos, por exemplo o *Manuel de Bibliographie Historique*, de Ch. V. Langlois (7), e *A Guide to Historical Literature* (8). Para filólogos clássicos: *L'Année Philologique* de J. Marouzeau (Paris, desde 1914, reap. 1927).

ε) As diversas revistas históricas, que geralmente trazem os títulos das novas publicações, freqüentemente com uma apreciação ou crítica ("resenhas"). O estudioso da história deve acompanhar com regularidade as notícias bibliográficas destas revistas, quer sejam de caráter geral, por exemplo a *Revista de História* (São Paulo) e a *Revue Historique* (Paris, Alcan), quer sejam de caráter especializado, como o *Journal of Hellenic Studies* (Londres).

A. CRONOLOGIA.

§ 52. A éra.

No sentido próprio da palavra, a "éra" (9) é a contagem contínua de anos a partir de certo fato (autêntico ou supostamente) histórico; num sentido mais amplo, é todo e qualquer sistema de indicar os anos para distinguí-los de outros anos. E' escusável dizer como é importante o conhecimento das diversas éras, empregadas nos documentos: ignorando-as, estamos sujeitos a cometer muitos erros ao datar um fato do passado. Agora que se segue universalmente a éra cristã, é-nos quase impossível imaginar quanta confusão lavrava outrora na cronologia: autores antigos precisavam de uma descrição prolixa para indicar com precisão um ano aos seus leitores. Lembramos uma passagem do Evangelho de São Lucas (III, 1-2): "Ora, no ano décimo quinto do império de Tibério César, sendo Pôncio Pilatos governador da Judéia, e Herodes tetrarca de Galiléia e Felipe, seu irmão, tetrarca da Ituréia e da província de Tracônites, e Lisânias tetrarca da Abilina; sendo príncipes dos sacer-

(7). — Paris, 1901-1904, dois volumes.

(8). — Editôres: W. H. Alison, S. B. Fay, A. H. Shearer, e H. R. Shipman, Nova Iorque, 1931. — Cf. E. Bernheim, *Introducción*, págs. 277-293.

(9). — A palavra "éra" deriva de *aera* (plural de *aes* = bronze, ou moeda de bronze) e significa: "uma importância de dinheiro lançada num registro". Daí: "contagem", tornando-se palavra singular do género feminino (baixo latim).

dotes Anás e Caifás, . . .” (10). Neste parágrafo damos as éras mais importantes para a historiografia.

I. Anos Magistráticos.

a) Em Argos, uma cidade da antiga Grécia, indicavam-se os anos pelo número dos anos de serviço da sacerdotisa no templo de Hera, costume êsse que foi adotado também por alguns escritores de outras cidades. Na época clássica do povo ateniense havia nove arcontes, um dos quais era “epônimo”, isto é, emprestava seu nome ao ano; em Esparta um dos cinco éforos era epônimo. Tucídides (11) indica a primavera do ano 431 desta maneira: “No ano 48 da sacerdotisa Chrysis em Argos, quando Ainésias era éforo em Esparta, e Pythódoros seria arconte em Atenas por ainda dois meses. . .”.

b) Em Roma indicavam-se os anos pelos cônsules, dos quais havia, desde 509 a. C. (12), normalmente dois. O primeiro ano 509 era indicado: “sob o consulado de Horácio e Valério” (12a), o segundo, que era 508; “sob o segundo consulado de Valério e o primeiro de Lucrécio”, e assim por diante. Durante o período republicano de Roma, os cônsules, efetivamente os dois supremos magistrados do Estado, eram eleitos pelo povo. A partir dos tempos de Augusto (31 a. C.) o cargo ia perdendo muito da sua importância, visto que os cônsules eram nomeados pelo Imperador ou pelo Senado, conforme uma indicação imperial; o consulado, originariamente o símbolo e a garantia da liberdade política dos *cives romani*, passou a ser, durante a monarquia, um título meramente honorífico, concedido desde 284 d. C., a bel-prazer do “Dominus” soberano. Quando, desde 395, o Império estava dividido em duas metades, tornou-se costume que cada um dos dois Imperadores nomeasse um cônsul, devendo comunicar a nomeação ao seu colega antes do fim do ano: os dois nomes eram publicados juntos. Em 534 foi nomeado o último cônsul, Paulino, no Ocidente; em 541 o último no Oriente, Basílio. Oficialmente foram abolidos os anos consulares em 537 por um Decreto do Imperador Justiniano (13): mas o século VI continuou a seguir a longa tradição: o ano 565 é, em vários documentos, indicado: “o ano XXIV depois do consulado de Basílio”.

São salientes as desvantagens dêsse método: um romano em 150 d. C., a escrever a história do seu povo, precisava de uma lista (os chamados *fasti consulares*), que contivesse todos os cônsules

(10). — Plutarchus, *Agis*, 3, precisa de um capítulo inteiro para esclarecer aos leitores que está falando do período 245-241 a. C.

(11). — Thucydides, *Historiae*, II 2, 1.

(12). — Em 510 a. C., o último rei dos romanos, Tarquínio o Sobérbo, teria sido expulso da cidade. A data tem, porém, apenas valor convencional, e baseia-se provavelmente numa tentativa dos romanos de harmonizar a sua história com a dos atenienses: em 510 a. C. foi expulso o último tirano da cidade de Atenas.

(12a). — Horácio era sucessor de Bruto (que caíra numa batalha contra o filho do rei expulso) e Valério o de Tarquínio (que fôra obrigado a abdicar do consulado).

(13). — *Novella*, 47.

durante um período de 660 anos! Impossível saber de cór tal lista, nada mais comum do que cometer um êrro que podia ser fatal. Ademais, havia anos sem cônsules (por exemplo 324 a. C.), havia anos com outros magistrados supremos (por exemplo 451-450 a. C.), havia anos de um único cônsul (por exemplo 510 d. C.), e afinal, a dignidade consular era quase hereditária em certas famílias aristocráticas, de modo que são quase sempre os mesmos nomes, — e relativamente poucos, — que constam nos *fasti consulares*.

c) Desde o império de Diocleciano (284 d. C.), tornava-se cada vez mais comum indicar o ano pelo número dos anos do reinado do Imperador. Os papas, no início da Idade Média, começaram a adotar essa praxe, que ainda encontramos nas Encíclicas modernas, etc.; adotaram-na também os monarcas. No fim da Encíclica *Quadragesimo Anno* lemos por exemplo: *Datum Romae apud S. Petrum, die 15 mensis Maii anno 1931, Pontificatus Nostri anno decimo*. Hoje em dia, tal indicação é uma fórmula tradicional e solene, logo tornada clara pela data inequívoca: 15 de maio de 1931; na Idade Média, porém, estava sòzinha, ou então, era acompanhada de outras fórmulas, não menos vagas.

II. A Indicção.

O Estado romano, adotando um antigo sistema egípcio, fixava, a partir dos impérios de Diocleciano e Constantino, de 15 em 15 anos os impostos a serem pagos pelos súditos; decorridos êstes, baixava nova *Indictio* (=Decreto), indicando as taxas por novo prazo de 15 anos. Daí vir a ser chamada de *Indictio* tal ciclo de 15 anos, e mais tarde, — por um processo lingüístico, não sem paralelo, — cada um dêstes 15 anos ficar com o nome de *Indictio*, numerado respectivamente 1, 2, 3, 4, etc. Ao cabo de 15 anos, começava-se a numerar novamente: *Indictio* 1, 2, 3, 4, etc. Pelo início da primeira Indicção passa o dia 1.º de setembro de 297 ou 312 d. C., de modo que:

Indictio 1= 297/98, 312/313, 327/328, 342/343, etc.

Indictio 2 298/99, 313/314, 328/329, 343/344, etc.

Indictio 15= 311/12, 326/327, 341/342, 356/357, etc.

Depois de uma existência de mais de dois séculos, essa maneira de designar os anos foi oficializada em 537 pela mesma lei que aboliu os anos consulares. Na Idade Média o sistema era universal, e o Supremo Tribunal do Sacro Império Romano, em Wetzlar, manteve-o em vigor até 1806. Empregado sem outros indícios, o método de contar os anos por meio de Indicções é extraordinariamente obscuro. Além disso, o início da Indicção não coincide com o do ano civil. E aumenta a confusão o fato de haver três Indic-

ções diferentes: a *Indictio Constantinopolitana*, de praxe no Império Oriental, que começa no dia 1.º de setembro e finda no dia 31 de agosto; a *Indictio Caesariana*, no Império Ocidental, de 24 de setembro a 23 de setembro; e a *Indictio Romana*, usada na chancelaria papal, de 25 de dezembro a 24 de dezembro.

Para acharmos a Indicção que compete a certa data histórica (por exemplo 28 de janeiro de 814, a data da morte de Carlos Magno), devemos acrescentar o número 3 a essa data ($814 + 3 = 817$), e dividir este último número por 15. O resto, se houver, dá a Indicção procurada, no nosso caso: 7; se não houver resto, a Indicção será 15. Mas o ano 814, a partir de 1-IX, ou 24-IX, ou então 25-XII, terá por Indicção o número 8.

III. As Éras propriamente ditas.

a) As Olimpíadas.

Já nos fins do segundo milênio a. C., Olímpia, no Peloponeso, era um recinto consagrado ao culto de Zeus (latim: "Júpiter"). Não se sabe ao certo quando aí foram celebrados, pela primeira vez, os jogos pan-helênicos, mas desde o ano 776 a. C. eram registrados os vencedores dos certames, de modo que este ano em muitos livros figura, da maneira menos exata, como o ponto inicial dos afamados jogos olímpicos. A festividade, que se repetia de 4 em 4 anos, era um grande acontecimento na vida esportiva e cultural da Hélade, principalmente na época clássica (14). Foram motivos religiosos que levaram o Imperador Teodósio, em 394 d. C., a acabar com essas reuniões festivas de natureza pagã, as quais, aliás, então se achavam em plena decadência (15). O período intermediário entre duas festividades em Olímpia chamava-se "olimpíada", cujo início não era um dia fixo, mas geralmente caía em julho, no verão europeu. O historiador grego Timeu de Tauromênio (16) foi o primeiro a valer-se das olimpíadas na historiografia, e seu exemplo foi seguido por numerosos autores de anais e crônicas, embora as olimpíadas nunca chegassem a se tornar na Antiguidade uma era universalmente seguida.

Os persas foram derrotados perto de Salamina no verão do ano 480 a. C. Qual a olimpíada correspondente? $776 - 480 = 296$ (o

(14). — Na época clássica havia em Olímpia também preleções, declamações e conferências; depois do século IV a. C., as reuniões esportivas foram degenerando por causa do profissionalismo e da mania de estabelecer recordes.

(15). — Os jogos olímpicos foram celebrados na Antiguidade (desde 776 a. C.) 293. vêzes. Segundo o escoliasta de Luciano (p. 221, ed. Jacobitz), foi com o Imperador Teodósio II (408-450) que terminaram os jogos olímpicos. — Os jogos modernos, restaurados por uma iniciativa do francês barão de Coubertin, datam do ano 1896 (Atenas). Atualmente vivemos (1955) na Olimpíada (moderna) 15,3 (antes de julho) ou 15,4 (depois de julho).

(16). — Timeu de Tauromênio ($\pm 346 \pm 250$ a. C.) escreveu uma História da Sicília em 38 livros, que, agora alguns fragmentos, não chegou até nós. Sua alcunha era "Építiméu", isto é: "Vituperador, Cavilador" devido às suas críticas ásperas.

número dos anos decorridos desde 776). Ora, neste período de 296 anos os jogos olímpicos foram celebrados 74 vezes: $296 \div 4 = 74$. Visto que a batalha de Salamina se verificou no verão, logo depois de realizados os jogos olímpicos que deviam ter lugar neste ano (17), caiu no primeiro ano da Olimpíada 75 (=Olimpíada 75, 1); a primavera do mesmo ano era ainda Olimpíada 74, 4.

b) *Ab Urbe Condita*.

Segundo uma tradição antiga (18), a cidade de Roma teria sido fundada no ano 753 a. C., no dia 21 de abril. Apesar de possuir essa data só valor convencional, tornou-se costume, entre os romanos do século I a. C., partir dela para indicar os anos. E, desde o século XIX, muitos historiadores reencetaram a praxe romana.

Júlio César foi assassinado no dia 15 de março de 44 a. C., quer dizer, nos fins do ano 708 depois da fundação da Cidade, em latim: *ab Urbe condita* (abreviatura: a. U. c.). A partir de 21 de abril, o mesmo ano era 709 a. U. c. Geralmente, porém, fazia-se coincidir o início dos anos a. U. c. com o do ano civil (=1.º de janeiro), de modo que 44 a. C. =709 a. U., 43 a. C. =710 a. U. c., etc.

c) *Éra de Augusto*.

A *Éra de Augusto* tem por ponto inicial o dia 1.º de janeiro de 38 a. C. No ano anterior, Augusto, o então Otaviano, tinha apaziguado a península ibérica, e embora esse fato não tivesse caráter definitivo (19), começou-se aí a falar numa nova época, que seria indicada por uma nova *éra*: a *éra de Augusto* ou a *éra espanhola*. Manteve-se em Espanha até o século XIV, e em Portugal até o ano 1422.

d) *Éras Mundiais*.

Cálculos de natureza especulativa, pretensamente baseados em dados bíblicos, fixaram a data da Criação do mundo no ano 5509 a. C. (é a *éra bizantina*), ou no ano 3761 a. C. (é a *éra judia*).

e) *Éras Orientais*.

Entre os povos do Próximo Oriente (Síria, etc.) usa-se ainda hoje em dia, embora ameaçada cada vez mais pela *éra cristã*, a chamada *Éra dos Selêucidas*, que tem por ponto de partida o dia 1.º de outubro de 312 a. C., quando o rei helenístico Seleuco Nica-

(17). — Aliás sabemos pelo testemunho de Heródoto (*Historiae*, VIII 26) que os gregos neste ano, pouco tempo antes da invasão persa, celebraram os seus jogos para grande admiração do general do exército bárbaro.

(18). — É a chamada *Aera Varroniana* (de Varrão, cf. § 4 II d), embora este erudito calculasse a fundação em 754 a. C. — Outras datas são 751, 729 e 814 (Tímeu), mas geralmente se segue a *éra* pretensamente varroniana.

(19). — Só em 20-19 a. C., Agripa, o general do Imperador Augusto e seu suposto sucessor, conseguiu pacificar definitivamente as Espanhas.

tor (20) ocupou definitivamente Babilônia. A originalidade do fato consiste em ser esta Era dos Selêucidas não uma contagem por meio dos anos de império dos monarcas individuais, mas das dinastias. Depois de haver expirado a dinastia, em 64 a. C., manteve-se a Era dos Selêucidas em muitas províncias orientais.

Outras tentativas de marcar o início de uma nova dinastia com uma nova era foram feitas pelos arsácidas, os reis dos partas (21), em 247 a. C., e por Diocleciano, no dia 24 de agosto de 284 d. C.: esta última chama-se muitas vezes a “Era dos Mártires” (22).

Mais importante é a era maometana, a chamada “Hégira” (= Fuga), que parte do ano 622 d. C., quando o profeta se viu obrigado a fugir de Meca para Medina. Realizou-se êsse fato no dia 20 de setembro de 622, mas quando em 637 o segundo califa dos muçulmanos, Omar, introduziu a nova era, tomou por ponto inicial o dia 15 de julho de 622 (=dia 1.º do mês “Moharrem”) com o fim de fazer coincidir o princípio da era com o do ano maometano.

f) A Era cristã.

Em 527 d. C., Dionísio Exíguo, monge cita, que vivia em Roma e era amigo de Cassiodoro, escreveu uma obra para esclarecer a então disputada data da Páscoa (*Computus Paschalis*), introduzindo aí um novo ciclo, que partia do acontecimento central da história, quer dizer, da Encarnação de Nosso Senhor. Introduziu-o para evitar no cômputo a menção do ímpio perseguidor da Igreja, Diocleciano (23). Dionísio considerava o dia 25 de março (= festa da Anunciação) do ano 753 *ab Urbe Condita* (= Olimpíada 194, 4) como a data da Encarnação: o dia de Natal do mesmo ano era considerado como o primeiro dia do ano 1 d. C. Mais tarde, porém, quando se celebrava o Ano Bom no dia 1.º de janeiro, acostumava-se considerar o primeiro dia do ano 754 a. U. c. como o princípio do ano 1 d. C. E’ esta a era cristã ou dionisiana, adotada logo pela Igreja e depois pelos carolíngios (24), e embora muito usada desde a Idade Média, foi aplicada conseqüentemente só a partir do século XVII.

A era cristã tem dois defeitos pouco conhecidos. Em primeiro lugar, falta-lhe o ano zero (= o ano do nascimento de Jesús Cristo), de modo que o ano 753 a. U. c. = 1 a. C., e 754 a. U. c. = 1 d. C. Não constitui, portanto, uma série algébrica. As festas do mile-

(20). — A era foi introduzida por seu filho, Antíoco I, em 280 a. C.

(21). — Os partas, uma tribo da Irânia, eram os sucessores dos persas, os quais tinham sido derrotados por Alexandre Magno. Em 247 a. C. conseguiram libertar-se dos selêucidas, e mantiveram a sua independência contra a Síria e Roma (55 a. C.: expedição malograda de Crasso!) até o século III d. C.

(22). — O nome é meio esquisito: o famoso Edito de Diocleciano contra os cristãos data do ano 303.

(23). — Cf. Migne, *Patres Latini*, LXXVII 487A. — A “Era de Diocleciano”, cf. III e

(24). — Já foi usada no túmulo de Carlos Magno (814, em Aix-la-Chapelle).

nário da fundação de Roma, celebradas no reinado do Imperador Felipe-o-Árabe, não caíram em 247, mas em 248 d. C. Em segundo lugar: nasceu Nosso Senhor, não em 753 a. U. c., mas em 748, ou mais cedo ainda. Apesar desses dois defeitos, dos quais o segundo é de somenos importância para uma era, o ciclo dionisiano conquistou quase o mundo inteiro, e à obra modesta de um ronge cita devemos a bela expressão: no ano tal da Encarnação.

g) Algumas revoluções dos tempos modernos, geralmente com o fim de destruir as reminiscências cristãs, inerentes à era dionisiana (25), procuraram substituir esta por uma nova.

Assim fez a Convenção francesa (1792-1795), instituindo, no dia 6 de outubro de 1793, uma era republicana, que partia do dia 22 de setembro do ano anterior (26). Perdurou até 1.º de janeiro de 1806, quando foi abolida por Napoleão (decreto do dia 9 de setembro de 1805). Os anos republicanos são geralmente indicados por algarismos romanos, por exemplo IV = 22 de setembro de 1795 a 21 de setembro de 1796. Houve deles só 13 anos, e poucos meses; o ano I não pode figurar em nenhum documento autêntico.

Mussolini fez outra tentativa, introduzindo nos atos públicos a "Era Fascista", que parte do ano 1922 (= ano I) e viveu uns 20 anos.

A Revolução bolchevista, que se verificou no dia 17 de setembro de 1917, emprega outra Era revolucionária (1917 = ano I).

IV. Os Séculos.

A palavra latina *saeculum* (27) não indicava, entre os romanos, uma unidade fixa, mas significava "geração", um período de 30 anos (28), ou outro espaço variável de tempo, como nós ainda costumamos falar no "Século de Ouro", "Século de Luís XIV", etc. Em Roma eram celebrados, desde tempos imemoriais, os chamados *ludi Tarentini* ou *saeculares*; o Imperador Augusto, fazendo questão de revivificar os antigos costumes, queria reconstituir também os *ludi saeculares*, mas era uma questão duvidosa de quanto em quanto tempo deviam ser celebrados. O colégio dos quinze sacerdotes, encarregados de consultar e interpretar os livros sibílicos

(25). — Foi esse o propósito principal do Calendário Republicano da Revolução francesa, confessado francamente pelos "hébertistes". — O calendário foi elaborado pelo matemático Ch.-G. Romme e pelo poeta Fabre d'Egiantine.

(26). — No dia 22 de setembro de 1792, o início do outono na França, fora proclamada a República.

(27). — A palavra *saeculum* relaciona-se com *semen* (=semente), e quer dizer: "geração". Segundo Isidoro de Sevilha, *Etymologiae* V 38,1: *Saecula generationibus constant; et inde saecula, quod se sequantur: abeuntibus enim aliis alia succedunt.*

(28). — Cf. Servius, *ad Aeneidem*, VIII 508; *ad Eclogam*, IV 5; Plinius, *Naturalis Historia*, XVI 250.

(29), declarou ser de 110 anos o prazo de um *saeculum* (30). Foram celebrados em 17 a. C., e o poeta Horácio compôs para tal fim o célebre *Carmen Saeculare*. Apesar de muitos autores romanos equipararem o *saeculum* à 100 anos, essa contagem tornou-se normal só nos tempos modernos. O século começou em 1901, e não em 1900, como se admite muitas vezes: pois, devido ao erro da era dionisiana, que não possui o ano zero, começou o século I no ano 1 d. C.

§ 53. *O princípio do ano.*

Na Antigüidade e na Idade Média não existia uniformidade quanto ao primeiro dia do ano. Deixamos de lado aqui os “estilos” da Antigüidade, que são variados e complicados, e possuem pouca importância para o historiador que não seja especialista: falamos apenas nos diversos “estilos” medievais (31).

I. *Stilus Annuntiationis.*

Já vimos que Dionísio Exíguo fixava a Encarnação no dia 25 de março, data em que a Igreja comemora a Anunciação. Esta data fica bastante perto do equinócio primaveril (no hemisfério setentrional), quando, segundo especulações mitológicas da época helenística, teria nascido o primeiro mundo, o chamado *Natale Mundi* (32). São Martinho de Braga, o primeiro bispo de Portugal ($\pm 515-580$), defendia, num dos seus sermões, a tese de ser 25 de março o primeiro dia do ano, baseando-se em dados bíblicos (33). O *Stilus Annuntiationis* existiu na França medieval, ao lado de outros estilos, até o século XV. Na Inglaterra era de 1155 a 1752 o estilo legal, apesar de considerar o povo britânico o dia 1.º de janeiro como *New Year's Day*.

II. *Stilus Paschalis.*

Mais incômodo era o Estilo de Páscoa, no qual o princípio do ano dependia da festa de Páscoa, que é móvel. Na França medieval este estilo era muito usado, até que foi abolido em 1563,

(29). — Trata-se aqui dos livros sibílicos que, segundo a tradição, teriam sido vendidos por uma profetisa a um dos reis romanos; foram destruídos, em 83 a .C., por um incêndio do Capitólio. Então o Senado enviou deputados ao Oriente para recolherem novos oráculos sibílicos. Quinze sacerdotes ficaram encarregados de guardar os livros e de consultá-los, surgindo circunstâncias difíceis para o Estado Romano.

(30). — Cf. Censorinus, *De Die Natali*, XVII 9.

(31). — “Estilo” é o termo técnico para indicar a data que passa pelo primeiro dia do ano.

(32). — Filo de Alexandria diz que o equinócio da primavera é o símbolo e a imagem daquele Início Absoluto, em que Deus organizou o mundo (*De Septenario*, 19). — Cf. Julianus Imperator, *Oratio*, V p. 168 C-D.

(33). — Martinus Bracarenis, *De Correctione Rusticorum* 10. — Para pormenores, cf. J. van Besselaar, *Quaestiones Chronologicae* (Anuário da Faculdade de Filosofia “Sedes Sapientiae” da PUCSP, 1953, pp. 163-178).

durante o reinado de Carlos IX. O ano 1347 tinha, conforme o *Stilus Paschalis*, quase 13 meses, visto que começou no dia 1.º de abril de 1347 e terminou no dia 20 de abril do ano seguinte.

III. *Stilus Nativitatis*.

Em Espanha, Portugal, Alemanha e em muitas províncias da Itália começava o Ano Novo no dia 25 de dezembro. Só no século XV aboliram êste estilo a Alemanha e Portugal; a Espanha já no século anterior.

IV. *Stilus Circumcisionis*.

Júlio César ordenou que, a partir do ano 45 a. C., o dia 1.º de janeiro fôsse o início do ano, em cuja data, desde 153 a. C., os cônsules romanos tomavam posse de seu cargo (34). Êste estilo, na Idade Média batizado com o nome: *Stilus Circumcisionis*, era largamente usado no Império Romano, depois sofreu a concorrência dos outros estilos de origem mais cristã, e chegou a revigorar-se nos fins da Idade Média. Foi adotado oficialmente pela reforma do calendário que se verificou em 1582 sob o Pontificado de Gregório XIII (1572-1585). Hoje é seguido por tôdas as nações civilizadas.

§ 54 Os meses.

Quanto aos meses (35), limitâmo-nos aqui a falar dos romanos e dos republicanos; outros sistemas, seguidos por exemplo no Egipto, na Grécia e entre os muçulmanos, interessam só a especialistas.

I. Os Meses Romanos.

Os nomes dos 12 meses romanos, precursores imediatos dos atuais, eram: *Januarius*, *Februarius*, *Martius*, *Aprilis*, *Majus*, *Junius*, *Quintilis* (= *Julius*), *Sextilis* (= *Augustus*), *September*, *October*, *November*, e *December*. Antes da reforma do calendário romano, efetuada pelo ditador Júlio César em 46 a. C., o ano romano começava no dia 1.º de março, e a etimologia das palavras *Quintilis*, *Sextilis*, *September*, etc. ainda atesta o fato. O nome *Quintilis* foi substituído por *Julius* em 44 a. C., em honra do ditador assassinado, por proposta do triúmviro M. Antônio; o nome *Sextilis* pelo título honorífico *Augustus*, que recebera Otaviano depois do seu triunfo sôbre os seus rivais (36). Malograram as ten-

(34). — Anteriormente era no dia 15 de março (de 222 a 153 a. C.); nos tempos iniciais da República, no dia 1.º de maio.

(35). — A palavra "mês" (latim: *mensis*) é cognata com *moon* em inglês (: "lua").

(36). — *Augustus* (grego: "Sebastós", cf. *Sebastópolis*) quer dizer: "venerando, majestoso".

tativas de Imperadores mais recentes para dar seu nome a um dos meses (37).

Os romanos não conheciam a contagem contínua dos dias de um mês, como nós costumamos fazer, mas tinham em cada um dêles três pontos fixos, que chamavam: *Kalendae* (o dia 1.º do mês), *Nonae* (o dia 7 de março, maio, julho e outubro; o dia 5 dos outros meses), e *Idus* (o dia 15 dos quatro meses mencionados; o dia 13 dos outros meses). Mediante êsses três nomes indicavam todos os dias do mês, seguindo um método complicado e esquisito (38). Falando por exemplo no dia 2 de janeiro, usavam a expressão: *ante diem IV Nonas Januarias*, ou simplesmente: *IV ante Nonas Januarias* (39), contando para diante como um menino escolar que numera os dias que o separam das férias, e incluindo nos seus cálculos o ponto de partida (*terminus a quo*), e o ponto terminal (*terminus ad quem*), o que explica a diferença de um dia com a contagem atual. O dia imediatamente anterior a um dos três pontos fixos chamava-se *pridie*, por exemplo 4 de janeiro: *pridie Nonas Januarias*. Alguns exemplos podem ilustrar a praxe dos romanos:

1.º de janeiro	<i>Kalendis Januariis</i>
3 de janeiro (5+1-3)	<i>a. d. III Nonas Januarias</i>
3 de março (7+1-3)	<i>a. d. V Nonas Martias</i>
4 de janeiro	<i>pridie Kalendas Februarias.</i>
5 de janeiro	<i>Nonis Januariis</i>
6 de março	<i>pridie Nonas Martias</i>
7 de março	<i>Nonis Martiis</i>
8 de janeiro (13+1-8)	<i>a. d. VI Idus Januarias</i>
8 de março (15+1-8)	<i>a. d. VIII Idus Martias</i>
12 de janeiro	<i>pridie Idus Januarias</i>
12 de março (15+1-12)	<i>a. d. IV Idus Martias</i>
13 de janeiro	<i>Idibus Januariis</i>
15 de março	<i>Idibus Martiis</i>
16 de janeiro (32+1-16)	<i>a. d. XVII Kalendas Februarias</i>
16 de março (32+1-16)	<i>a. d. XVII Kalendas Apriles</i>
31 de janeiro	<i>pridie Nonas Martias</i>

De 4 em 4 anos, os romanos acrescentavam um dia ao mês de fevereiro. Diferentemente do costume atual, não era o dia 29 de fevereiro que era considerado como o dia extra, mas êste era intercalado entre o dia 23 (festa dos *Terminalia*) e o dia 24 (festa

(37). — Tentaram uma modificação Calígula (37-41) e Domiciano (81-96). — Cf. Suetonius, *Caligula* 15 e *Domitianus* 13; Macrobius, *Saturnalia* I 12, 36.

(38). — A exposição seguinte tem apenas valor para o período posterior à reforma do calendário romano por Júlio César em 46 a. C.

(39). — Originariamente, os meses romanos eram adjetivos: daí *Nonas Januarias*, etc. Mais tarde, porém, eram considerados também como substantivos; daí: *Nonas Januarii*, etc.

do *Regifugium*) do mesmo mês. O dia 24 era contado duas vezes (*bis*) desta maneira (40):

23 de fevereiro (29+1-23)	<i>a. d. VII Kalendas Martias</i>
o dia intercalar	<i>a. d. VI Kalendas Martias</i>
24 de fevereiro	<i>a. d. bis VI Kalendas Martias</i>
25 de fevereiro	<i>a. d. V Kalendas Martias.</i>

Daí os termos modernos: “ano bissexto”, em português; *an bissextil*, em francês.

II. Os Meses Republicanos.

A Revolução francesa, filha das doutrinas esclarecidas do século XVIII, queria acabar com um calendário caprichoso, e deu origem a 12 novos meses, cada um de 30 dias e provido de um belo nome.

Outono:	<i>Vendémiaire</i> (setembro-outubro)
	<i>Brumaire</i> (outubro-novembro)
	<i>Frimaire</i> (novembro-dezembro)
Inverno:	<i>Nivôse</i> (dezembro-janeiro)
	<i>Pluviôse</i> (janeiro-fevereiro)
	<i>Ventôse</i> (fevereiro-março)
Primavera:	<i>Germinal</i> (março-abril)
	<i>Floréal</i> (abril-maio)
	<i>Prairial</i> (maio-junho)
Verão:	<i>Messidor</i> (junho-julho)
	<i>Thermidor</i> (julho-agosto)
	<i>Fructidor</i> (agosto-setembro).

§ 55. A semana.

A semana (41) é uma unidade cronológica mais ou menos natural, relacionando-se evidentemente com as fases da lua, e encontra-se em várias culturas de quase todos os continentes. Isso não quer dizer, porém, que todos os povos conheçam uma semana de sete dias: existem numerosos outros sistemas de subdividir os meses.

I. A Semana de Sete Dias.

Os gregos clássicos e os romanos dos tempos republicanos não conheciam a semana de sete dias. Esta entrou em nossa civilização por dois caminhos diferentes: via a semana planetária e via a semana judia-cristã,

a) Em última análise, a semana atual remonta aos babilônios ou “caldeus”, os grandes astrônomos e astrólogos da Antigüidade. Também os hebreus lhes deviam a sua semana. O número sete

(40). — Seguimos aqui a autoridade de Censorinus (*De Die Natali*, X 10) e de Macrobius (*Saturnalia*, I 14,6). Muitas vezes pensa-se erradamente que o dia extra tenha sido intercalado entre o dia 24 e o dia 25 de fevereiro.

(41). — “Semana” deriva da palavra latina “septimana” (grego: “hebdomás”).

ocupa em várias culturas um lugar especial (42): os povos orientais consideravam-no como nefasto (babilônios) ou como sagrado (judeus). É bem conhecido o papel de destaque que o número setenário desempenhava na vida religiosa dos israelitas: os sete dias da Criação, as sete semanas entre Páscoa e Pentecostes, o candeiro de sete braços, e afinal, o sétimo dia da semana: o sábado. O judeu Filo de Alexandria (20 a. C. — 50 d. C.) consagrou um tratado especial ao sagrado número sete.

b) Foi só por volta de 100 a. C. que vieram a ser combinados os nomes dos sete planetas (43) com os sete dias da semana. Ao contrário do que se pensa muitas vezes, a semana planetária não é invenção dos caldeus, mas tem suas raízes históricas em especulações astrológicas da época helenística (44), cujo sincretismo teria tão grande repercussão na religiosidade e na filosofia do Império Romano (45). Sem que nos seja possível apontar certa escola ou certo filósofo como autor da nova instituição, podemos assegurar com muita probabilidade que nasceu em Alexandria, onde o pensamento grego se ia casando com as especulações místicas do Oriente.

A ciência helenística considerava sete astros como planetas, todos eles a girarem em volta da terra: *Saturnus, Jupiter, Mars, Sol, Venus, Mercurius e Luna* (46). Na ordem das distâncias da Terra, centro do Universo, Saturno ocupava o último lugar e a Lua o primeiro. A primeira hora do primeiro dia da semana era consagrada ao primeiro planeta, isto é, a Saturno; a segunda hora do mesmo dia, a Júpiter; a terceira, a Marte, e assim por diante. Chamava-se “regente” ou “senhor” do dia o planeta ao qual era consagrada a primeira hora do dia, de modo que Saturno era “regente” do primeiro dia.

De acôrdo com êste cálculo, cabiam a Saturno também a oitava, a décima quinta e a vigésima segunda hora do primeiro dia, do qual Júpiter e Marte ocupavam as duas últimas horas. Destarte era regente do segundo dia o Sol, a quem era dedicado êste dia de maneira especial. Continuando o processo, podemos verificar que a ordem dos diversos regentes deve ser: Saturno, Sol, Lua, Marte,

(42). — Na Antigüidade clássica por exemplo: as sete cidades que disputavam entre si a honra de serem o lugar de nascimento de Homero; as sete colinas de Roma; os sete sábios; as sete maravilhas do mundo; os sete reis de Roma, etc.

(43). — Os nomes dos sete dias da semana não se ligam aos nomes mitológicos de Zeus, Marte, etc., mas aos nomes astrológicos dos planetas.

(44). — Nessa época renasceu a astrologia, principalmente sob a influência do filósofo estóico Posidônio, o qual era influenciado por especulações neopitagóricas.

(45). — São visíveis as influências dessas antigas teorias na obra de Dante.

(46). — O sistema helenístico era bem diferente dos sistemas “clássicos”, desenvolvidos por Filolau (pitagórico, século V a. C.), Platão e Aristóteles. — Em 1781 foi descoberto o planeta Urano, em 1846 Neptuno, e em 1930 Plutão. Além disso conhecemos hoje uns 1.300 planetas pequenôs, dos quais o primeiro foi descoberto em 1801.

Mercúrio, Júpiter e Venus. E' essa a ordem dos dias da semana planetária, cujos nomes em latim são: *Dies Saturni, Dies Solis, Dies Lunae, Dies Martis, Dies Mercurii, Dies Jovis, Dies Veneris* (47). Esta terminologia é encontrada, desde o século I a. C., em autores gregos e latinos, e principalmente em inscrições.

c) Com esta semana planetária devia entrar em competição a semana dos judeus, e depois a dos cristãos. Aliás, os autores pagãos confundem de vez em quando as duas. Os judeus numeravam os dias da semana, tendo só o sábado um nome próprio. A Igreja, adotando a semana judia, modificou-lhe o caráter: promoveu o segundo dia da semana à categoria do sábado hebreu. Concorreu para essa mudança não só o desejo de se diferenciar dos judeus mas, principalmente, o fato de ser o dia seguinte a sábado a data comemorativa dos grandes acontecimentos do Cristianismo: a Ressurreição e a Descida do Espírito Santo. A semana eclesiástica indicava dois dias com um nome especial: *dominicus* (ou, *dominica*) (48) e *sabbatum*. Os outros dias eram contados: *feria II, feria III, feria IV, feria V, e feria VI*. Além das línguas eslavas e do grego moderno (49), o português é o único idioma europeu a conservar a nomenclatura eclesiástica (50). As línguas românicas seguem esta apenas para designar o domingo e o sábado, mas continuam a indicar os outros dias com os nomes pagãos. Nos idiomas germânicos este sistema é ainda de praxe para todos os dias da semana.

<i>Português:</i>	<i>Espanhol:</i>	<i>Francês:</i>	<i>Latim:</i>
Domingo	Domingo	Dimanche	Dominicus (-ca)
2a. feira	lunes	lundi	feria II
			dies lunae
3a. feira	martes	mardi	feria III
			dies martis
4a. feira	miércoles	mercredi	feria IV
			dies mercurii
5a. feira	jueves	jeudi	feria V
			dies jovis
6a. feira	viernes	vendredi	feria VI
			dies veneris
sábado	sábado	samedi	sabbatum
			dies saturni

(47). — Cf. Dio Cassius, *Historia Romana*, XXXVII 18-19.

(48). — Em grego: "kyriaké", de "kyrios" (=Senhor).

(49). — O grego moderno numera os dias da semana com exceção de "sábado", "kyriaké", e "paraskeué" (= "preparo" = 6a. feira).

(50). — O motivo dessa singularidade é pouco sabido. Será que a influência de São Martinho de Braga (cf. nota 33) contribuiu para o povo português adotar a nomenclatura eclesiástica? (Cf. de *Correctione Rusticorum*, 8).

Mas o inglês e o alemão têm:

<i>Latim:</i>	<i>Inglês:</i>	<i>Alemão:</i>	<i>Tradução:</i>
dies solis	Sunday	Sonntag	sun=Sonne=Sol
dies lunae	Monday	Montag	moon=Mond=Lua
dies martis	Tuesday	Dienstag	Tiu ou Ziu=Mar- te (51)
dies mercurii	Wednesday	Mittwoch (52)	Wodan=Mercúrio
dies jovis	Thursday	Donnerstag	Dônar=Júpiter
dies veneris	Friday	Freitag	Freya=Vênus
dies saturni (sabbatum)	Saturday	Samstag (53)	

II. Outros Sistemas.

a) Os antigos egípcios e gregos não conheciam semanas de sete dias, mas “décadas”, períodos de dez dias.

b) Os republicanos franceses adotaram, no seu calendário, as décadas, dando êstes nomes aos dias: *primidi*, *duodi*, *tridi*, *quartidi*, *quintidi*, *sextidi*, *septidi*, *octidi*, *nonidi*, e *décadi*.

c) A União Soviética introduziu em 1929 uma semana de 5 dias.

d) Os romanos primitivos tinham *internundinia*, isto é, períodos de oito dias que decorriam entre duas *nundinae* ou feiras urbanas, realizadas *nono quoque die*, nas quais os camponeses iam vender na cidade os seus produtos, fazer as suas compras e tratar das coisas públicas. O *trinum nundinum* ou *trinundinum* era um período de 17 dias, que abrangia três dessas feiras: era o prazo legal que devia decorrer entre a convocação e a realização de uma assembléia popular (54).

§ 56. O ano.

A origem da palavra latina *annus* não se relaciona, como se lê em muitos livros, com os vocábulos *anulus* (anel) e *anus* (argola, ânus), mas remonta a uma raiz indo-européia que significa: “andar”. O ano é, pois, “o que anda”.

I. O Ano egípcio.

Os egípcios, ao contrário dos outros povos orientais que tinham um ano lunar, conheciam, já desde tempos imemoriais, um ano so-

(51). — As equiparações das divindades romanas (gregas) e germânicas são, muitas vezes, bastante precárias.

(52). — Inovação alemã: “meia semana”.

(53). — *Samstag* é adaptação do francês: *samedi*; além disso, o alemão tem a palavra *Sonnabend* (=“véspera do dia do Sol”).

(54). — Cf. Varro, *Rerum Rusticarum*, II 1; Macrobius, *Saturnalia*, I 16, 28-36; Plinius, *Naturalis Historia*, XVIII 13.

lar. Muito provavelmente chegaram a essa inovação devido ao fato de começarem as inundações anuais do Nilo, o grande acontecimento para a lavoura, nos meados do nosso mês de junho: uma simples observação os pode ter levado a calcular o ano em 365 dias. Com efeito, o ano civil do Egito, que se manteve até os fins da Antigüidade, era de 365 dias. Este ano, chamado “o ano Thouth” por Thouth ser o primeiro mês do ano, era vago, porque, decorridos quatro destes anos, o adiantamento em relação com o sol (o ano trópico = $\pm 365,25$ dias) era de mais ou menos um dia.

Observações astronômicas vieram a aperfeiçoar o ano egípcio, muito embora se tivesse em honra o ano vago por motivos religiosos. Os sacerdotes haviam observado que o levantar heliaco do astro Sírío (=Sóthis) anunciava a chegada das inundações do Nilo: no V milênio a. C., esse fenômeno se verificava no dia 15 de junho (estilo gregoriano). Ora, bem cedo devem ter reparado que esse fato não se repetia de 365 em 365 dias, mas, — quase perfeitamente de acôrdo com a duração do ano trópico, — de 365,25 em 365,25 dias, e assim chegaram à conclusão quase acertada (55) de que o ano solar tinha 365,25 dias: era o chamado ano “sotíaco”.

No antigo Egito, o ano “Thouth” e o ano “sotíaco” coexistiram mais de quatro milênios: o primeiro dia do ano “sotíaco” coincidia com o do ano “Thouth” de 1460 em 1460 anos (56): era o início de um novo período “sotíaco” que era celebrado com grandes festividades pela população. Ora, sabemos que esse fato se verificou no ano 139 d. C. (57). Logo, deve ter-se verificado também em 1322, 2782 e 4242 a. C. Segundo muitos entendidos, o ano 4242 a. C. (58) seria a primeira data apontável na história da humanidade; segundo outros, o primeiro período “sotíaco” teria começado só em 2782. Essas datas são, porém, contestadas em razão de argumentos astronômicos: não levam em conta o fato de se acelerar aos poucos o levantar heliaco de Sírío. Destarte deve ter-se tornado, aos poucos, mais breve o ano “sotíaco” em relação com o ano trópico. Segundo cálculos prováveis, só o primeiro período contava 1460 anos, o segundo apenas 1458, e o terceiro 1456, de modo que a primeira data da história seria 4236 ou 2776 a. C.

II. O Ano grego.

Os gregos tinham originariamente 12 meses de alternadamente 30 e 29 dias: este ano, baseado nas lunações, tinha, portanto,

(55). — O ano trópico é de 365,2422 dias.

(56). — Pois: $365 \times 1461 = 433.265$, e $365,25 \times 1460 = 433.265$.

(57). — Censorinus, *De Die Natali* XXI, 10.

(58). — A data, indicada por E. Meyer e adotada por quase todos os livros, é 4241 a. C.; este cálculo, porém, não leva em consideração a falta do ano zero em nossa era (cf. § 52 III f).

354 dias. Para corrigir o adiantamento do ano em relação com o sol, serviam-se, no decurso dos séculos, de vários meios, dos quais a maior parte tem só interêsse para os especialistas. Basta mencionarmos aqui dois ciclos de maior relevância e bem documentados.

a) O primeiro (59) era a chamada octaéride, que abrangia um período de oito anos regulares aumentados com 3 meses de 30 dias. Este ciclo tinha 2.922 dias, ou a média de 365,25 dias por ano.

b) O segundo era um ciclo de 19 anos, atribuído a Metão (século V a. C.): 5 anos eram regulares (=1.775 dias), 7 tinham 354 dias (=2.478 dias), 6 tinham 384 dias (=2.304 dias), e 1 tinha 383 dias. O total era, pois, de 6.940 dias, ao passo que 19 anos julianos dão a soma de 6.939,75 dias (60). Este ciclo foi introduzido porque os atenienses faziam questão de começar o primeiro dia do mês num dia em que era lua nova ("neomenia"), coincidência essa que era impossibilitada pela octaéride (61). No ciclo de Metão havia 235 lunações, o que dava uma média de $\pm 29,5319$ dias para cada lunação, a qual, na realidade, é de 29,5306 dias (a chamada lunação "sinódica"). Assim se tornava mínima a diferença. Ao cabo de 19 anos, a diferença entre as duas lunações era $\pm 0,3055$ dias; ao cabo de 190 anos, só ± 3 dias.

Cratipo (século IV a. C.) teria corrigido o ciclo de Metão, introduzindo um ciclo de 72 anos (=4x19 anos), e tirando a um desses 4 ciclos de 19 anos um dia. Assim o ciclo de Cratipo estava completamente de acôrdo com o ano juliano de 365,25 dias.

Admite-se, geralmente, que os gregos, ao elaborarem o seu calendário, se aproveitaram bastante das observações astronômicas dos povos orientais. O seu grande mérito consiste em terem aplicado métodos matemáticos à astronomia.

III. O Ano romano.

Segundo uma tradição pouco fidedigna, Rômulo, o primeiro rei de Roma, teria dado um calendário de 10 meses ao seu povo, o primeiro dos quais era março (62). Quatro meses "longos" de 31 dias (março, maio, julho e outubro), e seis meses "breves" de 30 dias faziam um total de 304 dias por ano. A notícia, embora comunicada

(59). — Segundo alguns, teria sido inventada a octaéride pelo astrônomo grego Eudoxo (século IV); é muito mais provável, porém, que remonte aos babilônios e tenha sido introduzida na Grécia já no século VII a. C.

(60). — Segundo outras fontes, a estrutura do ciclo de Metão seria um pouco diferente, e teria o total de 6.935 dias.

(61). — A octaéride tinha 2.922 dias ($8 \times 354 + 3 \times 30$ dias). Neste ciclo havia 99 lunações, conforme o calendário, de modo que o prazo decorrido entre duas luas novas, sempre segundo o calendário, era de 29, 5151 dias, enquanto que, na realidade, é de 29,5306 dias. A diferença monta, cada lunação, 0,0155 dias; nas 99 lunações da octaéride, 1,5345 dias. Ao cabo de ± 10 octaérides (=80 anos), a lua cheia caía no primeiro dia do mês, que devia ser neomenia (=lua nova).

(62). — Cf. § 54 I.

por diversos autores, não merece a nossa confiança (63): um ano vago de 304 dias devia ser um grande inconveniente para um povo de lavradores como o eram os romanos. Parece mais prudente pensarmos não em lunações, mas em certas divisões do ano, muito provavelmente relacionadas com a lavoura e cujo carácter podemos mal determinar nos seus pormenores.

Melhor documentado é o calendário, que a tradição atribui ao rei Numa Pompílio ou a Tarquínio Prisco: o novo ano romano ficou com 355 dias por se lhe acrescentarem dois meses. Os 4 meses longos (*pleni*) conservavam os seus 31 dias, os seis breves (*cavi*) contavam 29 dias, janeiro tinha igualmente 29 dias e fevereiro 28 (64).

Para harmonizar êsse ano lunar com a posição do sol, intercalava-se, de dois em dois anos, um mês de 22 dias (66) entre o dia 23 e o dia 24 de fevereiro (66). Êste mês, chamado *mensis mercedonius*, não era intercalado automaticamente, mas a sua intercalação ficava a critério dos pontífices, que tinham a tarefa difícil de harmonizar o calendário não só com a posição do sol, como também com as exigências imperiosas da religião. Apesar de haver regras oficiais e objetivas concernentes aos *menses mercedonii*, muito provavelmente já desde o ano 304 a. C., eram estas pouco respeitadas na prática: os sacerdotes prolongavam ou diminuíam muitas vezes o ano conforme as suas simpatias ou antipatias políticas. Em geral, lavrava muita confusão no calendário romano, principalmente no último século da República.

IV. O Ano Juliano.

Júlio César acabou com essa situação insuportável. O ditador, pessoalmente interessado em assuntos astronômicos e orientado pelo sábio Sosígenes de Alexandria, ordenou em 46 a. C. (67) que, a partir de 45 a. C., o ano tivesse uma média de 365,25 dias (68); que o equinócio da primavera fôsse fixado no dia 25 de março; que o ano civil começasse no dia 1.º de janeiro; que de quatro em quatro anos se intercalasse um bissexto entre 23 e 24 de fevereiro. Júlio César foi assassinado no primeiro ano do novo calendário. Os sacerdotes, que tomavam conta da execução das medidas, cometeram um êrro, propositado ou involuntário, intercalando de três em

(63). — Cf. Censorinus, *De Die Natali*, XX 2, e Macrobius, *Saturnalia*, I 12,3.

(64). — Por motivos de superstição os romanos evitavam o número par, cf. Vergilius, *Numero deus impare gaudet* (*Bucolica* VIII 75). — Fevereiro era o mês de "azar".

(65). — Cf. Plutarchus, *Vita Numae* 18. — Segundo outros num período de quatro anos haveria dois *menses mercedonii* diferentes, um de 22, o outro de 23 dias.

(66). — Dois anos tinham, pois, 732 dias, o que dá a média de 366 dias por ano.

(67). — E' o chamado *annus confusionis*, que tinha 445 dias: um *mensis mercedonius* de 23 dias foi intercalado em fevereiro, e ainda dois meses em novembro e dezembro, êstes com o total de 67 dias.

(68). — Vê-se sem dificuldade a influência egípcia: é o ano "sotíaco".

três anos um bissexto (69): em 8 a. C., descoberta a irregularidade, o Imperador Augusto tomou uma série de medidas para desfazer as conseqüências da interpretação errônea e para prevenir que se repetisse tal êrro. Só no ano 5 d. C., o calendário romano estava realmente de acôrdo com os decretos de César.

Mas havia duas inexatidões no cálculo de Sosígenes: o ano trópico não tem 365,25 dias, mas, como já vimos, 365,2422 dias. Esta diferença de 0.0078 dias por ano faz em 400 anos um total de 3,12 dias, de modo que o equinócio primaveril no calendário juliano recuava cada vez mais para o princípio do ano: quase um dia por século. Ademais, o equinócio, que se pretendia fixar no dia 25 de março, foi fixado erradamente no dia 23 ou 24 do mesmo mês. Quando, em 325, os Padres da Igreja estavam reunidos em Niceia para tratar, além de muitos outros assuntos, também da data da Páscoa, era fato conhecido que nesse ano o equinócio não se verificara aos 25, mas aos 21 dias do mesmo mês. Os bispos, imputando o desvio simplesmente a um êrro de cálculo cometido por Sosígenes, determinaram que, desde aí, se partisse do dia 21 para computar a data da Páscoa, pensando que dessa maneira o êrro ficasse eliminado para sempre. Não conheciam a primeira inexatidão do ano juliano, que era mais fundamental.

V. O Ano Gregoriano.

Em 1582 o equinócio caiu no dia 11 de março: o Papa Gregório XIII, acedendo a uma solicitação, já externada pelo Concílio de Trento, tomou duas medidas importantes. Reconduziu o equinócio para o dia 21 de março, e decretou, para evitar que se perpetuasse o êrro do ano juliano, que daí em diante não fôsem anos bissextos os anos centenários não divisíveis por 400. Destarte 1600, 2000 e 2400 seriam anos bissextos, e não os anos 1700, 1800, 1900, 2100, etc. Além disso, fêz pular um período de 10 dias, harmonizando assim o novo calendário com as estações do ano: ao dia 4 de outubro de 1582 seguiu-se imediatamente o dia 15.

O ano gregoriano foi adotado logo pelos países católicos: Itália, França, Espanha, Portugal, Bélgica, Áustria, Baviera, Hungria e Polônia. Os países protestantes hesitaram muito tempo em introduzir a inovação papista. A Prússia admitiu o novo calendário em 1610; os outros países protestantes da Alemanha, a Escandinávia e a Holanda só em 1700; a conservadora Inglaterra em 1752. Seguiram, em 1873, o Japão; em 1918, a Rússia; em 1923, a Grécia; e afinal, em 1928, a Turquia (70). Um exemplo pode ilustrar a

(69). — Os pontífices interpretaram o termo do decreto: *quarto quoque anno* não como devia ser: *perfecto*, mas: *incipiente*.

(70). — A Inglaterra pulou 11 dias em 1752; a Rússia até 13 dias em 1918 para ficar de acôrdo com o ano gregoriano.

diferença entre os calendários da França e da Inglaterra no início do século XVII. A rainha Elisabeth faleceu no dia 24 de março de 1602, segundo o calendário inglês, mas no dia 3 de abril de 1603, segundo o estilo gregoriano, que era seguido nos países católicos (71).

A diferença do ano gregoriano, que tem a média de 365,2425 dias, com o ano trópico (=365,2422 dias), é mínima: só de 0,0003 dias por ano, quer dizer: 3 dias em 10.000 anos.

VI. O Calendário Republicano.

Já vimos que a Convenção francesa, em 1793, adotou uma nova era e um novo calendário. O ano tinha 12 meses, cada um de 30 dias, e terminava por 5 dias complementares (*sansculottides*), consagrados às virtudes cívicas. De 4 em 4 anos havia mais um dia complementar (*année sextile*), mas os anos bissextos não coincidiam com os do calendário gregoriano (III=1795; VII=1799; XI=1803).

VII. O Ano Muçulmano.

O Ano muçulmano é completamente lunar: num período de 30 anos há 19 anos de 354 dias, e 11 de 355 dias, cada um dos quais é dividido em 12 meses. A média do ano é, portanto, de $\pm 354 \frac{1}{3}$ dias, o que dá uma diferença com a média do ano juliano de $\pm 10 \frac{11}{12}$ dias, ou quase de um ano inteiro (± 360 dias) num período de 33 anos. O ano muçulmano é, pois, vago, mas, apesar de seus inconvenientes, continua a ser observado pelos maometanos por motivos religiosos.

VIII. O Ano Eclesiástico.

O Ano Eclesiástico da Igreja Ocidental começa no primeiro domingo do Advento, isto é, no quarto domingo que precede à festa de Natal. A data depende, pois, do dia da semana em que cai Natal, e varia de 27 de novembro para 3 de dezembro, os dois limites.

A data da Páscoa, que é festa móvel, depende da data da primeira lua cheia que se segue ao equinócio primaveril. Visto que este se pode verificar no período de 21 de março a 18 de abril, a Páscoa pode ser celebrada em 36 datas diferentes: de 22 de março a 25 de abril. Seria interessante acompanharmos a história do cômputo pascal através dos séculos, mas tal exposição, mesmo que se limitasse às linhas gerais, ocuparia muito espaço, incompatível com os fins deste trabalho.

(71). — Devido ao *stilus Annuntiationis*, cf. § 53-I.

Da data da Páscoa dependem, por sua vez, muitas outras festas: Ascensão e Pentecostes (40, resp. 50 dias depois da Páscoa), *Corpus Christi* (11 dias depois de Pentecostes), etc. Esse ciclo de festas móveis, cujas datas dependem de dois fatores: o dia da semana em que cai Natal, e a primeira lua cheia da primavera, constituem o chamado *Proprium Temporis*.

Além disso, há o *Proprium Sanctorum*, que se compõe das festas litúrgicas ligadas a certo dia de certo mês (72). Em documentos medievais, e até em documentos contemporâneos, encontramos, de vez em quando, datas emprestadas do calendário eclesiástico. Chamamos aqui a atenção para as seguintes expressões:

a) “Na festa de São João Batista” (=24 de junho), “na festa de São Lourenço” (=10 de agosto), etc. Igualmente: “Na vigília de São João Batista” (=23 de junho), e “na vigília de São Lourenço” (=9 de agosto), etc. Naturalmente encontramos também: “Na festa de Natal, da Páscoa, de Pentecostes”, etc.

b) “No domingo *Laetare*” (=3 domingos antes da Páscoa), “no domingo *Quasi modo*” (=Pascoela), etc. Essas expressões são as palavras iniciais dos Intróitos dos respectivos domingos.

Para acharmos as datas correspondentes precisamos consultar um calendário eclesiástico. O calendário latino já estava elaborado, nas suas linhas essenciais, no século VII; o calendário grego é algo diferente: o início do ano grego (e russo) é no dia 1.º de setembro; também difere a data da Páscoa.

IX. O Calendário Perpétuo.

A título de curiosidade, consagramos aqui algumas palavras ao calendário universal ou perpétuo que atualmente é proposto e defendido por muitas pessoas e algumas associações internacionais. Ainda não é calendário histórico, e ninguém sabe se conseguirá sê-lo: em questões de cronologia a humanidade é conservadora e despede-se, dolorosamente ao que parece, de antigas instituições, consagradas pela tradição da vida religiosa e por numerosas reminiscências de ordem irracional.

O ano novo contaria 364 dias, repartidos entre 12 meses e 52 semanas. A cada ano se acrescentaria, no fim de dezembro, um dia extra (não numerado, e feriado); de 4 em 4 anos se acrescentaria mais um dia extra (não numerado, e feriado) ao mês de junho. Quatro meses teriam 31 dias: janeiro, abril, julho, e outubro; os outros teriam 30 dias. Cada trimestre teria, pois, 31+30+30=91

(72). — Muitas das festas cristãs são adaptações de festas pagãs, cristianizações e providas de outro significado, por exemplo Natal era o dia de Mítras (*Sol Invictus*), e Purificação (2 de fevereiro) era a festa da lustração da Cidade (*Amburbalia*), etc.

dias, ou 13 semanas, e cada trimestre começaria sempre no mesmo dia da semana: janeiro, abril, julho e outubro num domingo; fevereiro, maio, agosto e novembro numa quarta feira; março, junho, setembro e dezembro numa sexta feira. O sistema poderia ser aperfeiçoado, — se é que um calendário não se pode permitir o luxo de ser caprichoso, mas tem de ser racional, — pela fixação da data da Páscoa: cairia no dia 8 de abril que, segundo o calendário perpétuo, é sempre domingo. A Santa Sé, consultada a êsse respeito, em 1924, pela Liga das Nações, respondeu não existirem obstáculos dogmáticos à fixação da data da Páscoa, mas ser necessária, para romper com uma tradição secular, uma discussão ampla num Concílio eumênico.

A ONU, sucessora da Liga das Nações, ainda não teve a oportunidade de prestar a devida atenção ao calendário perpétuo. Muitos outros problemas de caráter incomparavelmente mais grave absorvem-lhe tôda a atividade. Mas é bem possível que a atual geração fique, um dia, com um novo calendário. A racionalização da vida moderna continua irresistível, apesar dos protestos e das lágrimas dos românticos.

B. A PALEOGRAFIA.

§ 57. *Livros, escritas e materiais.*

A Paleografia (73) é o estudo metódico de textos antigos, quanto à sua forma exterior. Abrange não só a história da escrita e a evolução das letras, mas também os materiais e os instrumentos para escrever.

I. Os Materiais.

a) Nas margens do Nilo crescia, na Antigüidade (74), uma planta palustre, o papiro (75), que às vezes atinge a altura de três metros. Seu caule mais ou menos triangular contém uma medula, que dá excelente material para escrever. Os egípcios cortavam-na em tiras muito finas, que depois eram enxutas ao sol. Vários desses pedaços eram colados uns ao lado de outros, e a fôlha, obtida assim, era posta em cima de outra fôlha, cujos nervos corriam perpendiculares aos da primeira. O produto era muito apreciado e exportado para todos os países civilizados do mundo an-

(73). — Das palavras gregas: "palaiós" (=velho, antigo), e "graphía" (=escrita).

(74). — Hoje só nas proximidades das fontes.

(75). — O *Cyperus Papyrus*, da família das *Cyperaceae*. — O nome grego é "pápyros" ou "byblos".

tigo. Já se vendia em Atenas nos meados do século V a. C. (76). Um dos reis helenísticos, talvez Ptolomeu II (século III a. C.), querendo prejudicar o desenvolvimento da biblioteca rival em Pérgamo, proibiu a exportação do papiro (77), medida essa que depois, ao que parece, foi revogada. Até o século VII d. C., quando os árabes invadiram o Egito, havia uma indústria florescente de papiro no Delta do Nilo. No início da Idade Média a cana foi plantada nas margens do rio Anapo na Sicília. A chancelaria papal continuou a usar o papiro até o século XII (78).

b) Pergaminho é fabricado da pele de carneiro, ovelha ou vitelo, e dá material quase indestrutível. Já o conheciam os persas e os jônios da Ásia Menor (79). Deve o seu nome a Pérgamo, não porque esta cidade tenha inventado o pergaminho como se pensa geralmente, mas por ter melhorado e aumentado a sua fabricação o rei Eúmenes II de Pérgamo (197-158 a. C.), quando os Ptolomeus estavam dificultando a exportação do papiro.

c) Os hindús escreviam em fôlhas de palmeiras; os babilônios e os assírios usavam tijolos de barro cozido (80). Os romanos primitivos utilizavam a parte interior do córtice da faia (81). Os atenienses votavam, nas assembléias do povo, em cacos de vasos (*óstraka*).

d) Nos tempos clássicos, os gregos e os romanos usavam também *codicilli* ou *tabulae* (82), quer dizer, tábuas de madeira, recobertas de cêra, em que se gravavam letras que depois podiam facilmente ser apagadas. Havia tábuas simples, duplas (dípticos), trípticas (trípticos), etc. Serviam para fazer rascunhos, testamentos, exercícios escolares, e para escrever cartas.

e) O papel, feito de trapos, é uma invenção do chinês T'sai Lun (± 100 d. C.). O segredo da sua fabricação chegou, via Samarcanda, a Bagdá, durante o califado de Harum-al-Raschid (786-809) e, em seguida, conquistou o mundo ocidental, principalmente nos tempos das Cruzadas. Desde o século XIII havia fábricas de papel na Europa, que se foram desenvolvendo sobremaneira de-

(76). — Já é mencionado por Aeschylus, *Supplices*, 947. — O papiro egípcio deve ter-se tornado conhecido na Grécia desde a fundação da primeira colônia grega no Egito: Náucratis (± 650 a. C.), suplantando, aos poucos, o pergaminho, cf. Herodotus, *Historiae*, V 58,3. — Também os romanos falam freqüentemente no papiro, por exemplo Catullus, *Carmen* 35,2: *Poetae tenero, meo sodali velim Caecilio, papyre, dicas Veronam veniat...*

(77). — Cf. Plinius, *Naturalis Historia*, XIII 70.

(78). — O último texto, escrito sobre papiro, que sabemos, é um documento do Papa Vitor II do ano 1057.

(79). — Cf. Herodotus, *Historiae*, V 58,3. — O nome latino era *membrana*.

(80). — Cf. § 42 II b.

(81). — Em grego "pinax" ou "délitos".

(82). — A palavra latina *liber*, que deu o vocábulo português *livro*, significava originalmente: (a parte interior do) córtice. — Talvez se relacione a palavra inglesa "book" (=livro) com "beech" (=faia).

pois da invenção da tipografia. Hoje é feito também de outras substâncias: palha, alfa, fibras de madeira, etc.

II. Os Instrumentos.

Os instrumentos para escrever sobre papiro ou pergaminho eram: o cálamo ou a cana (latim: *calamus*), e desde o século VI d. C. a pena de ganso (latim: *pinna*). Para os *codicilli* eram usados estiletos de ferro (latim: *stili*). O lápis moderno é invenção do francês N.-J. Conté (1795). A tinta, usada na Antigüidade e na Idade Média, era geralmente preta ou vermelha. Os títulos dos capítulos do direito canônico e civil, como também as indicações das cerimônias litúrgicas nos missais eram originariamente escritos em letras vermelhas (em latim: *litterae rubricae*): daí a expressão: “rubricas”.

III. Os Livros.

a) Do papiro faziam-se, se não exclusivamente, ao menos preferencialmente, *volumina* (83), isto é, manuscritos feitos de apenas uma folha, enrolados em volta de um pau cilíndrico, o chamado *umbilicus*, fabricado de madeira, marfim, chifre, etc. Suas duas extremidades eram enfeitadas de botões (*cornua*), e a uma delas se prendia uma tira de papiro, indicando o título. Geralmente, os *volumina* eram conservados em estojos cilíndricos. Tampouco como em nossos dias havia na Antigüidade um formato uniforme do livro: segundo alguns, a biblioteca de Alexandria teria normalizado o tamanho (84), de modo que a palavra *volumen* se tornava sinônima de livro. Até o século IV d. C., o *volumen* permaneceu a forma predileta de editar os autores clássicos; daí em diante foi sendo suplantado pelo códice, forma mais barata e prática.

b) O *codex* (85), a forma do livro atual, representa uma fase de evolução dos *codicilli* (cf. I d). Já era conhecido antes da era cristã, mas os cristãos contribuíram não pouco para a vitória definitiva do *codex* sobre o *volumen* (86). Na Idade Média muitos códices antigos, feitos de pergaminho (87), eram utilizados mais uma vez: raspava-se o texto original, geralmente de um autor clássico, para escrever nas folhas recuperadas um texto novo. São os:

(83). — De *volvere*: “enrolar”. — Em grego “biblion” (cf. “Bíblia”) e “chártes” (cf. “carta”).

(84). — Comprimento normal: 7 a 10 metros; largura normal: 15 a 25 cm.

(85). — Em latim *codex* ou *caudex* (“tronco de árvore”). — Em grego “têuchos”, cf. a expressão moderna: “Pentateuco” (os 5 primeiros livros do Velho Testamento).

(86). — O *codex* era mais manejável e prático; geralmente era de pergaminho, (ao passo que o *volumen* era quase sempre de papiro), e as suas páginas podiam ser aproveitadas dos dois lados (o papiro dos *volumina* era escrito de um lado só).

(87). — São bastante raros, desde o século V d. C., manuscritos de papiro.

chamados “palimpsestos” (88), cujo texto original hoje se consegue decifrar por meio de uma técnica especial.

IV. A Escrita.

Não pretendemos expor aqui a evolução e a origem da escrita; já existem muitos livros que versam sobre este assunto. Só tratamos, em resumo, dos diversos sistemas que a humanidade adotou para exprimir os seus pensamentos mediante uma representação figurada. O esquema, dado nestas linhas, não quer dizer que todas as escritas tenham atravessado sucessivamente as mesmas fases de evolução. Seguimos uma ordem lógica, nem sempre histórica, e não devemos perder de vista que muitas escritas contêm elementos heterogêneos (por exemplo a escrita egípcia).

a) A *Pictografia* é uma fase anterior ao nascimento da escrita propriamente dita. Representa um complexo de acontecimentos ou idéias (por exemplo uma guerra, uma caça, a tomada de uma cidade) por meio de desenhos (realistas ou simbólicos), cujo sentido não se lê, mas se interpreta ou adivinha. Encontra-se entre povos primitivos, por exemplo: tribos siberianas, africanas e americanas (88a).

b) Um importante passo para frente foi a invenção da *Ideografia*, em que cada uma das palavras, ou pelo menos todas as palavras essenciais de uma frase, ficam com o seu símbolo individual. O exemplo clássico é a escrita chinesa, que dispõe de ± 49.000 símbolos diferentes (89), dos quais alguns tem 5 ou 8 significações. Palavras homônimas são representadas por símbolos diferentes. Além disso, os vários símbolos podem ser combinados uns com outros de maneiras diferentes. Os antigos hieróglifos do Egito e os cuneiformes da Mesopotâmia devem ter partido também da ideografia, mas usaram já desde cedo símbolos especiais para indicar sílabas e consoantes.

c) Em todas as línguas há homônimos, isto é, palavras pronunciadas da mesma maneira, embora lhes seja diferente a etimologia e o sentido. Essa circunstância possibilita a escrita por meio de *Rébus*, vinhetas ilustrativas que ainda encontramos em revistas e jornais, como *passa-tempo*. Por exemplo em português, *cêsto* e *sexto* são homônimos, e a palavra *canto* tem dois significados: o de “esquina” e o de “canção”. A representação figurada de um *cêsto* e de um *canto* (=esquina) pode dar o sentido: “(a) sexta canção”. Nesse princípio, que aqui foi reduzido aos seus elementos mais rudimentares e que, na realidade, admite várias aplicações, baseia-se a escrita dos aztecas no México.

(88). — Assim foi redescoberto o texto de Frontão, cf. § 41 II c, nota 51.

(88a). — Cf. também Vergilius, *Aeneis*, I 453-493 e VI 14-33.

(89). — Para o uso cotidiano bastam mais ou menos 4.000 símbolos.

d) Em tôdas as línguas é relativamente exíguo o número de sílabas; além disso, certas combinações silábicas são características de certos idiomas. Ora, alguns símbolos, que originariamente indicavam certos objetos ou fatos vinham a indicar tais sílabas muito usadas, ou então grupos de sílabas, independentemente da significação da palavra em que ocorriam. Eis o sistema *silabográfico*, usado no Japão, que deriva a sua escrita da chinesa (90). A escrita dos antigos ciprios (91), e os hieróglifos egípcios contêm os mesmos elementos (92).

e) O aperfeiçoamento da silabografia tem por resultado a *Fonografia*, quer dizer, cada um dos sons, — ou quase cada um dêles, — é representado por um símbolo diferente. A fase inicial dêsse sistema é a representação simbólica de apenas consoantes, fase essa que os antigos egípcios, persas, hebreus e fenícios jamais chegaram a ultrapassar. A fonografia é a escrita moderna que em última análise remonta aos fenícios (século XV ou XVI a. C.?), discípulos, por sua vez, dos egípcios. A palavra *aleph* significava “touro”, e possuía, como as outras palavras no sistema ideográfico, um símbolo individual; assim *beth* era “casa”, *gimel*: “camelo” e *daleth*: “porta, tôrre”. A originalidade dos fenícios consiste em terem empregado o símbolo *aleph* para representar certo som gutural, o *beth* para o b, o *gimel* para o g, e o *daleth* para o d, e assim por diante (92a). Os gregos adotaram o alfabeto fenício (no século XI a. C.), aproveitando-se dos vários símbolos indicativos de aspirações semíticas, para representarem as vogais. Também as formas das letras sofreram modificações consideráveis. Os romanos receberam o alfabeto grego (por intermédio dos etruscos) de uma tribo grega na Itália, que não acompanhara as evoluções do alfabeto grego na metrópole, o que explica certas diferenças entre o alfabeto grego e o romano (93). O alfabeto russo, ainda hoje em uso, remonta, em boa parte, ao grego, e foi introduzido em 855 pelo apóstolo dos eslavos, São Cirilo (826-869); alguns caracteres russos assemelham-se bastante aos hebraicos, e outros ainda foram inventados. Em 1708, o Czar Pedro simplificou êsse alfabeto “búlgaro”, e em 1918 o número dos símbolos foi reduzido a 38.

V. A Escrita Latina.

(90). — Desde 1933 segue-se cada vez mais o alfabeto latino.

(91). — Um exemplo do ciprio: ZO VE SE O TI MO VA NA KO TO SA KA I VO SE= (grego): Zôves o Timowanak [o] tos Ak (h) aios= (port.): Zoves, filho de Timónax, Aqueu. — Cf. A. Meillet, *Aperçu d'une Histoire de la Langue Grecque*, Paris, 1948^o, p. 89.

(92). — A escrita egípcia teve três fases: os hieróglifos, o hierático e o demótico.

(92a). — E' o chamado sistema *acrolônico*.

(93). — Por exemplo o X grego (=“khi”) tinha valor de “csi”; ainda existia, nesse alfabeto grego, o “digamma”: F(=w, em grego), como também o H. — O vocábulo “alfabeto” ainda lembra a origem grega-fenícia da nossa escrita (alpha=aleph; beta=beth, etc.).

O alfabeto latino atravessou, no decurso dos séculos, várias fases de evolução e alteração. Conhecer-lhe as diversas formas históricas é o mesmo que saber aproximadamente em que tempo, — e em que país, — foi feito certo manuscrito, o que é importantíssimo para o filólogo e o historiador na *recensio* dos códices.

a) Na Antigüidade romana distingue-se entre *capitales*, *cur-sivae* e *semicursivae*. As capitales, empregadas em inscrições e manuscritos preciosos, admitiam três variações: *capitales quadratae*, *capitales rusticae* (as letras são mais altas que largas, e um tanto arredondadas), e *capitales unciales* (formas redondas). As unciais eram usadas em manuscritos caros nos tempos de São Jerônimo. As cursivas eram mais miúdas e ligadas entre si, e às vèzes difíceis de decifrar: usavam-se em cartas, contas, notas, etc. O meio-têrmo entre as duas espécies é a semi-cursiva, empregada na maior parte dos manuscritos antigos chegados até nós: admite diversas variações.

b) Chamam-se escritas nacionais as diversas formas do alfabeto latino desde a Migração dos Povos até os tempos de Carlos Magno. Na Itália havia a *curialis*, empregada na Cúria papal, e a *lombárdica*, no Norte e na Toscana; além disso a *beneventana*, no Sul. Na Gália havia a letra *merovingia*, geralmente rude e mal feita, cheia de ligaturas. Na Espanha havia a letra *visigótica*. Muito importante é a letra *insular*, forma evolvida da semi-oncial, e empregada pelos monges anglo-saxônicos e irlandeses.

c) Na época carolíngia tornou-se mais regular e bela a letra: o resultado foi a chamada minúscula *carolíngia*, que toma por empréstimo elementos das várias escritas nacionais. Essa perdurou uns 4 ou 5 séculos, e teve o seu apogeu de artisticidade no século XII. As letras minúsculas, que empregamos atualmente, remontam às carolíngias.

d) Nos séculos XII-XIII nasceu a letra *gótica*, tipo anguloso e enfeitado, que se manteve até o século XVI. Na Alemanha é, ainda hoje em dia, usada uma letra gótica, principalmente em publicações populares (a chamada *fratura*).

e) Desde a invenção da tipografia têm sido empregadas como maiúsculas a *capitalis* romana, em muitas variações, como minúscula a *carolíngia*, e como cursiva uma letra que remonta à praxe dos humanistas. Foi então que se começou a fazer distinção entre I e J, e U e V. A letra W já data do século XI.

VI. A Estenografia.

Discute-se a respeito da origem da estenografia ou taquigrafia: foram os gregos ou os romanos que a inventaram? E' provável que os romanos tenham sido os primeiros estenógrafos e que os gregos tenham aperfeiçoado o sistema. Tiro, o liberto culto de

Cícero (século I a. C.), passa pelo inventor da estenografia (*notae tironianae*): partia de abreviaturas, no mais das vêzes, das letras iniciais para indicar certas palavras; e essas letras iniciais tomavam emprestadas de vários alfabetos e escritas, a fim de poder dispor de uma grande quantidade de símbolos; além disso, acrescentava-lhes pontos colocados em vários lugares, cuja posição tinha valor simbólico; e afinal, indicava as terminações das palavras variáveis por meio de sinaizinhos. O primeiro discurso estenografado, de que temos conhecimento, foi a *Oratio in Catilinam I*, proferida por Cícero no dia 8 de novembro de 63 a. C. Depois tornou-se uma coisa bastante comum no Império Romano: o filósofo Sêneca (4 a. C. — 66 d. C.) não se desdenhou de aperfeiçoar a taquigrafia; Plínio-o-Velho nunca ia viajar sem levar consigo um *notarius*; no Baixo Império a estenografia era muito popular (94) e subsistiu até os tempos carolíngios. Desconhecida na Idade Média, foi redescoberta pelo beneditino alemão Johannes Trithemius (1462-1516) em antigos códices. Em 1588, o inglês T. Bright apresentou o primeiro sistema moderno, profundamente influenciado pelo antigo. Hoje em dia existem vários sistemas, adaptados à índole das diversas línguas.

VII. Abreviaturas.

Já os romanos usavam muitas abreviaturas, que tinham muita importância para os primórdios da estenografia. Escrevia-se, principalmente em certas fórmulas fixas, apenas a letra inicial de um vocábulo, por exemplo *M(arcus)*; *T(itus)*; *D(is) M(anibus)*; *D(at) D(icat) D(edicat)*; *S(enatus) P(opulus) Q(ue) R(omanus)*; *I(ovi) O(ptimo) M(aximo)*; etc. Frases inteiras eram abreviadas, por exemplo *S. V. B. E. E. Q. V.* (95).

Relativamente raras nos manuscritos medievais, anteriores ao século XI, as abreviaturas tornam-se mais freqüentes a partir desse século. Distinguimos entre:

a) *siglas*, ou letras iniciais, por exemplo *B. M. V.*=*Beata Maria Virgo*; *P. M.*=*Pontifex Maximus*; *A. U. C.*=*Ab Urbe Condita*, etc.

b) *contrações*, ou elementos do início e do fim de um vocábulo, por exemplo *Dñus*=*Dominus*; *tm*=*tantum*; *tn*=*tamen*, etc.

c) *sinaizinhos especiais* por exemplo: *regib*;=*regibus*; *&*=*et*; *÷*=*est*, etc.

d) *ligaturas* (principalmente em manuscritos gregos) são combinações de uma ou mais letras consecutivas, representadas por

(94). — Quase todos os sermões de Santo Agostinho, que chegaram até nós, foram estenografados.

(95). — A abreviatura quer dizer: *Si vales, bene est; ego quidem valeo* ("Se tu passas bem, está em ordem; eu por mim, vou bem"). — Frase de cortesia, muito usada no início de uma carta.

um símbolo composto, geralmente no fim da palavra, por exemplo autē=*autem*; GRAECOR=*graecorum*, etc. Muitos textos impressos nos primeiros séculos da tipografia continuavam a escrever tais ligaturas.

VIII. Diversas Maneiras de Escrever.

Os fenícios e os hebreus escreviam da direita para a esquerda; os gregos seguiam originariamente êsse costume, mas desde os tempos de Sólon (início do século VI a. C.) iam escrevendo “bustrophedón”, quer dizer: alternadamente da direita para a esquerda e da esquerda para a direita, como um boi a sulcar a terra. Desde o século V a. C., os atenienses escreviam, de acôrdo com a praxe moderna do mundo ocidental, da esquerda para a direita.

Inicialmente não se separavam as palavras (*scriptio continua*); a escola alexandrina inventou acentos gráficos para marcar os limites entre as palavras. A mesma escola começou também a separar os vocábulos, e a servir-se de uma pontuação, aliás bem escassa. Só a partir do século XV d. C. data o sistema moderno de pontuação.

C. A EPIGRAFIA.

§ 58. Inscricões.

A Epigrafia (96) é a ciência das inscrições escritas sôbre materiais duráveis: pedra, mármore, bronze, etc., e é de suma importância para a história da Antigüidade (em alguns casos também para a dos tempos modernos), dando-nos numerosas informações que os textos escritos sôbre papiro e pergaminho não conservaram. Já o sabiam Heródoto e Tucídides: para a documentação das suas obras valiam-se muitas vêzes de inscrições: tratados de paz, alianças, epitáfios, leis, placas comemorativas, etc.

I. Copiar uma Inscricão.

Ao encontrarmos em viagem uma inscrição que julgamos inédita, não convém copiá-la ou transcrevê-la: o perigo de entrarem na nossa cópia erros materiais ou de raciocínio (cf. § 44 II a-b) é muito grande. E' preferível fazer dela uma reprodução mecânica que, quando de volta em casa, podemos estudar sossegadamente. Podemos fotografá-la. Muitas vêzes, porém, se faz o seguinte: coloca-se em cima da inscrição uma fôlha molhada que depois é ro-

(96): — Cf. Francisco Isoldi, *A Epigrafia*, in *Revista de História*, III 9 (1952), págs. 89-105.

çada com uma escôva para o papel entrar nas cavidades das letras. Ou então, não havendo água, cobre-se a fôlha com plumbagina, esfregando-a depois com uma escôva: as letras ocas aparecem em branco, destacando-se dos fundos escuros.

II. A Interpretação das Inscrições.

A Interpretação das Inscrições exige muita erudição. Precisamos dominar a língua (ou o dialeto) em que foi redigida a nossa inscrição; conhecer a ortografia da época e do local, e — o que é mais difícil ainda, — adivinhar a verdade sob todos os possíveis erros ortográficos; completar as abreviaturas que são muito frequentes, etc. A cronologia e a história das instituições de certo povo podem-nos ajudar muitíssimo para relacionarmos a inscrição com determinados acontecimentos ou personagens já conhecidos. As abreviaturas e as fórmulas fixas, encontradas em inscrições, precisam ser minuciosamente estudadas, o que pode ser de suma importância para a restauração de um texto mutilado.

III. Algumas Inscrições importantes para a historiografia são:

a) O Código Penal do rei Hamurabi, soberano da Babilônia (97). É uma pedra de 225 cm de altura, cujo texto cuneiforme estabelece severas penalidades contra os infratores das leis que protegem a propriedade, segundo o princípio da retaliação: olho por olho, dente por dente. Foi descoberto, em 1901, pelos franceses em Susa, e acha-se atualmente no *Louvre*, em Paris.

b) Num rochedo de Behistum (Pérsia), o rei Dario I (522-486 a. C.) fez gravar uma inscrição gigantesca em três línguas, contendo um relatório dos seus atos reais. Essa inscrição, descoberta em 1835 por Sir Henry Rawlinson, foi de suma importância para a decifração dos cuneiformes.

c) A Pedra de Roseta, cf. § 41 II b.

d) Na Itália foram descobertas algumas inscrições em dialetos itálicos, cognatos com o latim. Mencionamos aqui as *Tabulae Eugubinae*, descobertas em 1444, trazendo um texto úmbrico, que chegou a ser decifrado e interpretado completamente só no início do século passado. Para os nossos conhecimentos do antigo osco — outro dialeto itálico, bastante parecido com o latim — foi importante o descobrimento da *Tabula Bantina*, em 1793, e do *Cippus Abellanus*, em 1745. Essas inscrições vieram a nos ensinar qual é o lugar ocupado pelo latim entre as antigas falas itálicas.

(97). — O rei Hamurabi não reinou de 1955 a 1912 a. C., como se admitia antigamente, mas uns 250 anos depois: fato provado por recentes escavações na Mesopotâmia.

e) O *Monumentum Ancyranum*, muitas vêzes chamado “a Rainha das Inscrições”, foi descoberto em 1555 por uma embaixada do Imperador alemão Fernando I em Ancira, hoje Angorá, capital da Turquia moderna. É uma cópia da relação bilíngüe (em grego e em latim) que o Imperador Augusto fizera gravar no seu Mausoleu em Roma (*Campus Martius*). Como se perdeu o original romano, as cópias possuem grande valor: a mais extensa e exata cópia é a de Angorá. A inscrição, que tinha por título *Index Rerum Gestarum Divi Augusti*, é um relatório sóbrio e imponente da vida política de Augusto.

f) O *Edictum de Pretiis Rerum Venalium*, promulgado pelo Imperador Diocleciano em 301 d. C., estabelece os preços-tetos de várias mercadorias. O Prefácio dêste Edito, tão importante para a historia econômica do Baixo Império nos é conservado apenas por meio de inscrições; as disposições da própria lei nos são conhecidas também por meio de códices.

g) O *Marmor Parium* foi provavelmente feito para uso de uma escola na ilha de Paros (Grécia) em 264 a. C., fazendo as vêzes de um quadro-negro atual. Foi comprado, em 1627, pelo inglês Thomas Howard Arundel ao governo turco, e em 1667, quando já estava mutilado, doado à Universidade de Oxford por seu filho. O *Marmor Parium* é muito importante para a restauração da antiga cronologia: contém tábulas cronológicas de 1582 a 264 a. C., registrando também numerosos fatos da história da civilização.

IV. Coleções Epigráficas.

Um dos primeiros a colecionar antigas inscrições com uma verdadeira paixão foi a figura romântica de Cola di Rienzo, “o ultimo tribuno do povo” (1313-1354). Seguiram-lhe o exemplo os humanistas, e já em 1588 saiu em Leida uma coleção importante, organizada pelo humanista M. Smetius: *Inscriptionum Antiquarum quae passim per Europam Liber. Accessit Auctarium a Justo Lipsio*. A obra dá reproduções muito exatas e formula alguns dos princípios que seriam redescobertos só no século XIX. Desde o século passado, as inscrições são editadas em grandes corpora. Mencionamos aqui: *Inscriptiones Graecae* (IG), publicadas desde 1873 sob os auspícios da Academia de Berlim, cujos redatores mais importantes foram: Ulrich Von Wilamowitz-Moellendorf (98), U. Wilcken e F. Hiller von Gaertringen. A obra, que ainda não está acabada, deve substituir e ampliar uma coleção anterior em 4 vo-

(98). — U. Von Wilamowitz-Moellendorf (1848-1931), genro do historiador Th. Mommsen, foi um dos maiores helenistas dos tempos modernos; escreveu trabalhos sobre os líricos gregos (1900), sobre os dramaturgos (1921³), sobre Platão (1929³), sobre a religião dos helenos (1931-1932), sobre a Iliada (1920³), etc.

lumes: *Corpus Inscriptionum Graecarum* (CIG), editado por Augusto Boeckh (1825-1856). A Academia de Berlim editou, desde 1863, o *Corpus Inscriptionum Latinorum* (CIL); um dos redatores foi Th. Mommsen. As inscrições cristãs foram colecionadas pelo arqueólogo italiano Giovanni Battista de Rossi (1822-1894) em *Inscriptiones Latinae Christianae Urbis Romae VII Saeculo Anteriores* (99) e pelo alemão E. Diehl em *Inscriptiones Latinae Christianae Veteres*.

D. A LINGUÍSTICA.

§ 59. Os idiomas indo-europeus.

A lingüística é o estudo histórico e comparativo das línguas. Também ela pode prestar serviços importantes ao historiador.

I. Todo mundo sabe que o português, o espanhol, o italiano, o francês e algumas outras falas são idiomas aparentados, fato êsse que, historicamente falando, se explica pelas conquistas romanas nas penínsulas ibérica e apenina, e na Gália. Sua língua-mãe é o latim, não o latim “clássico”, mas o latim “vulgar” ou “popular”, tal como o falavam os habitantes romanizados das províncias ocidentais do Império Romano nos primeiros séculos da era cristã (100). A origem “vulgar” das línguas românicas, outrora apenas adivinhada, foi provada no século XIX por vários glotólogos, entre os quais se destacava F. Diez (1794-1876). Igualmente pode ser estabelecido um parentesco entre o alemão, o sueco, o dinamarquês, o holandês, etc.: são idiomas germânicos; e entre o russo, o polonês, o checo, o croato, etc.: são idiomas eslavos.

Assim como as línguas neolatinas pressupõem uma fase histórica de unidade lingüística, a qual, devido a várias circunstâncias, ramificou-se em alguns dialetos, que, por sua vez, se tornaram idiomas independentes, assim a afinidade entre o grego, o latim, o antigo germânico (101), o antigo eslavo (102), etc. leva-nos à conclusão de que todos êsses idiomas devem ter uma origem comum. O estudo comparativo das línguas neolatinas ilustra, de maneira impressionante, a evolução histórica dos vários povos românicos e as

(99). — De Rossi foi o grande mestre da arqueologia cristã. Escreveu por exemplo *Roma Sotterranea*, em 3 volumes (1864-1877).

(100). — Por exemplo o povo usava a palavra *bucca* (=os, lat. cl.), cf. “a bôca” (port.) e “la bouche” (fr.); cf. também *caballus* (=equus, lat. cl., cf. “o cavalo” (port.) e “le cheval” (fr.). A essas diferenças lexicológicas acrescentavam-se divergências sintáticas, fonéticas e morfológicas.

(101). — O antigo germânico nos é conhecido pela versão “gótica” da Bíblia, feita pelo bispo Úlfilas (século IV d. C.), da qual nos chegaram completos os Evangelhos e as Cartas de Paulo.

(102). — O antigo eslavo (=eslavo eclesiástico, ainda usado na liturgia ortodoxa da Rússia e da Bulgária) remonta ao século IX (versão da Bíblia por S. Cirilo, o qual com S. Metódio foi o apóstolo dos eslavos).

inter-relações que êles tiveram no decurso dos séculos, vindo a confirmar, muitas vêzes, os dados de outros documentos históricos. Até mesmo nos revela, em alguns casos, fatos do passado que não foram atestados por outras fontes. Nestas hipóteses, a glotologia é ciência auxiliar da história.

II. A lingüística fornece-nos, muitas vêzes, argumentos novos, quando se trata de tempos muito remotos e pouco documentados. Em 1815 o professor alemão Franz Bopp (1791-1867) publicou um livro fundamental, que inaugurou a glotologia moderna (103): aí comparava o sistema verbal do sânscrito (104), do grego, latim, do persa e do germânico. Sua exposição dos fatos demonstrava que tôdas essas línguas, — e ainda algumas outras, — remontam a uma fonte comum, o chamado indo-europeu ou indo-germânico, que é a língua-mãe de quase tôdas as línguas européias (105) e de muitos idiomas que ainda hoje se falam na Índia e na Pérsia (106). Não conhecemos o indo-europeu diretamente, mas podemos restaurá-lo, em muitos casos com bastante certeza, comparando entre si as formas das várias línguas dêle derivadas (107).

III. Êsses estudos lingüísticos têm-nos fornecido alguns conhecimentos históricos acêrca dos tempos muito remotos, em que o indo-europeu era o idioma comum, embora diferenciado em dialetos, de um povo (não de uma raça). Os indo-europeus viviam no terceiro milênio a. C., talvez nas estepes da Rússia ou então nos países bálticos, e foram-se espalhando, a partir de ± 2500 a. C., pelos diversos países da Europa e da Ásia (108). Era um povo de lavradores e pastores, que tinha uma cultura patriarcal, baseada na monogamia, e venerava como deus supremo uma divindade de

-
- (103). — Bopp não foi o primeiro a ver o parentesco do sânscrito com o grego e o latim. Já no século XVI, o italiano F. Sasseti, e no século XVIII, o jesuíta francês Coeurdoux e o inglês W. Jones, tinham chamado a atenção dos eruditos para êsse fato. Mas Bopp foi o primeiro a fazer pesquisas sistemáticas e a descobrir leis fonéticas e morfológicas.
- (104). — O sânscrito clássico data de ± 400 a. C. (Panini); o védico, uma fase anterior da mesma língua, é riquíssimo em flexões, seus elementos mais antigos remontam aos séculos XIII ou XIV a. C.
- (105). — As línguas românicas, germânicas, eslavas, celtas (por exemplo o irlandês, o bretão, o gaélico, etc.), bálticas (por exemplo o lituânio; esta língua é muito arcaica, e possui grande valor para a reconstrução do indo-europeu). Algumas línguas européias tem origem diferente, por exemplo o basco na Espanha, o finlandês e o húngaro.
- (106). — Os antepassados dos iranianos e hindús chamam-se geralmente *árias* ou *arianos*; constituem o ramo oriental da família indo-europeia. — O termo "*ária*" ou "*ariano*" (literalmente: "o melhor", cf. *ar*-istocrata)) emprega-se, de vez em quando, também para indicar o conjunto dos indo-europeus.
- (107). — Por exemplo a palavra "cinco": *pánça*, em sânscrito; *pennte*, em grego; *penque* = *quinque*, em latim; *fimf*, em gótico; assim também a palavra "pai": *pitá*, em sânscrito; *patér*, em grego; *páter*, em latim; *iádar*, em gótico. Essas duas séries já mostram que o p inicial do indo-europeu passou para f em gótico.
- (108). — O berço dos indo-europeus é uma questão discutida: além das duas hipóteses, dadas acima, são indicadas também as terras da Ásia Central ou o Cáucaso, ao que parece, com menos probabilidade.

luz, (109), além de numerosos outros demônios, estreitamente ligados a fenômenos celestes: trovão, chuva, temporal, etc. Outrosim, sua religião continha elementos animistas. Já conheciam o bronze, mas tinham pouca experiência do mar. Como nos idiomas derivados, os numerais, pelo menos nos pontos principais, até o número 100 remontam às mesmas raízes, é muito provável que tenham sabido contar até esse número (110). Elementos sociológicos dessa convivência indo-européia eram: os direitos sagrados do hóspede, a “vendetta”, o poder paterno, o culto da família aos antepassados, etc. (111). Os dados de que se vale a chamada “paleontologia lingüística” para reconstruir as linhas gerais de um passado tão longínquo, são os termos idênticos empregados por dois ou mais povos que em tempos históricos já não tiveram contacto entre si: a unidade lingüística aponta para uma unidade histórico-cultural. Os resultados são escassos e, por vèzes, muito precários, mas em alguns casos pode-se chegar a conclusões quase certas.

O estudo do indo-europeu é apenas um exemplo de como a lingüística pode ministrar argumentos ao historiador: ela presta também serviços muito úteis ao pesquisador dos povos latinos, germânicos, africanos, etc.

E. A ARQUEOLOGIA.

§ 60. Escavações célebres.

A palavra “arqueologia” (112) tem várias acepções. Pode designar o estudo das antigüidades ou *antiquitates* (cf. § 29 II), mas atualmente já não é muito usada neste sentido. Indica geralmente o estudo metódico dos monumentos e objetos que nos vieram do passado (cf. § 39 II). Podemos estudá-los sob dois aspectos diferentes: como objetos de arte, ou como documentos históricos. A arqueologia estética é ciência auxiliar da história da arte; a arqueologia histórica encara os mesmos objetos não como expressões do espírito artístico do homem, mas apenas como documentos capazes de nos darem informações sobre o passado. Na realidade

(109). — E’ o deus bem conhecido dos romanos: *Juppiter* = *Diespiter* (=“Pai da Luz”). Cf. em sânscrito: *Dyáuspitar*, em grego: *Zeus* (= *Dyéus*), e em germânico: *Ziu* ou *Tiu* (cf. inglês: *Tues-day*), mas este último cedeu o seu lugar a outras divindades.

(110). — Por exemplo *catám* (scr.), *hekatón* (gr.), *centum* (lat.) e *hund* (gót.); tôdas essas palavras, que significam 100, têm a mesma raiz. — Mas 1.000 apresenta-se-nos sob formas diferentes: *chilioi* (gr., cf. quilo-grama), *mille* (lat.) e *thousand* (inglês), três palavras de origem diferente.

(111). — O francês Fustel de Coulanges escreveu, em 1864, um interessante livro sobre as raízes indo-européias de alguns costumes entre os gregos hindús, e romanos: *La Cité Antique*. A obra foi traduzida para o português (Lisboa, 1950⁷), e embora superada em muitos pontos por pesquisas modernas, continua a ser importante.

(112). — Das palavras gregas: “*archaiós*” (=antigo) e “*lógos*” (=disciplina).

os dois aspectos não podem ser separados rigorosamente, mas um completa o outro.

I. A invasão dos bárbaros na Grécia (113) e na Itália (114), o empobrecimento geral que se lhe seguiu (115), a despovoação dos antigos centros culturais (116), o desinterêsse pelas coisas do passado, a falta de compreensão, o fanatismo religioso (117), a ação do tempo voraz, — eis alguns fatores que destruíram, de uma vez ou aos poucos, os monumentos da Antigüidade.

II. A Renascença e o Humanismo não conseguiram inaugurar a nova arqueologia. A maior parte dos humanistas tinha interêsses exclusivamente literários ou filológicos: colecionavam, sim, as relíquias da arte clássica que admiravam e proclamavam serem modelos inigualáveis para todos os tempos, mas a arqueologia dos humanistas era, no fundo, uma escola de estética, não de história. Até nos séculos XVII-XVIII continuavam a ser utilizados os antigos monumentos para novas construções (118): *etiam periere ruinae* (119).

III. Em 1748 um feliz acaso fêz descobrir a cidade de Pompéia, e logo se iniciaram as escavações, que eram pouco sistemáticas: os primeiros desentulhadores procuravam objetos preciosos e curiosos e pouco se preocupavam em restaurar metódicamente os vestígios do passado (120). A nova arqueologia nasceu só no sé-

- (113). — Além das invasões que sofreu na Antigüidade (nos tempos de Sula e, depois, durante a Migração dos Povos), Atenas foi tomada pelas franceses e venezianas na época das Cruzadas, pelos turcos (1456), etc.: éstes transformaram o Pártenon numa mesquita. Em 1687, êsse templo magnífico foi bombardeado pelos venezianos. Em 1801-1802, Lord Elgin despojou-o dos relêvos e transportou-os para o *British Museum* (*Lord Elgin Marbles*).
- (114). — Roma foi tomada, em 410 d. C., pelos gódos, que saquearam a cidade durante quatro dias; em 455 pelos vândalos (daí: "vandalismo"). Nos meados do século VI, mudou várias vezes de dono (bizantinos e ostrogodos), e ficou algum tempo sem habitantes.
- (115). — Em 801 houve um terremoto em Roma, que prostrou as colunas do Foro de Trajano: não havia dinheiro para a restauração.
- (116). — Durante o Cativeiro dos Papas em Avinhão, Roma tinha ± 20.000 habitantes; na sua época áurea, $\pm 1.000.000$. — Mas cf. F. Lot, *La Fin du Monde Antique*, etc., Paris, 1951, pp. 79-80, que reduz o número dos habitantes de Roma para 300.000.
- (117). — Êsses três fatores tiveram conseqüências lastimáveis principalmente nos países ocupados pelos muçulmanos: África do Norte, Grécia, Ásia Menor, Constantinopla, etc.
- (118). — Em 1632, o Papa Urbano VIII, da família dos Barberini, tirou as traves de bronze do pórtico do Panteão para a fundição de 80 canhões! — Daí o ditado: *Quod non fecerunt barbari, fecerunt Barberini*. — O *Amphitheatrum Flavium* (acabado em 80 d. C.) ficou com o nome "Colosseum" por causa do colosso de Nero (altura de 36 metros), erguido na frente do enorme prédio (obra do escultor Zenodoro). Na Idade Média havia um ditado: *Quamdiu stabit Coliseus, stabit et Roma; quamdiu cadet Coliseus, cadet et Roma; quamdiu cadet Roma, cadet et mundus*. Até 1750, quando o Papa Benedito XIV consagrou o Coliseu à memória dos mártires cristãos que aí teriam sido massacrados, as ruínas dêste edifício, do qual subsiste ainda a terça parte, forneciam material abundante para novas construções.
- (119). — Lucanus, *Pharsalia*, IX 969.
- (120). — Já em 1719 tinha sido descoberta uma parte de Herculâneo. — As escavações metódicas das duas cidades começaram só em 1861 (Fiorelli, e depois, Spinazzola e Maiuri); em 1906 estava desentulhada a metade de Pompéia.

culo XIX: parte do princípio de que o valor histórico de um objeto achado não depende tanto do seu valor intrínseco como do lugar e da situação em que foi encontrado. A arqueologia deixa a apreciação estética à história da arte, limitando-se a uma tarefa mais racional e fria: restaurar as linhas gerais de uma civilização morta e estabelecer as relações que a ligam a outras culturas. As ruínas e os objetos silenciosos são forçados a darem um testemunho sobre o passado, graças a métodos científicos que se vão aperfeiçoando cada vez mais. A arqueologia, concebida assim, data dos meados do século passado. Aqui damos apenas alguns acontecimentos que muito concorreram para sua evolução no sentido de uma verdadeira disciplina histórica.

IV. O alemão Henrique Schliemann (1822-1890) ganhou como comerciante uma fortuna considerável e, em 1863, retirou-se do comércio para se dedicar aos estudos de seu deleite. Já quando menino sonhará com os heróis da epopéia homérica, e como milionário ainda não se podia convencer de que a guerra troiana não passasse de uma bela ficção literária, como se pensava geralmente nesse tempo. Seu entusiasmo descobriu o que era interdito aos especialistas. Foi à Turquia, comprou alguns morros no local onde supunha ter existido a antiga cidade de Tróia, e depois de muitas decepções e sacrifícios, achou, não uma cidade só, mas nove, uma em cima de outra (121). Não tardou em identificar a segunda cidade de baixo com a cidade homérica (122). Além de restos de muralhas e edifícios, descobriu também numerosos e preciosos objetos de arte, e tôdas essas descobertas combinou-as, sem hesitar, com certas passagens da epopéia e com certas figuras imortalizadas por Homero. Schliemann era precipitado e romântico ao interpretar as coisas que achava: além disso, não era arqueólogo formado, de modo que para êle o valor estético e sentimental dos objetos achados era mais importante do que a reconstrução minuciosa do passado. Mas os brilhantes resultados dessas escavações (123) atraíram logo outros arqueólogos especializados ao lugarejo Hissarlik, onde Schliemann completava as descobertas com os produtos da sua riquíssima imaginação. Daí em diante, o trabalho foi exe-

(121). — Tróia I é uma aldeia neolítica (3.000 a. C.); Tróia II tinha muralhas enormes ($\pm 2400 \pm 1900$); Tróia III-V são insignificantes; Tróia VI é a cidade homérica (destruída no século XIII ou XII a. C.); Tróia VII é fundação dos cimérios (século VIII a. C.); Tróia VIII é cidadezinha grega, e Tróia IX (*Ilium*) é colônia romana. — São esses os resultados das novas escavações, realizadas pela Universidade de Cincinnati (Estados Unidos) em 1931.

(122). — Só depois W. Dörpfeld verificou que era Tróia VI.

(123). — Por que os arqueólogos se vêem obrigados a cavar? Porque outrora se construía um novo edifício em cima das ruínas de um antigo, e uma nova cidade em cima de uma antiga (por exemplo Tróia!). Outrossim, também a natureza faz com que, derrubada uma construção, aí se sobreponham camadas de poeira e areia, solo fértil para a vegetação. Daí a diferença do nível. A Londres moderna fica a 8 ou 10 metros acima da *Londinius romana*.

cutado de maneira mais sistemática. Em 1876, Schliemann, secundado pelo arqueólogo W. Dörpfeld, desentulhou também as fortalezas de Micenas e Tirinto no Peloponeso: o resultado foi outra vez uma surpresa. Descobriram-se as ruínas de um enorme portão (o portão dos leões), de um sepúlcro em forma de uma cúpula, e de um palácio, além de máscaras de ouro, etc. Evidenciou-se cada vez mais: não só Tróia, mas também Micenas, a pátria do herói homérico Agamenão, eram cidades históricas! Encorajados pelo bom êxito das escavações, outros arqueólogos de quase todas as grandes nações foram desentulhar os restos do passado nas terras mediterrâneas: os alemães em Olímpia (1874-1881), os franceses em Delfos (desde 1861), os ingleses e os italianos em Creta (por volta de 1900), os americanos em Corinto (século XX), os franceses na Síria e Tunisia, outros na Palestina, na Mesopotâmia, no Egito (124), na Ásia-Menor (125); igualmente houve desentulhos nas antigas províncias ocidentais do Império Romano, na Alemanha, França, Inglaterra, Espanha, etc.

V. As descobertas arqueológicas enriqueceram de maneira extraordinária os nossos conhecimentos de certos períodos históricos e pré-históricos. Quase tudo o que sabemos a respeito do domínio romano na Inglaterra e na Alemanha devemos-lo, não a livros, mas ao estudo metódico dos antigos monumentos aí subsistentes, e à epigrafia. Ademais, revelou-nos a arqueologia a existência de culturas das quais os nossos avós e até os gregos e os romanos não tinham conhecimentos, senão tradições meio lendárias. Chamamos a atenção dos leitores só para duas culturas ressuscitadas: a minóica e a micênica (126).

A cultura minóica, descoberta pelo inglês Sir Arthur Evans e depois pelos italianos, tinha por centro a ilha de Creta (127) e deixou-nos vestígios de que os mais antigos remontam aos fins do quarto milênio a. C. Teve o seu apogeu de 2100-1550 a. C., como nos ensinam os palácios aí descobertos. Os cretenses minóicos não eram indo-europeus, mas pertenciam a um povo pré-helênico (128),

(124). — Em 1922 foi descoberto o célebre sepúlcro de Tuth-Ank-Amon, o faraó do Egito (1358-1352 a. C.), pelos ingleses Lord Carnavon e Carter.

(125). — Por exemplo em Boghazköi (Turquia), onde, no início deste século, foi desentulhada a antiga capital dos hititas.

(126). — O resumo seguinte é susceptível de modificações consideráveis, por causa das novas descobertas (cf. § 41 II, nota 50).

(127). — Os gregos clássicos possuíam só reminiscências vagas da "talassocracia" cretense dos tempos pré-históricos, como também do lendário rei Minos, que no labirinto encerrara o terrível monstro Minotauro, vencido pelo herói ateniense Teseu, ajudado pela princesa Ariadne. — Minos deu o seu nome à "cultura minóica".

(128). — Os gregos clássicos chamavam-nos "pelasgos". — Hoje prefere-se o nome "mediterrâneos", ou "cários" ou "asiáticos". E' possível que os bascos na Espanha, os etruscos na Itália, os minóicos na Creta, e os lídios na Ásia-Menor tenham a mesma origem. — A cultura de Tróia VI contém, além de elementos "asiáticos", também outros de origem "nórdica" (trácia), parecidos com a civilização que os gregos levaram consigo para a península dos Balcãs.

cuja cultura entretinha estreitas relações com o Egito. Tinham palácios sem tetos, sabiam ler e escrever, veneravam por exemplo o touro e deuses da vegetação, e eram excelentes pintores.

Dsde o início do II milênio a. C., algumas tribos gregas (os jônios e os aqueus) começaram a invadir a península dos Balcãs, acabando por entrar em contacto com os minóicos no Peloponeso, dos quais tomaram emprestados vários elementos religiosos como também realizações técnicas e artísticas, mas sempre conservando algumas particularidades indo-européias. Os primeiros gregos foram “civilizados” pela irradiação da cultura minóica, assim como os primitivos celtibéricos pelo seu contacto com a civilização romana. O resultado foi a chamada “cultura micênica”, da qual os restos arqueológicos em Micenas, Argos e Tirinto nos dão uma idéia como também as epopéias homéricas. Esses “micênicos”, que se espalharam também por algumas ilhas, destruíram a esplêndida cultura minóica (século XV a. C.), e alguns séculos depois, por volta de 1200 a. C., a própria civilização micênica foi liquidada pela invasão dos dórios, uma tribo grega atrasada que se tinha demorado em invadir a península. Só ao cabo de uns 4 a 5 séculos conseguiu reflorescer a nova civilização grega em cima das ruínas da micênica, da qual os novos senhores só possuíam reminiscências vagas e lendárias, como é provado pela poesia de Homero.

F. A GEOGRAFIA.

§ 61. *O segundo olho da história.*

A Geografia é irmã gêmea da história: os primeiros historiadores, como Hecateu e Heródoto, eram também homens viajados, e tinham muito interesse pelos fatores geográficos. Tudo o que se verifica no tempo, verifica-se também no espaço, de modo que a cronologia e a geografia, na expressão célebre de Lord Bacon, são os dois olhos da história (129).

I. As relações da geografia com a história são múltiplas e variadas. A geografia física descreve o *habitat* do homem, esclarecendo a origem e a evolução de várias instituições históricas. As inundações anuais do Nilo tornavam necessárias medidas coletivas, — senão, podiam transformar-se num desastre para o país, — que favoreciam a criação de um Estado centralizado e poderoso. O mesmo fenômeno favorecia também o desenvolvimento da geometria e de várias outras disciplinas e técnicas. As paisagens montanhosas da antiga Grécia eram propícias ao nascimento de certo par-

(129). — Para uma discussão crítica dos fatores geográficos na história humana, cf. Henri Berr, *En Marge de l'Histoire Universelle*, Paris, 1934 (pp. 64-83).

ticularismo político e as numerosas ilhas do arquipélago egeu deviam seduzir os habitantes a fazer viagens marítimas. A situação geográfica de Portugal contribuiu muitíssimo para que descobrisse vastas regiões na África, América e Ásia. A extensão de certos países, como a dos Estados Unidos da América do Norte e do Brasil, proporciona possibilidades inexistentes em quase todos os países do Velho Mundo, e cria também certos problemas peculiares. O clima, as riquezas naturais, os produtos do solo, a hidrografia, a orografia, a meteorologia e tantas outras disciplinas geográficas ajudam-nos a compreender vários acontecimentos históricos e numerosas realizações do passado. Tôdas elas culminam, para o historiador, na chamada *antropogeografia*, ou “geografia humana”, a qual procura estabelecer as várias interrelações entre o homem e o seu meio. Não é apenas o meio geográfico, no sentido mais amplo da palavra, que exerce a sua influência sôbre o homem, mas também êste influi naquele, para o bem e para o mal. O desflorestamento, tal como se verificou na Espanha, pode até alterar o clima. A Mesopotâmia, que na Antigüidade era um país fertilíssimo, graças aos seus exemplares canais de irrigação, tornou-se um deserto sob o domínio dos turcos.

II. Desde o século passado têm-se editado muitos atlas históricos, quer dizer, cartas geográficas que ilustram a história de certos povos e civilizações. Hoje são instrumentos quase indispensáveis ao estudioso da história.

JOSÉ VAN DEN BESSELAR
da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo